

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**Fernanda Bastos Pires**

Dissertação de Mestrado

**MARIELLE FRANCO, UM ACONTECIMENTO ANTROPOFÁGICO:  
a comunicação de um corpo incômodo a cultura e política do Brasil**

Porto Alegre

2020

#### CIP - Catalogação na Publicação

Bastos Pires, Fernanda

Marielle Franco, um acontecimento antropofágico: a comunicação de um corpo incômodo a cultura e política do Brasil / Fernanda Bastos Pires. -- 2020.

142 f.

Orientadora: Maria Helena Weber.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Comunicação. 2. Acontecimento. 3. Marielle Franco. 4. Antropofagia. 5. Política. I. Weber, Maria Helena, orient. II. Título.

**Fernanda Bastos Pires**

**MARIELLE FRANCO, UM ACONTECIMENTO ANTROPOFÁGICO:  
a comunicação de um corpo incômodo à cultura e à política brasileira**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Weber**

Porto Alegre

2020

**Fernanda Bastos Pires**

**MARIELLE FRANCO, UM ACONTECIMENTO ANTROPOFÁGICO:  
a comunicação de um corpo incômodo a cultura e política do Brasil**

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Christa Berger – UFRGS/ Unisinos

Profa. Dra. Luciana Garcia de Mello – PPGS/UFRGS

Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário – PPGCOM/UFRGS

Profa. Dra. Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca – PPGCOM/UFRGS (suplente)

Orientadora – Profa. Dra. Maria Helena Weber – PPGCOM/UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe Silvana Bastos, por sua dedicação e renúncia.

Ao Luma, por cuidar de mim e da casa.

À Milena Weber, pela oportunidade, pela generosidade na escuta e por ensinar que a escolha pelo rigor acadêmico não pressupõe o abandono do engajamento e do afeto.

Aos companheiros de NUCOP, pelo aprendizado.

Ao PPGCOM e à UFRGS, pela oportunidade de ensino gratuito e de qualidade.

Ao Marcelo Parker, por acreditar que eu podia ser parte.

À Laura Guerra, pelo companheirismo e pelas trocas.

À Yasmine Monteiro e à Júlia Dias, pelo carinho e incentivo.

Aos meus colegas de FM Cultura e TVE, pela convicção na batalha.

Às escritoras e intelectuais que formaram um espaço teórico de feminismo e antirracismo na universidade e à margem dela, sem abdicar do ativismo, da crítica e da camaradagem.

Quando a mulher negra se movimenta toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo.

Angela Davis

## RESUMO

Essa dissertação busca configurar como acontecimento o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, em 14 de março de 2018. O objetivo é compreender como a morte de uma mulher negra — moradora da favela da Maré, mãe e LGBT+ — mobilizou o debate público e fez emergir a disputa sobre a inscrição dessa figura pública na memória coletiva. Com base no entendimento de Deleuze (2015) — de que o sentido é o próprio acontecimento e de que ele sinaliza um estado de coisas —, a análise se baseia em hermenêutica e em uma leitura antropofágica, que enfatizam a manutenção das desigualdades entre as populações racializadas como brancas e negras no Brasil (PAIXÃO, 2005). No debate, os processos de atribuição de sentido ao acontecimento e as tentativas de desacontecimentalização fazem emergir quatro eixos interpretativos baseados nos embates sobre a credibilidade de Marielle, representados pelos tipos ideais paradoxais de heroína e anti-heroína, mártir e inimiga, além de sua apropriação como produto de consumo. A antropofagia de Marielle favorece a naturalização do acontecimento em prol do triunfo da ideologia da democracia racial como mito persistente na cultura brasileira.

**Palavras-chaves:** Comunicação; Acontecimento; Marielle Franco; Antropofagia; Política.

## ABSTRACT

The following dissertation seeks to configure the murder of Rio de Janeiro councilwoman Marielle Franco on March 14, 2018 as an event. The main goal is to understand how the death of a black woman – born and raised in Favela da Maré, mother and LGBT + - mobilized the public debate and increased the dispute over the inscription of this public figure in the collective memory. Based on Deleuze's (2015) understanding - that meaning is the event itself and it signals a state of affairs -, the analysis is scientifically fundamented on hermeneutics and in an anthropophagical reading, which emphasize the maintenance of inequalities between populations racialized as white and black in Brazil (PAIXÃO, 2005). Hence, from the process of attributing meaning to the event and the attempts to undoing the event emerge four interpretive axes based on the clashes over Marielle's credibility, represented by the paradoxical ideal types of heroin and anti-heroin, martyr and enemy, in addition to their appropriation as a consumer product. Marielle's anthropophagy favors the naturalization of the event in benefit of an ideology triumph of racial democracy as a persistent myth in Brazilian culture.

**Key-words:** Communications; Event; Marielle Franco; Anthropophagy; Politics.



## RESUMEN

Este estudio de disertación busca configurar el asesinato de la concejal de Río de Janeiro Marielle Franco el 14 de marzo de 2018 como un evento. El objetivo es entender cómo la muerte de una mujer negra, residente de la favela Maré, madre y LGBT +, movilizó Debate público y planteó la disputa sobre la inscripción de esta figura pública en la memoria colectiva. Basado en la comprensión de Deleuze (2015), que el significado es el evento en sí y que señala un estado de cosas, el análisis se basa en la hermenéutica y una lectura antropofágica, que enfatizan el mantenimiento de las desigualdades entre las poblaciones. racializado como blanco y negro en Brasil (PAIXÃO, 2005). En el debate, los procesos de atribución de significado al evento y los intentos de desconstitucionalizar emergen cuatro ejes interpretativos basados en los enfrentamientos sobre la credibilidad de Marielle, representados por los paradójicos tipos ideales de heroína y antiheroína, mártir y enemigo, además de su apropiación como producto de consumo. La antropofagia de Marielle favorece la naturalización del evento a favor del triunfo de la ideología de la democracia racial como un mito persistente en la cultura brasileña.

**Palabras clave:** Comunicación; Evento; Marielle Franco; Antropofagia; Política.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Registro de Marielle em atividade política horas antes do crime .....	23
Imagem 2 - QR Code da transmissão do encontro Mulheres Negras Movendo as Estruturas .....	23
Imagem 3 - Infográfico sobre o crime .....	24
Imagem 4 - Anderson Pedro Gomes com o filho Artur .....	25
Imagem 5 - Luyara e Anielle participam de homenagem a Marielle no show de Kate Perry .....	27
Imagem 6 - Busca a partir da digitação de “Marielle Franco era” .....	29
Imagem 7 - Marielle Franco posa para foto aos 9 anos .....	30
Imagem 8 - Casamento de Marielle Franco em 1998 .....	32
Imagem 9 - A união de Marielle e Mônica Benicio .....	34
Imagem 10 - A flamenguista Marielle com a irmã e a filha no Maracanã .....	36
Imagem 11 - Aula-debate organizada por movimentos sociais .....	38
Imagem 12 - Marielle com o amigo e padrinho político Marcelo Freixo .....	39
Imagem 13 - Tweet de Marielle em 10 de março de 2018 .....	40
Imagem 14 - Reprodução do vídeo de posse de Marielle Franco .....	41
Imagem 15 - Marielle Franco com a homenageada Conceição Evaristo (centro) e líderes antirracistas após solenidade na Câmara .....	42
Imagem 16 - Tweet de Marielle em 24 de abril de 2017 .....	43
Imagem 17 - Interação da parlamentar com seguidores .....	44
Imagem 18 - Ato convocado pela página Botafogo Antifascista .....	48
Imagem 19 - Ato ecumênico na Cinelândia em 20 de março de 2018 (foto reprodução TV Globo) .....	49
Imagem 20 - Placa Rua Marielle Franco .....	51
Imagem 21 - 1.500 placas alusivas a Marielle foram fixadas dentro e fora do país..	52
Imagem 22 - Marielle Franco em registro de Marcia Foletto .....	97
Imagem 23 - Pai (ao fundo) e a mãe de Marielle em mobilização da Anistia Internacional .....	101
Imagem 24 - Postagem do MBL em 15 de março de 2018 .....	106
Imagem 25 - Imagem do desfile da Mangueira .....	109
Imagem 26 - QR Code do desfile completo da Mangueira, seguido de entrevista com viúva de Marielle, Mônica Benício .....	109

Imagem 27 - Reprodução de imagem do Youtube do desfile da Mangueira .....	110
Imagem 28 - Difamação de Alberto Fraga no Twitter .....	111
Imagem 29 - Retratação de Alberto Fraga no Twitter .....	112
Imagem 30 - Difamação de Marília Castro Neves no Facebook .....	112
Imagem 31 - Comentário de leitor em matéria da <i>Folha de S.Paulo</i> sobre pinturas de muros com imagens de Marielle Franco .....	113
Imagem 32 - Convite para ato político no dia da Consciência Negra em Porto Alegre .....	115
Imagem 33 - Tweet da deputada Talíria Petrone .....	115
Imagem 34 - Montagem com fotos de eleitas nas eleições de 2018 .....	116
Imagem 35 - Mosaico com material de divulgação do PSOL em diferentes estados .....	117
Imagem 36 - Publicação na página Alerta Leblon .....	119
Imagem 37 - Registro da gravação divulgada no Facebook por Witzel .....	120
Imagem 38 - Bottons, camisetas e blocos de anotações alusivos a Marielle .....	121
Imagem 39 - Desfile de Ronaldo Fraga durante a SPFW 2019 .....	122
Imagem 40 - Venda online de camisetas com estampa alusiva a Marielle .....	124
Imagem 41 - Produtos com a imagem da placa de homenagem a Marielle .....	124
Imagem 42 - Lanche comercializado em Belo Horizonte com suposta homenagem .....	125
Imagem 43 - Capa do livro póstumo com a dissertação de Marielle .....	125

## SUMÁRIO

EU SOU PORQUE NÓS SOMOS.....	11
2. O ACONTECIMENTO PÚBLICO MARIELLE FRANCO.....	13
2.1. PERCURSO DE PESQUISA.....	16
3. O DEVIR DO ACONTECIMENTO.....	21
3.1. O ASSASSINATO.....	21
3.2. QUEM ERA MARIELLE FRANCO?.....	27
3.2.1. Vida umbilical.....	29
3.2.2. Vida afetiva.....	30
3.2.3. Vida acadêmica.....	34
3.2.4. Vida política.....	37
3.3. SUCESSÃO DE EPISÓDIOS QUE COMPÕEM A NARRATIVA DO ACONTECIMENTO.....	46
4. A INDIVIDUAÇÃO DO ACONTECIMENTO.....	54
4.1. O DESAFIO DO ACONTECIMENTO.....	55
4.2. A NARRATIVA JORNALÍSTICA DOS ACONTECIMENTOS.....	62
4.3. COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DEMOCRACIA.....	67
4.3.1. Concorrência por visibilidade e credibilidade.....	69
4.4. ANTROPOFAGIA.....	73
4.4.1. Estratégias de matar o inimigo.....	75
4.5. BLOQUEIOS HISTÓRICOS PARA NEGROS E NEGRAS NA POLÍTICA.....	77
4.6. RACISMO NA CULTURA BRASILEIRA.....	84
4.7. INTERSECÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.....	87
5. O ACONTECIMENTO ANTROPOFÁGICO.....	92
5.1. REGIMES DE SENTIDO.....	92
5.1.1. Narrativas.....	93
5.1.2. Construção da pesquisa.....	94
5.1.3. Escolhas metodológicas.....	95
5.1.3.1. Espaço de caça.....	97
5.2. A CAPTURA DE MARIELLE FRANCO.....	99
5.2.1. O estado de coisas pelas mídias.....	100
5.2.2. Argumentos de atores influentes no Youtube.....	107
5.3. INSCRIÇÃO NA MEMÓRIA COLETIVA E DESACONTECIMENTALIZAÇÃO.....	112
5.3.1. A heroína.....	113
5.3.2. A anti-heroína.....	116
5.3.3. A mártir.....	119
5.3.4. A inimiga.....	123
5.3.5. Produto de consumo.....	127
6. A DISPUTA PELO ESTADO DE COISAS.....	133
QUANTOS MAIS VÃO PRECISAR MORRER PARA QUE ESSA GUERRA ACABE?.....	142
REFERÊNCIAS.....	144

## EU SOU PORQUE NÓS SOMOS

Talvez tenha sido durante uma caminhada apressada na Rua do Sossego, em Recife, que você viu o rosto dela. Foi ali que a encontrou: em um desenho realista de um artista de rua misturado às flores ascendentes de uma árvore, transformada-as em uma vasta cabeleira emoldurada por um turbante azul.

Ou então foi em Paris, junto à Gare de l'Est, uma das principais estações do décimo distrito que você pode ter visto uma placa com o nome dela. Ela está afixada em um jardim suspenso com árvores frutíferas que se projetam paralelamente aos trilhos.

Se você nem sequer se aproximou do território francês ou recifense, ainda assim, você pode ter sabido dela ao clicar sobre alguma manchete de *The New York Times*, dos EUA, *The Guardian*, da Inglaterra, *Clarín*, da Argentina, *El País*, da Espanha, ou ainda *Le Monde*, da França.

Se você teve algum envolvimento, você pode ter gerado uma das 1,16 milhões de menções ao nome da vereadora no Twitter ou ter participado das dezenas de manifestações em diversas cidades do país em homenagem a ela, muitas convocadas via Facebook. Se não encontrou seu nome em alguma placa afixada em um local público ou privado que encampou sua causa, você pode ter notado algum pixo com “Marielle vive” ou “Marielle presente”. Você também pode ter visto seu rosto em lambe-lambes ou na capa de uma revista de circulação nacional.

Não que seja uma unanimidade ou que tenha sido. Um prefeito no Distrito Federal vetou homenagem à vereadora no Distrito Federal, alegando que a celebração não tinha relação com aquela localidade. Você pode ter compartilhado notícias falsas sobre ela, como a desembargadora que teve uma postagem denunciada por atacar Marielle e defender a polícia, instituição que ao mesmo tempo cuida e é suspeita no caso desde que ele veio à tona.

Você se envolveu e foi envolvido por esse acontecimento: o assassinato de Marielle Franco, ocorrido em 14 de março de 2018. A morte chocou multidões, repercutiu no Brasil e no mundo, mas nesta data, o crime ainda não foi solucionado na esfera criminal. Mesmo sem respostas sobre seu mandante e até porque talvez a falta de resolução possa fazer parte desse acontecimento no futuro, o atentado contra Marielle está sedimentado em nossa história. É uma ferida na história brasileira, que se assemelha a muitas outras pela crueldade com que apaga uma vida, mas que foi se mostrando única

pela capacidade de ser canibalizada. Em cada movimento de leitura, Marielle foi se mostrando parte de quem a apreendeu em sua visada.

Marielle alimentou a fome de quem acreditava que moradores de favelas poderiam conquistar uma vida melhor por meio da educação. Alimentou a fome de quem desconfia da polícia e acredita que as mulheres merecem mais espaço na política. Marielle alimentou a fome de quem acha que defensores dos direitos humanos são defensores de bandidos e que merecem ser castigados pela bandidagem. Marielle alimentou os crentes na meritocracia e aqueles que acreditam no papel emancipador da educação e de teorias e práticas emancipatórias como a feminista. Marielle alimentou a fome de mulheres que se sentem oprimidas e de mulheres negras que se sentem oprimidas por outras mulheres. Marielle alimentou a fome de pessoas LGBTQ+ que se sentem ameaçadas. Marielle alimentou a fome de um país que se formou negro e periférico como ela, mas que nega sua origem, privilegiando a ocupação de espaços de poder por cotistas brancos. Marielle alimentou a fome de um país que se diz cordial e democrático, mas que está entre os que mais mata pessoas LGBTQ+ e mulheres. As feridas brasileiras também podem ser interpretadas como fomes nacionais.

Nesse trabalho, toma-se um movimento antropofágico como leitura para ler como história e contexto brasileiros falam eloquentemente sobre o assassinato de Marielle Franco e como essa morte alimenta sua imagem porque a torna mais visível do que era antes.

## 2. O ACONTECIMENTO PÚBLICO MARIELLE FRANCO

De um evento de ordem pessoal a um trauma coletivo, desde 14 de março de 2018, a morte da vereadora carioca ofereceu um banquete ao debate público, repercutindo e ultrapassando os limites da esfera de atuação da parlamentar, o Rio de Janeiro. Esse trabalho visa a analisar como o assassinato de Marielle se configura como acontecimento público, mobiliza sujeitos e instituições nas ruas, nas redes e na imprensa e força um debate sobre racismo e desigualdades raciais.

Mais do que a repercussão midiática do caso, com esse trabalho, pretende-se compreender os sentidos sobre o acontecimento e sobre Marielle Franco, a vítima do assassinato, cuja credibilidade está no centro das disputas pela versão do estado de coisas que o acontecimento revela. O objetivo é compreender os processos de significação e antropofagia simbólica que esse acontecimento gera.

Elos entre a noção de experiência e acontecimento auxiliam na compreensão de por que a morte de Marielle Franco acionou atores e discursos diversos na esfera pública, encorajando até atores que não são engajados com a pauta antirracista a abordar o racismo, essa fome historicamente negada e/ou silenciada. O estudo da configuração do assassinato de Marielle Franco como acontecimento público permite que essas fomes sejam visibilizadas.

Inicialmente, buscam-se momentos ápices de articulação para gerar visibilidade para o caso por meio da mobilização de atores engajados que reclamaram temas de interesse público como segurança, direitos humanos, racismo e feminismo.

Como a própria trajetória de Marielle orienta a leitura sobre o acontecimento de seu assassinato, foi necessário reconstituir sua trajetória, da infância até tornar-se agente política. Como procedimentos metodológicos, foi adotada a análise qualitativa, por meio do método histórico-descritivo, em que a descrição dos acontecimentos possibilita recuperar fatos e atores, e ainda por meio de uma perspectiva hermenêutica (RICOEUR, 1978), na qual a interpretação sobre o acontecimento é realizada..

Quando figura em bandeiras nos desfiles de escolas de samba, quando torna-se nome de rua dentro e fora do país, ou mesmo quando é alvo de notícias falsas que abalam sua reputação, Marielle Franco aciona sentidos que dizem respeito à forma como uma mulher negra é vista em nossa sociedade, até onde ela pode chegar por meio do ativismo antirracista, feminista e pró-direitos humanos. Afinal, que castigo ela pode sofrer ao desafiar estruturas de poder?

Com base em Deleuze (2015) que considera que *o acontecimento é uma ferida*, busca-se compreender como o acontecimento público Marielle visibiliza as feridas da democracia brasileira, sobretudo a persistência das desigualdades raciais como discurso naturalizado. Com amparo na teorização de Paixão (2005) sobre antropofagia, se entende que a morte de Marielle revela um estado de coisas que indica uma vitória da ideologia de democracia racial da população brasileira.

O estado de coisas é revelado por meio das mídias, que se constituem como um espaço de construção de narrativas sobre o acontecimento (BABO-LANÇA, 2011; SODRÉ 2009). Nesse estudo, se aponta como especialmente a imprensa é um sismógrafo do estado de coisas do acontecimento Marielle Franco, revelando como a credibilidade da parlamentar ocupa progressivamente a pauta.

Essa pesquisa tem como proceder metodológico a análise qualitativa. Começamos com a construção de uma narrativa histórico-descritivo, em que a descrição dos acontecimentos possibilita recuperar fatos e atores. Por isso, no capítulo 3 buscamos reconstituir o assassinato de Marielle Franco e sua subjetividade, que é acionada por esse acontecimento, e que compreende sua vida umbilical, afetiva, acadêmica e política. Ao fim desse capítulo, uma cronologia de episódios que compõem a narrativa do acontecimento sintetiza os eventos que guiaram esse trabalho e que representam momentos relevantes para essa pesquisa.

O acontecimento público é um conceito que desafia esse estudo, pela complexidade de definir sua individuação. A partir das dificuldades de apreender o acontecimento, no capítulo 4 se apresenta o percurso para compreender o conceito de acontecimento e suas implicações para a narrativa jornalística. Em seguida, como eixos teóricos, são abordados os conceitos de comunicação pública, visibilidade e credibilidade. A antropofagia, conceito que orienta a análise, é abordada em conexão com estudos sobre bloqueios historicamente construídos pela branquitude para impedir negros e negras de acessarem a política, as implicações do racismo na cultura brasileira e as intersecções de gênero, raça e classe.

O trabalho de análise se estabelece por meio das teorias apresentadas ao longo do texto, sendo, especificamente, vinculadas ao acontecimento, à visibilidade e à credibilidade, ao racismo e à antropofagia. O estudo ainda compreende uma análise antropofágica do acontecimento no qual emergem as representações paradoxais de tipos ideais de Marielle como *heroína* e *anti-heroína*, *mártir* e *inimiga* da nação, além de produto de consumo. A interpretação das representações é constituída por uma



perspectiva hermenêutica (RICOEUR, 1978).

Filiada ao entendimento de Deleuze (2015), de que o acontecimento revela um estado de coisas, se entende, nesse trabalho, que a mídia é um sismógrafo do estado de coisas, um espaço privilegiado de observação de narrativas sobre o acontecimento e disputa de visibilidade e inscrição de uma versão na memória coletiva. O capítulo 5 apresenta a análise no qual apresentamos a captura de Marielle pela cultura, que emerge em representações, como os tipos ideais criados para interpretação, de mártir, heroína, anti-heroína e inimiga. São destacados os momentos de maior repercussão do caso, a partir de 14 de março de 2018 até um ano depois do caso (14 de março de 2019), quando ocorreram prisões de acusados e manifestações pela tentativa de descoberta dos mandantes.

O presente trabalho não se propõe a ser uma análise fechada, pois trata-se de um acontecimento que segue em movimento contínuo e complexo, recebendo inúmeras leituras. A intenção é oferecer um recorte, uma leitura antropofágica de um objeto complexo. Marielle é, nesse cenário, campo de representações que tentamos mapear, classificar e entender.

Essa dissertação é uma tentativa de ampliar a interface da Comunicação com os estudos de Raça e Desigualdades Raciais. Como pesquisadora de Comunicação na UFRGS, uma universidade federal na qual a população negra é subalterna, acredito que as reflexões apresentadas aqui podem contribuir para a superação do racismo institucional que impera também em outros espaços de disputa de poder além do acadêmico.

É, ainda, desejo meu que esse trabalho possa contribuir com os esforços antirracistas da minha população, sobretudo para que sua memória não seja apagada e as mesmas opressões voltem a operar com verniz de ineditismo.

## 2.1. PERCURSO DE PESQUISA

Essa pesquisa investiga o acontecimento público destramado pelo assassinato da vereadora Marielle Franco, que ocorreu em 14 de março de 2018 por volta das 21h30min no Rio de Janeiro, e seus desdobramentos para a comunicação pública. Esse assassinato emerge imediatamente na pauta dos media e gera debate público sobre temas de interesse público, extrapolando a esfera da pauta da segurança.

O acontecimento público Marielle Franco possibilita o estudo sobre temas de interesse público — como segurança, direitos humanos, racismo —, e a comunicação pública, revelando-se potente para a exploração teórica. A complexidade de sua configuração permite refletir sobre democracia, política, representação, mobilização da sociedade por meio de mídias sociais, questões de comportamento, gênero, mobilização de mulheres, raça, classe, desigualdades raciais e interseccionalidade em perspectivas não só da Comunicação, mas também da Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Psicologia e História, entre outras áreas do conhecimento.

Dentre as várias camadas, a escolhida nesse trabalho é a de que os media contribuem decisivamente para a revelação do sentido do acontecimento, acionando o problema público que ele desvela e sua verdade. A mídia é um espaço de visibilidade das revelações do acontecimento e dá visibilidade específica às várias vidas que esse acontecimento alcança nas diversas experiências de seus públicos.

O presente trabalho visa a contribuir para tal pluralidade de perspectivas e abordagens teóricas. Apesar da atualidade do objeto de pesquisa, que implica riscos e dificuldades ao estudo, sua exploração abre diálogos com questões estruturais da comunicação, propiciando a discussão sobre conceitos caros ao campo, como acontecimento, visibilidade, credibilidade, representação, hermenêutica, mito da democracia racial e intersecções de gênero, raça e classe. A abordagem desse acontecimento exige uma estratégia transdisciplinar, uma vez que esse fenômeno tem aspectos intrínsecos à comunicação, mas também com implicações para problemas de campos de outras áreas de pesquisa.

Inserido no conjunto de pesquisas do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política, esse trabalho é mais um dentre os esforços para produzir conhecimento sobre processos de comunicação pública e política com a intenção de compreender como eles afetam as relações entre estado, mídia e sociedade. Um dos efeitos dessa inserção é o trabalho articular temas e atores da atualidade mas que

também contribuem para debates perenes.

Afora os méritos desse tema como potencialidade de construção de conhecimento, a escolha tem como justificativa, sobretudo, o sentimento de inconformidade com a perda de Marielle, que lutava ativamente contra opressões, era uma liderança em ascensão e simbolizava uma esperança de contribuição para a diminuição dos problemas de representação na democracia brasileira, corrigindo a falta de visibilidade sobre temas de interesse público ligado às minorias ou maiorias minorizadas que ela representava, sobretudo as mulheres negras e os moradores de favelas. Por meio desse trabalho, busca-se ainda colaborar para que os debates suscitados pela vereadora sigam mobilizando atores em diferentes espaços, especialmente na universidade pública, lugar de pesquisa, ensino e produção de conhecimento.

Sendo assim, o objetivo é investigar os sentidos da morte de Marielle Franco, disputados em torno da visibilidade obtida pelo acontecimento e disputada em torno da credibilidade da parlamentar. O acontecimento destamado pela morte de Marielle Franco é o tema dessa investigação, entendido como um acontecimento público que revela um estado de coisas e o problema público da naturalização da persistência das desigualdades raciais no Brasil. O debate público acionado por esse acontecimento repercute na imprensa gerando a abordagem de pautas de interesse público, como segurança, direitos humanos, racismo e problemas na democracia. Tendo em vista o postulado de Weber (2017) sobre o papel da comunicação pública na democracia, se busca como o acontecimento público Marielle contribuiu para o debate público e provoca a imprensa a pautar temas invisibilizados como as desigualdades raciais, de modo a incidir sobre a qualidade da comunicação e da democracia brasileira.

Criando interpretações sobre o acontecimento a partir de suas experiências, os atores interagem atribuindo sentidos, fazendo emergir imagens de Marielle, que são interpretadas nesse trabalho. A imagem e a identidade de Marielle são apropriadas em manifestações da política, do carnaval, do marketing e da moda, produzindo variados símbolos e novos discursos, que oferecem tarefas de interpretação na análise desse acontecimento pela perspectiva da Comunicação. O interesse sobre o corpo e o legado de Marielle remetem à antropofagia, conceito que nos ajuda a pensar como sua morte e existência são apropriadas e devoradas para se tornarem discurso sobre a naturalização das desigualdades raciais na cultura brasileira. Esse movimento de tornar-se outra coisa e remeter ao mesmo tempo ao passado e ao porvir é característico do acontecimento, conforme abordaremos adiante.

São perguntas que guiam essa pesquisa:

Por que o assassinato de Marielle Franco se configura em um acontecimento público? Como o caso se torna um atrator para diversos atores, mobilizando-os, por meio de suas experiências, em torno de variados sentidos atribuídos à identidade social de Marielle? Por que o acontecimento não gera consenso e mobiliza uma disputa pela imagem de Marielle, ora sendo louvada, ora sendo criticada por sua origem, condição de vida e suas escolhas políticas? Por que o discurso em torno do que Marielle representa é apropriado com fins mercadológicos em camisetas, livros e desfiles de moda? Que estado das coisas e que problema público esse acontecimento revela? Com que propósitos, sejam mercadológicos, culturais ou políticos, sua imagem é utilizada e seu nome referido? Na perspectiva antropofágica, qual é a força que Marielle empresta como sentido? Como a perspectiva antropofágica nos ajuda a entender a apropriação do corpo de Marielle?

A premissa é de que, sendo o sentido o próprio acontecimento, a credibilidade de Marielle Franco funciona como um atrator sobre os atores, fazendo com que eles se mobilizem sobre o acontecimento com base nas características objetivas e subjetivas de Marielle e em suas próprias experiências. Por ser negra, mãe, de comunidade, viver um casamento lésbico e defender causas ligadas aos direitos humanos, aos LGBTQ+, aos moradores de favelas e às mulheres negras, a execução da parlamentar mobiliza atores a interagirem sobre sua trajetória e interpretem as causas e visibilidade gerada a partir de sua morte. Com uma trajetória rara no cenário político, Marielle segue mobilizando os atores a disputarem sentidos sobre sua existência e sobre o seu legado, como se o seu corpo fosse alvo de uma disputa permanente.

Portanto, o objetivo geral desse trabalho é descrever a configuração do acontecimento público destramado a partir do assassinato de Marielle Franco. O estudo irá compreender os principais desdobramentos envolvendo o caso durante o período de um ano após a morte da parlamentar, buscando narrar por que e como o acontecimento mobiliza diversos atores na esfera pública.

Em linhas gerais, esses serão os passos para a efetuação dessa investigação:

- 1) Narrar o acontecimento destramado pelo assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco em 14 de março de 2018;
- 2) Identificar sentidos mobilizados por atores engajados com o acontecimento identificando como se relacionam com ele a partir de suas experiências e da credibilidade de Marielle.

- 3) Caracterizar o contexto político e sociocultural em que o acontecimento se desenrola;
- 4) Interpretar o acontecimento e seus sentidos na cultura à luz do conceito de antropofagia, mirando como o acontecimento é apropriado por meio de ações de atores, instituições e organizações que disputam sentidos a partir de Marielle para fins políticos, mercadológicos ou espetaculosos.

O estudo narra a configuração do acontecimento público destramado pelo assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco em março de 2018. Inicialmente, se busca entender, por meio da descrição, o contexto do assassinato e a trajetória da parlamentar, nos âmbitos público e privado. Sendo uma parlamentar mulher, negra, nascida na favela, LGBT+ e defensora dos direitos humanos, Marielle era um corpo estranho na política brasileira (CARNEIRO, 2009), rompendo com o silenciamento aos sujeitos negros nos espaços de poder.

Depois da reconstituição do caso e da trajetória de Marielle no capítulo 3, se opera uma investigação sobre o conceito de acontecimento, tendo como basilares os postulados de Deleuze de que o sentido é o próprio acontecimento (1974), de Quéré (2011) sobre a individuação dos acontecimentos e de Žižek (2017) sobre os processos de desacontecimentalização.

Para compreender como um acontecimento de grande alcance como esse afeta a comunicação pública, se buscou amparo no conceito de esfera de visibilidade pública (GOMES, 2014) e debate (ESTEVES, 2011; WEBER, 2017). Essa discussão é aprofundada na leitura sobre concorrência por visibilidade e credibilidade, com Weber (2006), Landowski (1992), Goffman (1988) e Coelho (2013).

Outro eixo de compreensão do acontecimento é pela antropofagia pensada por Paixão (2005) como um desdobramento das desigualdades raciais. Na sequência, ainda no capítulo 4, desenvolvemos um levantamento das teorias sobre desigualdades raciais na política brasileira, sobre as estratégias de manutenção do racismo na sociedade brasileira e sobre as intersecções de gênero, raça e classe.

O capítulo 5 é dedicado à análise por meio da perspectiva hermenêutica e a leitura da antropofagia na cultura. A captura de Marielle Franco acontece no estado de coisas acionado pelas mídias e nos argumentos de atores influentes no Youtube. O desenvolvimento dessa interpretação nos permite identificar que as representações sobre Marielle que emergem disputam uma versão da personalidade pública, do acontecimento

e do estado de coisas que ele revela na inscrição da memória coletiva concorrendo também com o desejo de desacontecimentalização.

Para operar a compreensão do caráter paradoxal e sempre duplo desse acontecimento, se estabelece em meio ao mosaico de representações, os tipos ideais de Marielle como heróina e anti-heróina, inimiga e mártir. Outro espaço de representações é o mercado, que consome as diferentes representações de Marielle como um produto de consumo. A partir desses eixos de interpretação, é possível analisar o estado de coisas que o acontecimento revela e como ele sinaliza para causas históricas e efeitos previsíveis desse acontecimento. A antropofagia de Marielle Franco favorece a conformidade com o acontecimento e sua naturalização dentro de uma narrativa de operacionalidade do racismo na cultura brasileira.

### 3. O DEVIR DO ACONTECIMENTO

O acontecimento Marielle Franco se desenrola a partir do assassinato de Marielle, ocorrido em 14 de março e que também ocasionou a morte de Anderson Gomes, motorista que acompanhava a parlamentar em atividade no bairro do Estácio, na região Central do Rio de Janeiro. Uma assessora também acompanhava Marielle Franco, e, apesar de ter se ferido no dia do crime, foi a única sobrevivente do atentado e vive sob proteção da Justiça por ser uma testemunha chave do crime. A seguir, se expõe uma breve descrição do crime e como ele causou impacto imediato.

Para interpretarmos esse acontecimento é necessário entendê-lo como um devir, que tem como epicentro um assassinato político, mas também se baseia na personalidade que o encarna. É, portanto, importante olharmos para antes e depois do incidente criminoso que a revela. O devir acontecimento Marielle inclui sua trajetória até se tornar parlamentar, cobrindo diferentes aspectos de sua experiência. Nessa investigação, é abordada sua infância e juventude, sua *vida umbilical*; e sua *vida afetiva*, que compreende seu primeiro casamento e o nascimento da filha, bem como o casamento com Mônica Benicio. A etapa da investigação se completa com o relato do percurso escolar da parlamentar, sua *vida acadêmica*, e de sua militância até seu período de mandato, sua *vida política*.

#### 3.1. O ASSASSINATO

Na tarde de 14 de março de 2018 o coronel Luís Cláudio Laviano, de 49 anos, tomou posse como comandante geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Em pronunciamento à imprensa, disse que a corporação “não é formada apenas por santos, mas é a instituição que está na linha de frente”<sup>1</sup>. O comandante ainda respondeu sobre o avanço das milícias<sup>2</sup> no estado, afirmando que os milicianos atuam onde há vácuo de poder. O novo comandante assumia com a meta de reduzir os índices de criminalidade na capital, região metropolitana e baixada fluminense.

---

1 G1. Resumo do dia. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/resumo-do-dia/noticia/quarta-feira-14-de-marco-de-2018.ghtml>>. Acesso em: 16 jun 2019.

2 Milícias são organizações criminosas que costumam atuar como um poder paralelo em regiões desassistidas pelo estado. Proclamando-se em defesa da segurança e fornecendo serviços nessa e em outras áreas, os grupos costumam ser paramilitares, ou seja, formados com participação de agentes de segurança do Estado, como policiais, bombeiros e agentes penitenciários. A partir dos anos 2000, estudos (ver CANO, Ignacio; DUARTE, Thais, 2012) relacionam o uso desse termo com a presença de milicianos em favelas do Rio de Janeiro.

Na noite do mesmo dia dessa promessa, a vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco participou de um encontro de mobilização de coletivos de mulheres negras — evento intitulado “Mulheres negras movendo estruturas”, na Rua dos Inválidos, no Centro. Em um local predominante de escuta de ativistas e feministas negras<sup>3</sup>, ela fez seu último ato público como vereadora.

Imagem 1 - Registro de Marielle em atividade política horas antes do crime



Fonte: Página de Marielle no Facebook

Imagem 2 — QR Code da transmissão do encontro Mulheres Negras Movendo as Estruturas



Fonte: Produção da autora para direcionamento para a página de Marielle no Facebook

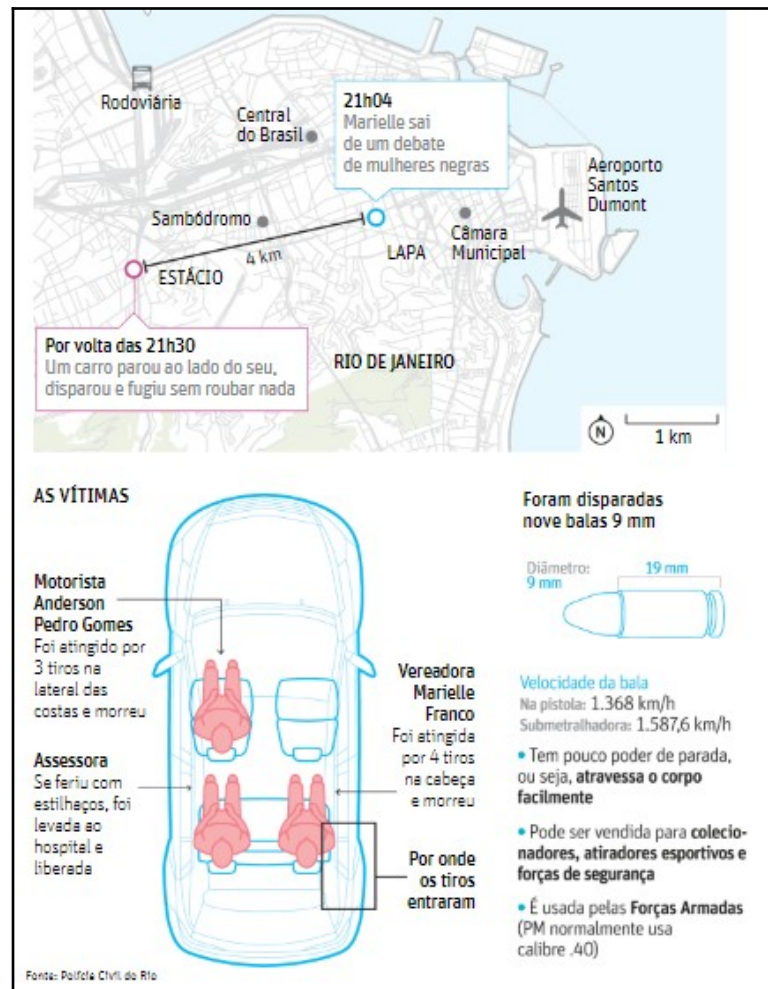
Na saída da atividade, Marielle seguiu para o carro de seu mandato, um modelo Agile branco, que era dirigido pelo motorista Anderson Pedro Gomes. O carro em que eles estavam foi perseguido e, na região do Estácio, um outro veículo emparelhado ao lado. O carro Cobalt prata foi jogado contra o que Marielle estava e o passageiro do banco de trás abriu a janela e dirigiu os tiros contra a vereadora. Ela foi executada com

3 <sup>?</sup> Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43414709>>. Acesso em: 12 nov 2018.



quatro tiros na cabeça, todos do lado direito da face, entre a parte de cima da sobrancelha e a parte de baixo da orelha. Anderson também foi alvejado, com três tiros nas costas.

Imagem 3 — Infográfico sobre o crime



Fonte: Jornal *Folha de S.Paulo*

Após o ataque, nada foi levado do carro. Oito projéteis que restaram no chão foram anexados como documentos para a investigação. A falta de indícios de ser um assalto, levou à suspeita de execução. A assessora parlamentar Fernanda Chaves conseguiu escapar dos tiros e, vivendo sob proteção do estado, tornou-se a única testemunha do caso.

Imagem 4 — Anderson Gomes com o filho Artur



Fonte: Foto divulgada em mídia social de Anderson

O assassinato foi encaminhado para investigação pela Polícia Civil do Rio de Janeiro. Dois dias depois, em 16 de março, foram divulgadas imagens obtidas pela polícia, onde dois homens aparecem dentro de um Cobalt com placa de Nova Iguaçu, que ficou parado perto do local do crime. Também foi nesse dia que foi divulgada a arma utilizada, uma pistola 9 milímetros cuja munição pertencia a um lote vendido para a Polícia Federal de Brasília em 2006 (lote UZZ18). Na ocasião, destacou-se também que a munição do mesmo lote já havia sido utilizada em diversos crimes no país, como a Chacina de Osasco — em que policiais foram condenados pelo assassinato de 17 pessoas em uma série de ataques na Grande São Paulo em 13 de agosto de 2015.

Quase um ano depois, em 12 de março de 2019 é que a Polícia Civil e o Ministério Público do Rio de Janeiro prenderam o homem apontado como o autor dos disparos que mataram Marielle e Anderson: o policial militar reformado Ronnie Lessa, de 48 anos. Na operação chamada Lume, ainda foi preso o ex-PM Élcio Vieira de Queiroz, que foi expulso da corporação. Ele teria sido o motorista do carro usado no crime. Para chegar às prisões, a polícia ouviu 230 testemunhas. Conforme a investigação, Lessa teria pesquisado na internet, durante três meses, os locais Marielle frequentava, premeditando o crime. Lessa também teria feito pesquisas sobre o uso da submetralhadora usada no crime, mas que nunca foi encontrada. Por conta das interferências para atrapalhar as investigações, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, ofereceu denúncia contra um conselheiro afastado do TCE-RJ e um funcionário do gabinete dele, de um policial federal, um policial militar e a advogada dele. Os problemas de interferência na investigação e demora no prazo de encerramento do inquérito levou à tentativa de

federalização apresentada pela Procuradoria-Geral da República em 17 de setembro de 2019.

Logo após o crime, o choque com a morte da vereadora e a repercussão alcançou rapidamente diversas localidades e pessoas mesmo fora do Rio de Janeiro. O relato<sup>4</sup> da filha de Marielle dá ideia do alcance da repercussão e de como ela surpreendeu os familiares da vítima, mas não só eles, como também a imprensa e várias de nós. Luyara Santos, que tinha 19 anos na ocasião, soube que a mãe havia morrido em uma conversa com um ex-namorado: “Pô, minha mãe recebeu uma mensagem aqui no telefone. Tão falando que mataram sua mãe’. Ele foi muito direto”, contou Luyara Santos ao jornal *O Globo*<sup>5</sup>.

Eu falei que não era possível, eu tinha acabado de trocar mensagem com ela. Levantei da cama, fui falar com os meus avós, mas não queria ser a pessoa que contaria a eles. Então pedi que ligassem para ela e para ligarem a TV na Globonews. Nesse momento, escutei a minha tia falando ao telefone no andar de cima. Quando ela desceu as escadas, eu já me debatia no chão, gritando. As pessoas começaram a chegar na casa, meu padrinho, amigos que se formaram comigo, amigos da minha avó. Ela ficou muito mal, eu achei que naquele dia iria perder as duas de tanto que ela chorava. Chorava, chorava, chorava. Pedi a minha avó para ficar calma: “Eu não posso perder as duas no mesmo dia”. Minha tia foi ao local do assassinato, voltou e falou que era verdade mesmo. A gente tentou ir dormir sem acreditar. Eu não dormi, não consegui.<sup>6</sup>

Apesar de Marielle ser uma parlamentar, sua família não esperava a repercussão imediata e viral do acontecimento. A repercussão do caso, que emergiu nas redes, deu mostras de seu alcance viral com a cantora pop norte-americana e branca, Katy Perry, que chamou ao palco de sua apresentação familiares da vereadora.

Nos primeiros meses, eu comentava com minha tia que os caras que fizeram isso não tinham noção de que repercutiria nesse nível. Eles achavam que seria só mais um crime político. Eu tive noção quando a gente foi no show da Katy Perry. Eu a conheci, tirei foto com ela, o que já era bem mais do que qualquer pessoa esperava. E depois ver outras pessoas como a Taís Araújo e o Lázaro Ramos, gente que eu sempre admirei. A própria Angela Davis, que minha tia teve o prazer de conhecer. É muito gratificante. Ameniza um pouco a dor saber que ela morreu por uma causa que repercutiu no mundo todo.<sup>7</sup>

Simpatizante e apoiadora de causas LGBT+, a cantora pop norte-americana e branca projetou imagem da vereadora durante show na Praça da Apoteose, no Centro do Rio de Janeiro. Ao lado de Luyara e Anielle, filha e irmã de Marielle, a cantora puxou

---

4 Idem.

5 ? O GLOBO. 'Tanta gente usa a imagem dela para se promover', diz Luyara, filha de Marielle Franco. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/celina/tanta-gente-usa-imagem-dela-para-se-promover-diz-luyara-filha-de-marielle-franco-23511715>>. Acesso em: 24 de abril de 2019.

6 Idem.

7 ? Idem.

gritos de protesto da plateia e fez um minuto de silêncio em memória da líder política.

Imagem 5 — Luyara e Anielle participam de homenagem a Marielle no show de Kate Perry



Fonte: Youtube

Outras celebridades e intelectuais de alcance internacional se manifestaram sobre o assassinato, entre elas: a cineasta norte-americana Ava DuVernay, a filósofa norte-americana Angela Davis, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, o escritor norte-americano Ta-Nehisi Coates, a empresária e modelo norte-americana Naomi Campbell, o linguista norte-americano Noam Chomsky, o filósofo esloveno Slavoj Žižek, o ator mexicano Gael García Bernal, do ator norte-americano Danny Glover,. Já entre os locais, houve manifestações dos ícones da MPB Elza Soares e Caetano Veloso, além da cantora Teresa Cristina, do rapper Emicida, do ator Wagner Moura, do escritor Gregório Duvivier, da apresentadora Angélica, da atriz Glória Pires, do autor Walcyr Carrasco, da cineasta Barbara Paz, do produtor cultural Alê Youssef, do esportista Flávio Canto.

A cantora pop Anitta fez um longo texto se manifestando em resposta ao caso, alegando reclamações de fãs sobre seu silêncio no auge da repercussão<sup>8</sup>. “Não se esqueçam, povo, por favor. Ainda lembramos da juíza Patricia Acioli (morta nas mesmas circunstâncias)? Ainda lembramos do menino João Hélio? Sentimos a dor da perda de

8 UOL. Após ser criticada, Anitta homenageia Marielle: ninguém merece morrer. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2018/03/19/apos-ser-criticada-anitta-homenageia-marielle-ninguem-merece-morrer.htm>>. Acesso em 8 jan. 2020.

cada policial que morre em serviço? Espero que sim”, escreve em trecho. Horas depois, entretanto, Anitta apagou o escrito e relatou que a causa foram ataques e reclamações de fãs sobre sua postagem.

### 3.2. QUEM ERA MARIELLE FRANCO?

O acontecimento desenredado pela morte de Marielle Franco acionou as buscas sobre a trajetória de vida da parlamentar. A vida antes da tragédia e, sobretudo, as escolhas de Marielle se tornaram objeto de comoção, curiosidade e inquérito, tal qual as razões e o planejamento de sua morte.

## Imagem 6 — Busca a partir da digitação de “Marielle Franco era”



Fonte: Google

De esquerda, criminosa, professora, mãe, comunista, ativista, defensora de bandidos? Essas foram algumas perguntas que atores afetados pela morte de Marielle Franco fizeram em razão de seu assassinato. Não bastou reconhecer a vítima e o crime horrendo; a experiência de compartilhar a morte de Marielle pelos noticiários e pelo conteúdo nas redes incluía a experiência de refletir sobre a vida de Marielle como causa para o crime.

Tendo em vista essa característica da experiência envolvendo o acontecimento destramado pela morte de Marielle Franco, é traçado um perfil da vereadora com base em textos acadêmicos, entrevistas, material de campanha, conteúdo de redes sociais, depoimentos de familiares, da viúva, de amigos e correligionários da psolista. A ideia é indicar as relações causais entre a trajetória de Marielle Franco — como mulher negra, de comunidade, mãe, feminista e LGBT+ —, e de mobilização sobre seu assassinato, cujo mandante ainda não conhecemos.

Vale enfatizar que irrompem desafios na análise da trajetória de uma pessoa já falecida, desafios que igualmente aparecem no decorrer da análise de um acontecimento recente e envolto em controvérsia na sua resolução. Para dar conta de recuperar a trajetória de Marielle, é necessário elencar acontecimentos significativos que foram apontados pela perfilada, assim como relatos de amigos, familiares, correligionários e atores políticos que se sentiram mobilizados por sua vida ou sua morte. O perfil sintetiza textos e entrevistas da própria vereadora, além de depoimentos de sua família e amigos.

Apresentar-se-á, ainda, imagens que a vereadora utilizou para divulgar seu

trabalho e aquelas que se tornaram as mais representativas após sua morte. Sempre que forem expostas fotos e informações difamatórias atribuídas a Marielle em *fake news* (doravante *notícias falsas*) elas serão devidamente sinalizadas.

### 3.2.1. Vida umbilical

Nascida e criada na favela da Maré no Rio de Janeiro, Marielle Francisco da Silva teve uma trajetória comum à maioria das crianças pobres do Brasil. Antes de alcançar uma cadeira no parlamento carioca, a trajetória de Marielle Franco refletia muitos índices compartilhados pela população negra, como o nível de escolaridade e o rendimento abaixo da média acumulada pelas mulheres e homens brancos<sup>9</sup>. De origem pobre, com mãe e pai negros e nordestinos, da Paraíba, Marielle trabalhou desde os 11 anos como vendedora ambulante para ajudar nas despesas de casa e também custear os estudos.

Imagem 7 — Marielle Franco posa para foto aos 9 anos



Fonte: Jornal O Globo

Marielle era uma mulher considerada bonita, além de carismática. Dos 14 aos 17, foi dançarina da equipe de funk Furacão 2000. Adorava o ritmo musical saído das favelas e toda a agitação que os bailes funk promoviam em comunidades, integrando moradores e reunindo jovens de todas as periferias em uma linguagem comum. Luyara indica, em relato, que a aparência era importante para a autoestima e a habilidade política da mãe:

Eu tinha saído do estágio e minhas aulas ainda não tinham começado. Ou seja,

---

<sup>9</sup> ? IBGE. IBGE mostra as cores da desigualdade. IBGE, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>>. Acesso em: 14 nov 2018.

estava em casa direto. Então minha mãe me falou para ir passar um tempo com a minha avó. Depois de uma semana lá, peguei conjuntivite. Quando voltei para casa, fui dar um abraço na minha mãe, e ela disse: “cê tá maluca garota, eu não posso pegar conjuntivite não!”. Ela iria viajar na sexta... Eu fiquei muito chateada na hora, mas voltei para casa da minha avó. Era uma segunda-feira. No dia seguinte, não nos falamos muito. Na quarta, dia em que minha mãe foi assassinada, ela me enviou mensagem, acho que era umas oito e pouca da noite. Estava na Casa das Pretas, e me mandou uma mensagem falando que a gente tinha que cuidar da nossa coroa, que é como chamamos o nosso cabelo. Foi a última mensagem que eu recebi dela.<sup>10</sup>

Marielle conheceu o nome “Uiara” depois de vê-lo escrito em um barco e encantou-se com a simbologia da deusa indígena. Lutadora foi o significado que deu à filha. Ela considerava que os nomes deveriam ser portadores da força dos corpos que os carregavam. Prova dessa crença é a escolha do sobrenome Franco, uma redução de Francisco. Ela considerava Franco mais positivo por remeter à honestidade, uma característica a que queria ser associada na vida pública e que combinava com a busca existencial que pautava sua vida.

### **3.2.2. Vida afetiva**

Marielle Franco casou-se aos 18 anos, em 1998, quando estava grávida. Conforme a mãe, Marinete, a situação era delicada porque a família era muito católica e pressionou pela união.

---

10 O GLOBO. 'Tanta gente usa a imagem dela para se promover', diz Luyara, filha de Marielle Franco. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/celina/tanta-gente-usa-imagem-dela-para-se-promover-diz-luyara-filha-de-marielle-franco-23511715>>. Acesso em: 24 de abril de 2019.



## Imagem 8 — Casamento de Marielle Franco em 1998



Fonte: *Jornal O Globo*

O primeiro casamento de Marielle durou três anos e meio, de 1998 a 2001. Ela revelou que sofreu violência do antigo companheiro e classificava o relacionamento como abusivo. Essa união, bem como os namoros com outros homens geram controvérsia sobre o uso da categoria lésbica para definir a sexualidade de Marielle. A vereadora se autodefinia como bissexual. A filha Luyara também prefere utilizar bissexual para definir a mãe. Movimentos identificados com a representação lésbica, no entanto, costumam ser reticentes com relação a essa categoria, pois, embora haja invisibilização sobre a existência de bissexuais, reivindicam que lésbicas são mais estigmatizadas e geralmente buscam a identificação como bissexuais por terem tido relações com homens antes de se assumirem publicamente em relações duradouras com mulheres.

Ainda jovem na comunidade, Marielle estudou no curso pré-vestibular comunitário que deu origem às Redes de Desenvolvimento da Maré<sup>11</sup>, o mesmo do qual se tornaria professora e coordenadora anos mais tarde. No mesmo período em que buscava uma vaga na universidade, tornou-se mãe, aos 19 anos, aproximando-se de outras jovens negras que têm filho antes dos 25 anos e de mulheres que se tornam as chefes de família de suas casas, contribuindo decisivamente para o sustento de todos que vivem no lar. Como outras mulheres, Marielle abandonou os estudos para buscar sustento para ela, a filha e o marido. Teria sido o desejo de romper com o casamento que a motivou a voltar a estudar e buscar o curso de graduação como possibilidade de ascensão social.

Na época de sua separação, Marielle voltou para a casa dos pais e viu a oportunidade de que, contando com a mãe para ajudar a educar a filha, pudesse se dedicar à universidade.

<sup>11</sup> A Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes) é uma organização não governamental criada em 2007 por moradores e ex-moradores do Complexo da Maré para compartilhar oportunidades de educação e trabalho para residentes da favela.

Ela se separou muito cedo do meu pai, eu tinha uns 3 anos. Até os 10, a gente morava com a minha avó. Quando minha mãe casou de novo, foi muito diferente porque passamos a ser eu, ela e mais uma pessoa. Antes, ela trabalhava em três lugares, eu acho, e eu só a via de manhã e de noite, antes de dormir. Quando se candidatou, eu estava no ano do vestibular. Então acordava muito cedo, e ela estava dormindo. Eu só dava um beijo nela e ia para a escola. Depois da escola, eu voltava cansada, e ela chegava do trabalho e me dava um beijo. Eu sempre falo que minha mãe era meu porto seguro. Era o meu anjo da guarda para enfrentar o mundo<sup>12</sup>.

Para Luyara, a morte da mãe foi um acontecimento que levou a diversas mudanças, como o retorno para a casa dos avós. Estudante de Educação Física na Uerj, ela também passou a trabalhar na política, sendo contratada<sup>13</sup> por Renata Souza, que foi chefe de gabinete de Marielle e elegeu-se deputada estadual pelo PSOL em 2019.

As pessoas não lembram que minha mãe tinha uma filha. Ou não sabem. Tem tanta gente que usa a imagem dela para se promover, usam o nome dela para se promover. Como é que todo mundo tá usando o nome dela e não sabe que ela tem uma filha? Não sabem a história dela. Mãe, vereadora, bissexual. Esquecem que a gente tem uma essência, uma criação. Inclusive acho que essa é a justiça que, no meu coração, vai mais me acalantar. Quando as pessoas reconhecerem todo mundo como a mesma família, que a família existe, que está todo mundo junto.<sup>14</sup>

No subtexto de Luyara, está a crítica ao espaço que Mônica Benicio progressivamente ocupou como porta-voz na imprensa e junto a movimentos sociais que cobram justiça pelo crime. Desde a morte de Marielle, Mônica, que é uma mulher branca, tem usado suas redes para lembrar o amor interrompido e pedir justiça, denunciando o caso em diversos fóruns e até mesmo junto a lideranças feministas como Angela Davis, de quem Marielle era declaradamente uma admiradora.

Marielle e a arquiteta Mônica Teresa Benicio se casaram informalmente em janeiro de 2017, após a posse como vereadora. Elas trocaram alianças durante show da sambista Mart'nália no Circo Voador, na Lapa. Nas redes sociais, Marielle postava diversas fotos com a companheira, utilizando a hashtag #M2, fazendo referência às iniciais do casal, e #nossasfamiliasexistem, em forma de protesto pela invisibilização das famílias que mulheres lésbicas e bissexuais formam.

---

12 O GLOBO. 'Tanta gente usa a imagem dela para se promover', diz Luyara, filha de Marielle Franco. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/celina/tanta-gente-usa-imagem-dela-para-se-promover-diz-luyara-filha-de-marielle-franco-23511715>>. Acesso em: 24 de abril de 2019.

13 EXTRA. Filha de Marielle é nomeada no gabinete da deputada Renata Souza. *Extra online*, 2019. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/filha-de-marielle-franco-nomeada-no-gabinete-da-deputada-renata-souza-23430171.html>>. Acesso em: 24 de abril de 2019.

14 O GLOBO. 'Tanta gente usa a imagem dela para se promover', diz Luyara, filha de Marielle Franco. *O Globo*, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/celina/tanta-gente-usa-imagem-dela-para-se-promover-diz-luyara-filha-de-marielle-franco-23511715>>. Acesso em: 24 de abril de 2019.

Imagem 9 — A união de Marielle e Mônica Benicio



Fonte: Arquivo pessoal de Mônica Benicio

Mônica conheceu Marielle quando tinha 18 anos e viajava com um grupo de amigas para a Praia do Joconé em Saquarema, no estado do Rio. Marielle tinha 24 anos à época. Mônica, que também é oriunda do Complexo da Maré, conta que o envolvimento das duas começou por volta de 2009: “Quando a gente assumiu para a família, foi rejeição para todos os lados. Foi muito difícil. Você não tem auxílio na rua, entre amigos, e quando mesmo a família não te dá suporte, o mundo vira um lugar bastante complicado<sup>15</sup>”. Mônica atribui aos problemas financeiros e ao receio de uma perseguição violenta o relacionamento ter tido muitas idas e vindas. Desde que se conheceram, ambas se relacionaram com outras pessoas antes de se unirem de vez em 2017 — Marielle, com homens; e Mônica, com mulheres.

Éramos duas mulheres que não se encaixavam no estereótipo do que rotulavam como sapatão. Havia riscos na favela. Era perigoso. 'Vocês gostam de mulher porque não conheceram homens de verdade'. 'Você nunca conheceu um peru de verdade.' Ouvimos isso muitas vezes. Às vezes, vinha de amigos mesmo. Mas, quando vinha de estranhos, era amedrontador. Além de tudo, tínhamos a possibilidade de um 'estupro corretivo'.

Com a união informal em 2017, passaram a viver juntas com Luyara na Tijuca, zona norte do Rio. O casamento foi outro projeto interrompido pelo assassinato da parlamentar.

### 3.2.3. Vida acadêmica

---

<sup>15</sup> ? BBC. Rejeição da família, pedido de casamento e luto: a história de amor interrompida de Marielle e Mônica. *BBC*, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43558653>>. Acesso em: 5 de maio de 2019.

Marielle começa a se afastar das estatísticas da maioria da população negra e periférica quando cursa a graduação em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), e, posteriormente, a pós-graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A faculdade surge nos planos de Marielle de forma mais concreta com a criação do primeiro curso pré-vestibular popular do Complexo da Maré, que a preparou para o vestibular. Na ocasião, ela havia abandonado os estudos para se dedicar à filha e trabalhar — Marielle voltou ao mercado de trabalho como recreacionista três meses após o nascimento da filha.

Após ser aprovada no vestibular, obtém uma bolsa integral por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni<sup>16</sup>). O desconto de 100% na mensalidade é que possibilita que ela possa fazer o curso. O desenvolvimento de sua carreira acadêmica esbarra muitas vezes nas diferenças de classe e origem social que ela observa entre colegas e professores. A formação política oferecida pelo curso preparatório para o vestibular e a imersão nos estudos de feministas e de intelectuais negras serve como um escudo para Marielle. Ela conta que usava a experiência como favelada, que ela exibe com orgulho para fazer valer suas opiniões em um contexto racista, classista e machista, como costuma ser o acadêmico:

Fui sempre reivindicando esse lugar de favelada. Eu queria ser chamada, eu queria ser identificada. Eu já trabalhava, eu dava aula em outras favelas. Eu queria apresentar, ressignificar o título. E depois fui disputar bolsa, fui disputar espaço. O debate da negritude nesse momento não estava colocado, a questão racial como algo importante. Eu pego um departamento de Ciências Sociais depois de ter passado a Lélia Gonzalez. Mas eu só fui entender isso depois de ter aula com uma outra professora negra que foi a Aparecida, porque em uma outra aula que eu tive de gênero e raça a professora não citou a Lélia Gonzalez como diretora daquele departamento. O apagamento e a negação das nossas histórias vêm por vários âmbitos.<sup>17</sup>

No mestrado em Administração Pública na Universidade Federal Fluminense (UFF), quando já era filiada ao PSOL, Marielle manteve o interesse em refletir sobre possibilidades de melhoria de vida para moradores das favelas. A pesquisa que conclui em 2014, “UPP: a redução da favela a três letras”, consiste em uma análise teórica e crítica ao contexto de perseguição policial instaurado nas favelas a partir de políticas de

---

16 Idealizado pelo Ministério da Educação, no primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como fim conceder bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

17 Bate-papo com Marielle Franco – parte 1. Canal Mayara e Yasmin. *Canal Marias do Brejo*, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=swKLU6Z15MI>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

segurança. A sobrevivência é o pano de fundo da discussão sobre a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que formava o carro-chefe do projeto da Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro no governo de Sergio Cabral, que instituiu polícias comunitárias em favelas, principalmente na capital do estado, com a promessa de desarticular quadrilhas, para extinguir desses territórios os chamados estados paralelos, comandados por milicianos e traficantes. Como ação, as UPPS tiveram início em 2008. Conforme Franco (2004), essa política mobilizava a opinião pública por meio da promessa de combater as drogas e a violência. Dessa forma, essa política se baseava na contradição de utilizar o recurso ideológico da apelação pela paz para utilizar a ação violenta da polícia nas favelas.

Com a conquista do título de mestre, Marielle adentrou ao grupo que ela própria chamava de bonde de intelectuais da favela, uma “nova geração que fez pré-vestibular comunitário, e se constituiu como Mestres e Doutores<sup>18</sup>”.

Imagem 10 — A flamenguista Marielle com a irmã e a filha no Maracanã



Fonte: Foto publicada em mídia social de Marielle

Embora aliasse condições pouco comuns aos sujeitos em geral, incluindo a reunião de características físicas favoráveis, como carisma e beleza, além de inteligência e dedicação, Marielle reivindicava uma filiação ancestral negra como fonte de aprendizado. Como apregoou a ativista e feminista Jurema Werneck sobre o movimento de mulheres negras, nossos passos vêm de longe, frase que tornou-se lema e que parece também incidir sobre a narrativa que Marielle constrói sobre si.

De referências, eu tenho muitas, mas certamente é impossível a gente não ter referência na mãe. Minha mãe é uma mulher forte. Mas também tenho que falar da minha tia, da prima, da avó. Essas mulheres foram sempre as preteridas pelos

---

18 FRANCO, Marielle. A redução da favela a três letras: UPP. UFF, dissertação. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2019.

irmãos, por exemplo, estudaram menos ou concluíram seus estudos depois ou ficaram no Nordeste, porque elas têm origem lá. O êxodo familiar foi primeiro dos homens, para tentar a vida, e depois das mulheres. Com isso, você perde tempo, qualificação, poder econômico. Do âmbito familiar, tem minha mãe, Marinete, minha prima que é meio que uma tia, a Solange, que também foi mãe nova e tem toda essa experiência da mulher negra se entendendo no mundo. A minha avó, oriunda de quilombola ali na Bahia da Traição, nesse lugar onde se pega indígenas e negros, nessa formação social do Brasil de resistência e sobrevivência, sendo curandeira, sendo religiosa, criando 11 filhos.<sup>19</sup>

A formação em Ciências Sociais e a pós-graduação propiciam uma situação de diferenciação de Marielle com relação aos sujeitos que partilham com ela a mesma pertença racial e social. No entanto, o ponto fora da curva de Marielle vem com a conquista de seu primeiro cargo eletivo em 2016 com 37 anos.

### 3.2.4. Vida política

A relação com a política começa a tomar importância na vida de Marielle em função de uma tragédia comum: o assassinato de uma amiga vítima de bala perdida em confronto entre policiais e traficantes no Complexo da Maré.

No início dos anos 2000, muita coisa estava ocorrendo na Maré, com pressão de segurança pública, aumento de armas. Eu tinha perdido uma amiga em 2005, colega de pré-vestibular, que tinha passado para Economia na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Morreu próxima a casa dos meus avós. Meu avô paterno é um dos primeiros moradores da Maré. Então, você está num lugar que o tráfico sabe por onde sair e a polícia sabe por onde entrar. Quando a Jaqueline morreu, a gente se perguntava: “Podia ter sido eu?”. E aí fizemos campanha contra o Caveirão e fomos entendendo desse debate da segurança pública, que eu fui aprofundando ao longo do tempo. Mas era assim: Como é que tem um veículo que chega atirando e mata pessoas, por mais defesa da vida dos policiais que se faça? Como é que tinha isso?<sup>20</sup> (MARIE CLAIRE, 2018)

A constatação sobre as causas do assassinato de Jaqueline e a militância em cursinho popular na comunidade propiciam que Marielle se interesse mais pela política. Antes de disputar as eleições de 2016, trabalhou em organizações da sociedade civil, como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Marcelo Freixo, atual deputado federal do PSOL do Rio de Janeiro, despontava como liderança do PSOL, foi professor de história de Anielle, irmã de Marielle, e deu a aula inaugural

---

19 PROJETO COLABORA. ‘Não vamos parar de cobrar justiça’, entrevista a Kristina Hinz. *Projeto Colabora*, 2018. Disponível em: <<https://projetcollabora.com.br/genero/justica-por-marielle-franco/>> . Acesso em: 3 de maio de 2019.

20 MARIE CLAIRE. Entrevista inédita: Marielle Franco queria 50% de mulheres na política. *Marie Claire*, 2018. <<https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/06/entrevista-inedita-marielle-franco-queria-50-de-mulheres-na-politica.html>>. Acesso em 18 jan 2020.

promovida por ela e outras ativistas nos protestos contra o Caveirão em 2006, ano em que seria eleito vereador.

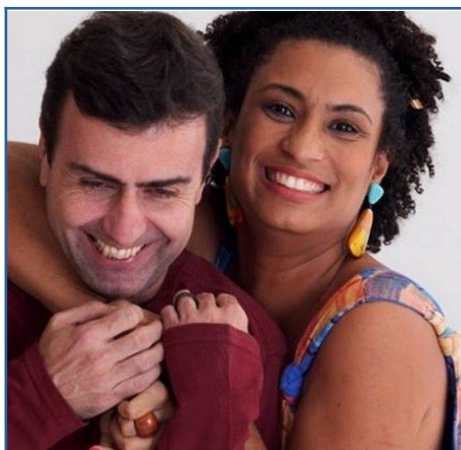
Imagem 11 — Aula-debate organizada por movimentos sociais



Fonte: PSOL

Nos agradecimentos de sua dissertação, Marielle menciona o trabalho com Freixo “que muito me construiu como profissional e pesquisadora, e fundamentalmente facilitou o acesso aos dados e às informações necessárias para a realização deste trabalho” (FRANCO, 2004, p. 4). Com Freixo, que é considerado seu padrinho político, no PSOL, trabalhou por dez anos, iniciando ainda em seu mandato como vereador, como coordenadora de favela, e chegando, durante seu mandato como deputado estadual, a coordenadora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Imagem 12 - Marielle com o amigo e padrinho político Marcelo Freixo



Fonte: Foto publicada por Marcelo Freixo em mídia social

Na campanha de 2016, em que concorreu ao cargo de vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL, optou por reforçar sua origem de mulher negra e de comunidade, militante de movimentos sociais e em defesa dos direitos humanos e das pessoas LGBTQ+. A mãe revela que muitas das pautas e escolhas políticas da filha não eram bem vistas pela família, que temia os riscos do engajamento:

Muita coisa era uma doideira pra mim... Eu não concordava. Mas sempre respeitei e admirei a garra da minha filha. Ela era engajada. No começo, eu não queria que fosse política. Já fazia oito anos que estava na Comissão [de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro] com o Marcelo [Freixo]. E eu pensava: 'Pelo amor de Deus! Já está tão bem aí'. Mas depois virei a maior cabo imenso da minha filha. Com jovem, com negro, com mulher, com pobre, com minorias.<sup>21</sup> (MARIE CLAIRE, 2018)

Um dos vídeos da campanha de 2016 apresenta a parlamentar na favela da Maré dizendo: “Eu Sou Favela Porque Nós Somos Resistência, Marielle 50777<sup>22</sup>”. Essa estratégia nem sempre é aconselhada aos candidatos pelo tabu em torno do racismo e da discriminação aos moradores de favelas.

### Imagem 13 - Tweet de Marielle em 10 de março de 2018

21 MARIE CLAIRE. Mãe de Marielle Franco: “Consegui me despedir da minha filha”. *Marie Claire*, 2018. Disponível em: eleitoral dela. Rodei esse Rio de Janeiro todo contando pras pessoas sobre o trabalho <<https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2018/03/mae-de-marielle-franco-o-que-me-conforta-e-saber-que-na-noite-anterior-por-acaso-consegui-me-despedir-da-minha-filha.html>>. Acesso em: 14 nov 2018.

22 FRANCO, Marielle. Marielle 50777. *Youtube*, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-83IYkUwt6g>>. Acesso em: 14 nov 2018.





Fonte: Twitter

Quatro dias antes do seu assassinato, uma postagem denunciava a violência policial, um dos motes de seu mandato. Além de fazer críticas à atuação da polícia, declarar-se negra pode ser considerado um ato radical, da mesma forma que declarar-se da favela pode sugerir conexões com pessoas diariamente discriminadas e marginalizadas pela origem e suposta proximidade com a criminalidade do tráfico de drogas. Não bastasse o enfrentamento desses estigmas, Marielle vivia um casamento lésbico e atuava em prol dos direitos das pessoas LGBT+, o que aumentava sua distância do perfil conservador dos parlamentares brasileiros.

Marielle foi eleita vereadora pelo PSOL no Rio de Janeiro, sendo a quinta mais votada, obtendo 46.502 votos. Sua votação foi expressiva em bairros considerados nobres no Rio de Janeiro, Botafogo, Flamengo, Gávea e Leblon. Marielle obteve votação em todas as 97 zonas eleitorais do Rio de Janeiro na eleição, capilarização que é um indicativo de sucesso para candidaturas vitoriosas. O tamanho do êxito contrastava com a estatística: Marielle foi uma das 32 mulheres negras eleitas vereadoras nas capitais brasileiras em 2016: representava 3,9%, de um total de 811 candidatos que receberam votos suficientes para ocuparem assentos nas câmaras municipais das capitais.

## Imagem 14 - Reprodução do vídeo de posse de Marielle Franco



Fonte: Canal TV Câmara no Youtube

Sem ter sido eleita ao lado de uma chapa vitoriosa para o Executivo, Marielle destacava que “queria fazer a diferença” no um terço de parlamentares que ficaram na oposição ao governo de Marcelo Crivella. Na posse do mandato, ela enfatizou o seu papel como fiscal do estado:

O tamanho da expectativa é para além do eleitorado. As pessoas vão descobrindo o trabalho e só vai crescendo a expectativa de 2017. Não é à toa esse 1 de janeiro às dez da manhã; acho que tem o simbólico de começar o trabalho e muita expectativa, muito lugar de organização e fiscalização do estado.<sup>23</sup>

Em manifestação ao portal *Maré online* Marielle Franco afirmou que sentia-se um corpo estranho na política institucional: “Eu não estou no viaduto de Madureira, não estou na favela chamando a galera, não é isso. Tem todo um aparato da linguagem, da disputa linguística, da narrativa, do decoro. Se deixar, você passa a mudar o tom de voz, a forma”<sup>24</sup>. O estranhamento causado pela presença de negros em cargos eletivos não condiz com a formação da população brasileira, mas acomoda-se no discurso de democracia racial que tem vigorado no Brasil e que sustenta privilégios de brancos.

Por meio de seus projetos e de seus discursos, Marielle buscou dar visibilidade a pautas e cidadãos e cidadãs do Rio de Janeiro que precisavam do estado. Embora não tenha conseguido concluir o mandato, nos 15 meses na Câmara Municipal, a vereadora do PSOL apresentou dezesseis propostas de lei, sendo oito individuais e o restante

23 RIO TV CÂMARA. Entrevista de Marielle Franco para Gaby de Saboya. *Rio TV Câmara*, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vv0xW0w0V0o>>. Acesso em: 30 dez 2019.

24 MORGANTI, Maria. Vereadora nascida e criada na Maré é executada no Rio. *Maré online*, 2018. Disponível em: <<http://redesdamare.org.br/mareonline/2018/03/28/marielle-presente-hoje-e-sempre/>>. Acesso em: 14 nov 2018.

assinadas com outros vereadores. Duas foram aprovadas, entre elas um projeto que regula os mototáxis, meio de transporte muito popular em favelas; e outro que estabelece legislação sobre contratos da prefeitura com organizações sociais de saúde, destinadas aos mais pobres.

A estratégia de Marielle de romper com o silenciamento no Legislativo incluía levar outras mulheres negras para aquele espaço, reposicionando suas trajetórias para o centro do debate. Esse intuito ficou evidente na homenagem que concedeu em agosto de 2017 à escritora Conceição Evaristo. Nascida na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, mas residente no Rio há décadas, Evaristo recebeu de Marielle a maior honraria do Legislativo carioca, a Medalha Pedro Ernesto.

Imagem 15 - Marielle Franco com a homenageada Conceição Evaristo (centro) e líderes antirracistas após solenidade na Câmara



Fonte: Ceert

A cerimônia de entrega da medalha foi marcada pela emoção, com uma leitura da atriz Ruth de Souza e a reunião de diversas lideranças do movimento de mulheres negras no Brasil, como a atual diretora executiva da Anistia Internacional Brasil Jurema Werneck — teórica e ativista histórica do movimento feminista negro brasileiro — a jornalista Flávia Oliveira, a Iyalorixá Mãe Meninazinha de Oxum, a ativista do Mecanismo de Combate à Tortura do Rio Patrícia Oliveira e a então vereadora de Niterói Talíria Petrone, que desde 2019 é deputada federal pelo PSOL do Rio de Janeiro.

Com a homenagem, Marielle Franco utilizou seu papel institucional para condecorar o trabalho de uma das maiores escritoras do país, mas também contribuiu para o processo de naturalização da presença de mulheres negras no Parlamento,

sobretudo em espaços de prestígio e nos quais seu turno de fala está assegurado. Naquela sessão também foi a primeira vez que a Câmara contou com o serviço de tradução de libras em uma sessão, que foi executada pela ativista Alessandra Ramos Makkeda.

Afirmar que Marielle representava grupos minoritários é uma imprecisão. Em uma cidade com 53% de mulheres, um mandato feminista como o de Marielle visava a atender à maioria. Ademais, no Rio de Janeiro, a cada cinco moradores um é favelado. Como um problema social e uma potência, a favela mobiliza o debate público na cidade.

Imagem 16 - Tweet de Marielle em 24 de abril de 2017



Fonte: Twitter

O Rio é a cidade com a maior população vivendo em favelas: 22% dos 6,3 milhões de habitantes moradores da capital vivem nas 763 favelas da cidade. Os dados divulgados no Censo de 2010 ainda registraram que a população favelada do Rio representa 12% dos favelados do Brasil, que chegam a 11,4 milhões em todo o Brasil. Ademais, a votação que a parlamentar obteve em zonas nobres da cidade sinaliza que suas pautas e seu discurso diziam respeito a um contingente maior de pessoas do que a representatividade de sua origem.

Imagem 17 — Interação da parlamentar com seguidores

**Marielle Franco** ✓  
@MarielleFrancoPSOL

Página inicial

**Publicações**

Vídeos

Fotos

Sobre

Avaliações

Eventos

Comunidade

Informações e anúncios

[Criar uma Página](#)

**Marielle Franco**  
18 de abril de 2017 · 🌐

Entrando na brincadeira... 9 verdades e 1 mentira sobre mim! Quero ver vocês adivinharem!

- 1) Comecei a trabalhar com 11 anos pra pagar a escola
- 2) Fui catequista por mais de 10 anos na Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes. Por isso sou devota das muitas Marias
- 3) Fui Garota Furacão 2000. Dancei em rede nacional e tinha um caderninho com anotações de todos os bailes funk do Rio de Janeiro
- 4) Já subi no carro com Moreira Franco, na Maré
- 5) Já Dirigi mais de 2 mil km pra chegar em João Pessoa
- 6) Fui a primeira "Marielle" registrada no meu cartório, em 1979. E escolhi o nome da minha filha, Luyara (que é uma deusa indígena), depois de ver o nome "Uiara" em um barco
- 7) Já passei Henê Renê e pente quente pra alisar o cabelo
- 8) Minha companheira de vida e de amor foi a primeira mulher que eu beijei
- 9) Meu número de campanha foi digitado em todas as urnas da cidade do Rio de Janeiro. 46502 vezes
- 10) Com meus 15, 16 anos, saí da Maré, peguei 3 ônibus pra chegar na Barra. A maratona era andar de kart, pular de bungee jump e ainda ir pra uma micareta

👍❤️😂 151

104 comentários 13 compartilhamentos

Fonte: Facebook

Apesar de vários seguidores acreditarem que a opção falsa seria a 4, Marielle relatou na postagem que subiu no carro de Moreira Franco em 1986, quando ainda era criança. A promessa de campanha do emedebista era acabar com a violência em três meses — ele venceria aquela disputa, mas não conseguiria cumprir essa promessa. Em 1987, quando ele passou a governador a terra de Marielle, aumentaram os abusos cometidos por membros das polícias Civil e Militar, reapareceram os chamados Esquadrões da Morte, formados por policiais militares e civis.

Conforme o Mapa da População Preta e Parda do Brasil de 2010 do IBGE, o Rio de Janeiro é a segunda capital com mais negros, abrigando 3 milhões de pessoas pretas e pardas, quase metade da população da cidade. Quando se exclui a população parda, a capital carioca é a terceira cidade com maior número de pretos do país. Analisando o recorte de gênero, o Rio de Janeiro possui uma população predominante de mulheres<sup>25</sup>, composta de 53,17% de mulheres e 46,83% de homens. Entretanto, a eleição municipal

<sup>25</sup> ? IBGE, Panorama do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>>. Acesso em: 14 nov 2018.

que levou Marielle ao poder não refletiu esse contingente de mulheres e negros.

De 51 vereadores eleitos, apenas sete eram mulheres. Marielle Franco formava com uma mulher autodeclarada parda, Tânia Bastos (PRB), a numericamente tímida bancada de negras. Olhando para o recorte de homens, 44 foram os eleitos, sendo sete negros — João Mendes de Jesus e David de Miranda identificam-se como pretos e Rogério Rocal, Eliseu Kessler, Otoni de Paula Jr., Jorge Manaia e Renato Cinco, como pardos. Os dados de homens e mulheres agrupados mostram uma Câmara com 42 vereadores brancos e 9 negros.

Marielle Franco acreditava que a manutenção das desigualdades estava ligada diretamente à sub-representatividade da mulher negra na política brasileira, pois facilita a invisibilização e a inércia sobre o quadro.

Quem legisla hoje, no geral, e aí em âmbito nacional ou municipal, é uma maioria de homem, homem branco, heteronormativo e rico. É importante dizer isso nessa relação de desigualdade, principalmente econômica, que a gente mulher negra está na base da pirâmide. Nós estamos no topo da pirâmide quando falamos de violência, estupro. Você tem o dado de que somos mais vulneráveis. Precisa ter a incidência de uma política pública qualificada que proteja essa mulher. Essa mulher é a mulher negra que está mais vulnerável<sup>26</sup>. (GNT, 2018)

Como parlamentar, era relatora de comissão responsável por apurar abusos na intervenção federal no Rio de Janeiro e acompanhava criticamente as políticas de segurança na sua cidade, com atenção destacada para a violência contra favelados, mulheres pobres, população negra e LGBTQ+. “É o nosso povo que está morrendo<sup>27</sup>”, afirmou Marielle no evento organizado por mulheres negras e que foi o seu último ato público antes do ataque na capital fluminense. “Quantas mais vão precisar morrer”, postou em redes sociais dias antes, em uma das críticas que dirigia à intervenção federal, que naquele momento era apontada como uma alternativa para resolver os problemas de criminalidade local.

Durante seu mandato precocemente interrompido, Marielle propôs medidas de enfrentamento à violência contra a mulher e moradores de favelas, além do combate à morte materna, assim como buscou dar visibilidade a lideranças da comunidade negra e de religiões de matriz africana. Após sua morte, a equipe do seu mandato ainda conseguiu viabilizar a aprovação de alguns de seus principais projetos de lei, como o

---

26 GNT. Trecho de entrevista de Marielle Franco. *GNT*, 2018. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/canalgnt/videos/2870426546317030/>>. Acesso em: 27 nov 2018.

27 UOL. Nosso povo que está morrendo, disse vereadora Marielle Franco horas antes de ser assassinada. *UOL*, 2018. Disponível em: <<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2018/03/15/nosso-povo-que-esta-morrendo-disse-vereadora-marielle-franco-horas-antes-de-ser-assassinada.htm>> Acesso em: 16 ago. 2018.

Dossiê da Mulher Carioca, que visa a obrigar órgãos públicos a tabular e analisar todos os dados referentes a violências contra mulheres. Outra lei de autoria de Marielle Franco institui o Dia da Tereza de Benguela e da Mulher Negra, a ser comemorado anualmente em 25 de julho. Inicialmente criada para fazer homenagem à mulher escravizada Tereza, que liderou um quilombo em Mato Grosso no século 18, a data também lembrará a própria Marielle Franco<sup>28</sup>.

### 3.3. SUCESSÃO DE EPISÓDIOS QUE COMPÕEM A NARRATIVA DO ACONTECIMENTO

Para esse trabalho, é analisada uma série de eventos que formam um plano para desenvolvimento do que postula-se ser um acontecimento público, que mobiliza atores na esfera pública e aciona o debate sobre temas de interesse público. A seguir, como forma de sistematizar o percurso desse acontecimento, se apresenta a síntese de eventos que compõem a descrição do acontecimento nessa dissertação. Cada evento é sinalizado junto à data respectiva, com os atores envolvidos e a repercussão imediata do evento para o acontecimento. Eles foram escolhidos porque representam iniciativas de manter a visibilidade sobre o caso.

Ainda que o acontecimento seja marcado pelo devir — como se buscou evidenciar no capítulo sobre 3, no qual abordamos diferentes aspectos da constituição da subjetividade de Marielle —, para a reconstituição de uma cronologia de eventos para o estudo dos aspectos de interface comunicacional do acontecimento Marielle Franco escolhidos para esse estudo o ponto de partida é o assassinato. Nos eventos que destacamos a seguir, a participação da imprensa é intensa, porque ela interage nessa repercussão, sugerindo pistas para a investigação e revelando meandros da própria investigação, que segue em sigilo<sup>29</sup>. O receio de se manifestar e mesmo o silêncio de autoridades sobre o caso, como o então interventor do Rio, General Walter Souza Braga Netto<sup>30</sup> — atual ministro chefe da Casa Civil do governo Jair Bolsonaro — intensificou o

---

28 EBC. Projeto de Marielle Franco sobre Dossiê Mulher Carioca vira lei no Rio. EBC, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-09/projeto-de-marielle-franco-sobre-dossie-mulher-carioca-vira-lei-no-rio>>. Acesso em: 14 nov 2018.

29 <sup>2</sup> Exemplar dessa situação é a proibição que a Justiça fez à Rede Globo de Televisão, em 17 de novembro de 2018, de divulgar informações do inquérito que investiga os assassinatos da vereadora e de Gomes. O pedido foi embasado em solicitação da Divisão de Homicídios da cidade do Rio de Janeiro e do Ministério Público do Estado (RJ). A Globo recorreu da decisão, embora ainda sem sucesso.

30 O TEMPO. Interventor aparece, mas não comenta a morte de Marielle. *O tempo*, 2018. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/brasil/interventor-aparece-mas-nao-comenta-morte-de-marielle-1.1586049>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

O presidente da República, Jair Bolsonaro, foi o único pré-candidato à presidência que não quis se

papel da imprensa como espaço de interlocução e enunciação sobre o acontecimento. A sucessão de episódios que compõem uma síntese narrativa do acontecimento se encerra em 26 de abril, com o desfile de Ronaldo Fraga na São Paulo Fashion Week. Esse encerramento acontece por necessidade de um recorte temporal da pesquisa em andamento, mas também é escolhido porque marca um declínio na atenção despertada e nos atos de grande alcance gerados exclusivamente em prol da responsabilização pelo crime.

### ***14 de março de 2018***

A vereadora do PSOL Marielle Franco (PSOL) é assassinada a tiros por volta das 21h30m no Estácio, próximo à prefeitura do Rio de Janeiro. Assim como Marielle Franco, o motorista Anderson Gomes morre na emboscada preparada por matadores contratados para assassinar a parlamentar. Uma assessora sobrevive. Duas suspeitas são levantadas quando o caso é divulgado: latrocínio e assassinato político. A primeira suspeita é descartada em poucas horas.

### ***15 de março de 2018***

Em decorrência das mortes, atos são convocados no Rio de Janeiro, sobretudo por meio de fóruns no Facebook e tuitaços com hashtags como #mariellepresente e #MarielleVive. Manifestações e cortejo ocorrem na Câmara dos Vereadores, onde o corpo de Marielle é velado. Outros atos e vigílias são realizados depois do velório na Cinelândia e na Assembleia Legislativa no Rio de Janeiro.

Imagem 18 — Ato convocado pela página Botafogo Antifascista

---

manifestar sobre o caso na época do crime. Posteriormente, afirmou que sua opinião seria polêmica.





Fonte: Facebook

Fora do País, são realizadas manifestações em Montevideu, no Uruguai; em Londres, na Inglaterra; em Buenos Aires, na Argentina; em Porto, Lisboa e Coimbra, em Portugal; em Santiago, no Chile, em Nova Iorque e Washington, nos Estados Unidos; em Bogotá, na Colômbia; em Paris, na França. No mesmo dia, notícias destacam o registro da Câmara Municipal que mostra Cristiano Girão no Legislativo carioca no dia 7 de março. Ele foi indiciado pela CPI das Milícias que Marielle coordenava.

### **16 de março**

Morte de Marielle e Anderson repercute no Parlamento Europeu.

### **18 de março**

Centenas de pessoas fazem manifestação na favela da Maré, comunidade onde a vereadora nasceu. Ocorre o pico de disseminação de notícias falsas, com subsequente investimento da imprensa em matérias de checagem sobre a trajetória de Marielle. PSOL recebe denúncia de 15 mil ocorrências de notícia falsas, que são encaminhadas como denúncias à Justiça. Também os famosos e os intelectuais repercutem a morte, entre eles: Elza Soares, Caetano Veloso, Gregório Duvivier, Teresa Cristina, Mônica Iozzi,

Debora Bloch, Mateus Solano, Fabiana Karla, Emicida.

Imagem 19 — Ato ecumênico na Cinelândia em 20 de março de 2018 (foto reprodução TV Globo)



Fonte: G1

### **21 de março**

Portal G1 mostrou que cinco das onze câmeras que estavam no trajeto percorrido pelos assassinos de Marielle e Anderson estavam desligadas na noite do crime. Elas teriam sido desligadas entre 24 a 48 horas antes do crime.

### **2 de abril**

Manifestações cobram justiça para Marielle em 150 cidades de 15 países.

### **13 de abril**

Anistia Internacional reclama da falta de respostas sobre a investigação. A organização questiona: Quem matou e quem mandou matar Marielle?, destacando a cobrança de que devem ser responsabilizados os assassinos e os mandantes do crime. Nesse mesmo período o jornal *O Globo* divulga que os policiais responsáveis pelo caso deixaram de interrogar duas testemunhas que estavam no local do crime durante o assassinato. A reportagem contava que as testemunhas estavam a cerca de 15 metros do carro em que a vereadora foi assassinada e teriam visto a aproximação do carro em que estavam os assassinos de Marielle.

### **6 de maio**

Apuração do programa “Domingo Espetacular”, da TV Record, mostra que a vereadora não foi morta por balas disparadas de uma pistola, e sim por uma submetralhadora usada no Rio apenas por forças policiais especiais.

### **10 de julho**

Atos lembram 120 dias do assassinato de Marielle Franco.

### **3 de agosto**

Marinete da Silva, mãe de Marielle, é recebida pelo papa Francisco em audiência privada no Vaticano.

### **6 de agosto**

Viúva de Marielle Franco, Mônica Benício revela estar sofrendo ameaças e Polícia Civil cede apoio que benício havia pedido via Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA).

### **7 de agosto**

Ministro da Justiça, Raul Jungmann, admite que o assassinato da Marielle envolve agentes do Estado - órgãos de setores do Estado e de representação política.

### **8 de agosto**

Polícia investiga deputados do MDB por morte de Marielle.

### **12 de agosto**

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, sugere, em fala à imprensa, que a Polícia Federal poderia assumir a investigação sobre o assassinato. Na ocasião, o assassinato já havia completado cinco meses, mas a Polícia Civil e o Ministério Público não haviam solucionado o caso.

### **30 de setembro**

Os candidatos a deputado estadual Rodrigo Amorim e a deputado federal Daniel Silveira (PSL) do PSL do Rio de Janeiro tiram e quebram uma placa instalada em memória à vereadora.

Imagem 20 — Placa Rua Marielle Franco



Fonte: Agência Brasil

A placa foi afixada por manifestantes em cima da placa que designa a Praça Marechal Floriano, popularmente conhecida como Cinelândia, que recebeu diversos atos em reivindicação por justiça e homenagem a Marielle. A quebra foi divulgada por Amorim em sua página no Facebook.

Também foi nesse período que a então procuradora-geral da República Raquel Dodge denunciou o conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro Domingos Brazão e outras quatro pessoas por tentarem interferir no processo investigatório. Na ocasião, as autoridades suspeitavam que ele fosse o mandante dos assassinatos.

### **14 de outubro**

Manifestação na Cinelândia com a proposta de afixar a placa retirada e quebrada pelos candidatos do PSL. O ato foi convocado via internet com o título de “Distribuição de mil placas para Marielle”, mas foram distribuídas 1,7 mil placas. Os manifestantes usaram palavras de ordem como “Ele, não” e “Ditadura nunca mais” em referência ao então presidente Jair Bolsonaro. O portal Rua Marielle Franco foi criado para acompanhar a distribuição de placas pelo mundo.

Imagem 21 — 1.500 placas alusivas a Marielle foram fixadas dentro e fora do país



Fonte: Portal Rua Marielle Franco

**17 de novembro**

Justiça proíbe TV Globo de divulgar conteúdo do inquérito que apura os assassinatos de Marielle e Anderson

**14 de dezembro**

A suspeita sobre milicianos terem relação com o assassinato de Marielle Franco ganhou força em dezembro com declaração do secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, general Richard Nunes, que disse ao jornal *O Estado de S. Paulo*, que milicianos teriam ordenado a execução de Marielle.

**3 de março de 2019**

Homenagem a Marielle em bloco afro em SP e nas escolas de samba de São Paulo e do Rio de Janeiro

**12 de março**

Prisão de dois suspeitos de assassinar Marielle Franco, um policial militar reformado e um policial. Uma das prisões ocorre no condomínio onde vive Jair Bolsonaro, e vereador do

Rio Carlos Bolsonaro, na Barra da Tijuca, onde morava Ronnie Lessa, que teria executado a vereadora. São feitos ainda 32 mandados de busca e apreensão no dia. Coletivas de imprensa das promotoras do caso, do delegado, do presidente Jair Bolsonaro, do ministro da Justiça Sergio Moro.

### ***13 de março***

Anistia Internacional promove encontro entre seus representantes e familiares de Marielle com o governador Governador do Estado do Rio de Janeiro Wilson Witzel e o Procurador Geral do Ministério Público do Rio de Janeiro Eduardo Gussem.

### ***4 de abril***

Polícia Federal encontrou provas de corrupção na delegacia do Caso Marielle Franco.

### ***26 de abril***

Desfile de Ronaldo Fraga na São Paulo Fashion Week aborda de forma explícita o assassinato de Marielle Franco.

#### 4. A INDIVIDUAÇÃO DO ACONTECIMENTO

Essa pesquisa é pautada pela investigação por meio de eixos teóricos, conceitos que permitem o entendimento do acontecimento objeto de estudo. A análise tem como conceito central o acontecimento, que é desdobrado em várias perspectivas, refletindo sua inserção na tradição e suas possibilidades de singularidade por meio da relação com o contexto e com a experiência. Após a discussão sobre acontecimento, é aprofundado o entendimento sobre a compreensão da construção de narrativas jornalísticas sobre os acontecimentos, que possibilitam inscrevê-los na memória coletiva.

Os acontecimentos chamam atenção para problemas públicos, configurando debates sobre temas de interesse público. Nesse sentido, contribuem para a comunicação pública, trazendo visibilidade para temas complexos e invisibilizados, como o racismo. Quando o tema é trazido para o debate, os atores que se mobilizam pelo acontecimento utilizam suas experiências para disputar a narrativa sobre o acontecimento, usando sua credibilidade. Por isso, também é abordada a teorização referente à comunicação pública, especialmente os conceitos de visibilidade e credibilidade.

Outro eixo se estabelece por meio do estudo da antropofagia, o conceito utilizado nesse trabalho para entender o acontecimento Marielle Franco. A noção de antropofagia retorna nas sessões seguintes na análise da apropriação de imagens e de simbologias de Marielle na cultura. Por meio da antropologia, é abordada também a biopolítica, a necropolítica e outras formas de naturalizar a supressão de determinadas vidas em sociedade. Na sequência, apresenta-se um estado da arte sobre os estudos de raça no Brasil, além de um levantamento sobre a ausência de negros e sobretudo mulheres da categoria na política.

Nos segmentos relacionados à temática racial buscou-se construir um estado da arte, localizando teorias, discursos e tendências sobre o entendimento da racialização em nosso país. Entendeu-se que esse aprofundamento era necessário para dar conta do recorte proposto a esse estudo. Uma vez que o recorte desse trabalho indica que a temática racial atravessou o acontecimento Marielle Franco, é necessário localizar a relação que essa racialização tem com a história brasileira e com o cenário de ocupação de espaços de poder. Por fim, se procura entender de que modo as intersecções de opressões de raça, gêneros e classe se articulam para precarizar ainda mais as vidas de

mulheres racializadas como negras no país. Os estudos que analisam os efeitos do racismo na cultura brasileira e as intersecções de gênero, raça e classe que configuram a experiência de Marielle são trazidas à tona na abordagem da trajetória desse acontecimento.

#### 4.1. O DESAFIO DO ACONTECIMENTO

Instigado pela investigação do sentido, Deleuze (2015) percebe o acontecimento como incorporal e de devir ilimitado. Divisível e capaz de articular em si mesmo causa e efeito, futuro e passado, o acontecimento, para Deleuze, é sempre concomitante, ativo e passivo. Para Deleuze, o acontecimento é o próprio sentido, uma vez que ele se projeta em um estado de coisas de sua produção e efetuação.

Em todo acontecimento existe realmente o momento presente da efetuação, aquele em que o acontecimento se encarna em um estado de coisas, um indivíduo, uma pessoa, aquele que designamos dizendo: eis aí, o momento chegou; e o futuro e o passado do acontecimento não se julgam senão em função deste presente definitivo, do ponto de vista daquele que o encarna. Mas há, de outro lado, o futuro e o passado do acontecimento tomado em si mesmo, que esquiva todo o presente, porque ele esquiva das limitações de um estado de coisas, sendo impessoal e pré-individual, neutro, nem geral, nem particular, *eventum tantum* ...; ou melhor, que não há outro presente além daquele do instante móvel que o representa, sempre desdobrado em passado-futuro, formando o que é possível chamar de contra-efetuação. (DELEUZE, 2015, p. 154, grifo do autor)

Situado no presente e no passado, sendo agente e paciente: o acontecimento leva a um paradoxo. Tal é o desafio de capturar o acontecimento sem encontrar contradições em sua constituição, que podemos afirmar que ele é pessoal e coletivo, individual e universal. Por isso, para Deleuze: “cada acontecimento é como a morte, duplo e impessoal em seu duplo” (DELEUZE, 2015, p. 36). Um bom exemplo trazido pelo filósofo francês é o da guerra, pois é uma violência que se multiplica e na qual “todas as violências e todas as opressões se reúnem neste único acontecimento, que denuncia todas denunciando uma” (DELEUZE, 2015, p. 155).

Observando como os acontecimentos são potentes de uma lógica do sentido, Deleuze postula que esse fenômeno só pode ser apreendido por meio de superfícies de efeito. Sendo incorporal, ele pode ser representado em um corpo ou estado de coisas no presente, no entanto, possui um tempo que excede esse presente, podendo retornar ao passado ao mesmo tempo que segue em uma linha superficial no futuro. As singularidades do acontecimento compreendem sua capacidade de ser privado e coletivo,



bem como individual e universal, a depender de seus agenciamentos, que tornam possíveis contra-efetuações do acontecimento no tempo.

Os acontecimentos nunca são causas uns dos outros, mas entram em relações de quase-causalidade, causalidade real e fantasmagórica que não cessa de assumir os dois sentidos. Não é nem ao mesmo tempo nem relativamente à mesma coisa que eu sou mais jovem e mais velho, mas é ao mesmo tempo que me torno um e outro e pela mesma relação. (DELEUZE, 2015, p. 36)

O acontecimento instaura assim um infinito no qual se está no presente e no passado bem como no futuro, uma efetuação temporal de devir. Esse efeito é determinante para situar o acontecimento no “perpétuo objeto de uma dupla questão: o que é que vai se passar? O que é que acabou de se passar?”. Deleuze define como angustiante essa característica do acontecimento de potencialidade na sua construção de sentido: “O X de que sentimos que isto acaba de se passar é o objeto da “novidade”; e o X que sempre vai se passar é o objeto “conto”. O acontecimento puro é conto e novidade, jamais atualidade. É neste sentido que os acontecimentos são signos” (DELEUZE, 2015, p. 155).

O acontecimento tem relação com um sinal, por representar algo que aponta para outra coisa, que pode ser um efeito, uma quase-causa, uma quase-causalidade, uma marca, um problema, uma fome, uma ferida. Nesse sentido, Deleuze indica para a possibilidade de filiação aos acontecimentos, isto é, tornar-se digno do acontecimento e capturá-lo, levando ao renascimento.

Como o acontecimento se situa na zona de ruptura, pelo devir do tempo e da causalidade, podemos entender que o acontecimento revela suas causas ou que nossa interpretação cria essa causalidade. Žižek afirma que “um acontecimento é, assim, o efeito que parece exceder suas causas - e o espaço de um acontecimento é aquele que é aberto pela brecha que separa o efeito das causas” (ŽIŽEK, 2017, p. 9). Um dos entendimentos produzidos pelo filósofo esloveno é o de acontecimento como queda no qual: “coisas surgem quando o equilíbrio é destruído, quando algo dá errado” (ŽIŽEK, 2017, p. 55).

Žižek (2017) ainda indica que a narrativa sobre o acontecimento exerce um papel determinante na sua normalização, podendo incidir sobre a forma como ele é interpretado do ponto de vista ético e moral. O filósofo esloveno sustenta que todo o acontecimento depois do processo de naturalização passa pelo processo de desacontecimentalização do acontecimento, que seria a anulação retroativa de um acontecimento pela dificuldade de

aceitar uma verdade que ele aciona em um contexto de vazio moral.

A desacontecimentalização se torna uma ameaça para “os próprios fundamentos das nossas conquistas emancipadoras” (ŽIŽEK, 2017, p. 152). O filósofo exemplifica esse fenômeno por meio de casos de racismo sutis em discursos políticos e também por meio de tentativas de minimizar acontecimentos que afetam a violação de direitos humanos.

Imagine-se uma sociedade que tenha integrado plenamente a sua substância ética os grandes axiomas modernos da liberdade, da igualdade, dos direitos democráticos, o dever da sociedade de prover educação e cuidados básicos de saúde a todos os seus membros, e que considere o racismo e o sexismo simplesmente inaceitáveis e ridículos — não há necessidade sequer de argumentar contra, digamos, o racismo, de vez que qualquer um que o advogue abertamente é de imediato percebido como um estranho excêntrico que não pode ser levado a sério. Mas então, passo a passo, embora a sociedade continue a sustentar esses valores da boca para fora, eles são de fato privados de sua substância. (ŽIŽEK, 2017, p. 150)

Em sua avaliação, o ato de desfazer acontecimentos passados tem se tornado comum: “em nossa sociedade, uma vez que o acontecimento emancipador da modernidade está sendo gradualmente desfeito” (ŽIŽEK, 2017, p. 164). No processo de desacontecimentalização Žižek encontra os limites do acontecimento, observando que há mudanças que são aparentemente construídas para romper com uma dinâmica social mas cujos efeitos servem à manutenção do status quo. O “verdadeiro acontecimento seria transformar o próprio princípio da mudança”, o que nem sempre ocorre:

Num acontecimento, as coisas não apenas mudam: o que muda é o próprio parâmetro pelo qual avaliamos os fatos da mudança, ou seja, um ponto de inflexão muda todo o campo no qual os fatos aparecem. É fundamental ter isso em mente hoje quando as coisas mudam o tempo todo, a uma velocidade frenética sem precedentes. Entretanto, por baixo dessa mudança constante, não é difícil discernir uma mesmice bastante enfadonha, como se as coisas mudassem para que tudo pudesse continuar sendo o mesmo. (ŽIŽEK, 2017, p. 165)

Para Quéré (2011, p.27), “acontecimento público é fundamentalmente um acontecimento inscrito e tematizado num registo específico, o dos problemas públicos e do seu tratamento pela ação pública”. Nos acontecimentos, o problema público é movido para a cena pública, com o objetivo de que a ordem material e simbólica atingida seja restabelecida (QUERÉ, 2011, p.27). Essa ordem diz respeito a valores tão fundamentais quanto desrespeitados, como a equidade, a justiça, a solidariedade, o respeito às identidades, entre outros.

O sociólogo francês constata que os acontecimentos fazem problemas públicos ganharem visibilidade e, na sua recepção, acionam experiências individuais e coletivas.

Quéré (2011) demonstra que a recepção do acontecimento é erigida sobre processos de individuação. Por meio de suas características, o acontecimento assume uma identidade e aciona determinada significação. A individuação também é desdobrada na recepção do acontecimento, singularizada pelo si (ou self) dos afetados, pelo meio social que o identifica e pelo campo em que se buscam respostas para os problemas sugeridos pela emergência do acontecimento.

A experiência pública é um meio de individuação dos acontecimentos públicos e sua recepção será sempre marcada pela emoção (QUÉRÉ, 2011). Os níveis de vivência se modificam conforme a trajetória dos atores do espaço público e das repercussões do acontecimento sobre suas vidas, assim como o engajamento com o acontecimento.

De acordo com Weber (2013), os acontecimentos podem ser compreendidos conforme sua natureza e a sua estrutura vital, dependendo do campo ao qual se articulam. Podem ser, por exemplo, políticos ou religiosos. Também os acontecimentos são caracterizados pela sua qualidade, que diz respeito à sua essência e define sua permanência; pela sua autonomia frente a instituições; pela passionalidade com que mobiliza os atores; pelos ideais coletivos que ele aciona provocando identificação; e pelos rituais de origem.

A noção de experiência retorna no que Weber (2006) chama de vulnerabilidade do olhar, que encaminha à disputa pelo controle da história. A experiência é manipulada pelas paixões que são centrais nos debates como “dispositivo de compreensão teórica do espetáculo em meio ao complexo debate sobre globalização e pós-modernidade, sobre indivíduo e sociedade e a mediação de conceitos e ações políticas, econômicas, culturais e midiáticas” (WEBER, 2013, p.201).

Para Weber (2003), as paixões e os afetos despertados pelo acontecimento funcionam como dispositivos para seu entendimento teórico e também servem para sua transformação em espetáculo. Weber salienta que a entrada de um acontecimento para o circuito midiático, político e mercadológico é um indicativo de seu poder de impacto sobre os indivíduos e as instituições:

Quando um acontecimento – programado ou inusitado – é suficientemente poderoso para provocar impactos na vida dos indivíduos e na sociedade, ele se impõe aos meios de comunicação de massa e atrai as instituições políticas e essa convergência permite identificar a existência de um espetáculo hibridizado entre a política e a mídia (espetáculo político-midiático) como espaço estratégico de visibilidade e projeção de sujeitos e instituições. Esse processo exige enquadramentos do acontecimento na estética e linguagem da mídia, bem como sua entrada como pauta e conseqüente tradução para o jornalismo, propaganda e entretenimento, de modo a mobilizar a atenção pública. Como tal, será

comercializado e consumido dentro dos princípios do marketing, gerando lucros financeiros e institucionais. (WEBER, 2013, p. 190)

Weber percebe uma partição de imagem a partir do acontecimento, em que organizações se apropriam e se associam à figura que encarna o fenômeno. O acontecimento pode ser transformado em espetáculo por meio da hibridação efetuada pela visibilidade midiática, pela sua permanência na pauta e por seu impacto de trazer mudanças sociais. Por outro lado, a partição da imagem pública possibilita a apropriação pela via do consumo. Apropriado para gerar lucro, o acontecimento pode se tornar onipresente mesmo que por meio de reducionismos.

O espetáculo político-midiático é hibridizado e, como produto consumido, gera diferentes lucros mercadológicos e institucionais. O conceito positivo torna-se o capital mais importante que permitirá, para os sujeitos e instituições de todas as áreas, o acesso e a negociação aos capitais políticos e econômicos. A busca de imagens faz parte dos sistemas autoritários mas, especialmente, dos democráticos. Na verdade, são imagens em busca de uma totalização para um conceito mais perene diretamente relacionado a dois aspectos fundamentais da política contemporânea: a sua íntima relação com o espaço midiático e a produção e a produção de opiniões, reconhecimento e imagem pública. (WEBER, 2013, p. 200)

Pela sua complexidade como fenômeno, o acontecimento impõe desafios para a pesquisas. Nesse sentido, Quéré entende que o acontecimento “é um fenômeno de ordem hermenêutica: por um lado, ele pede para ser compreendido, e não apenas explicado, por causas; por outro, ele faz compreender as coisas – tem, portanto, um poder de revelação” (Quéré, 2005, p. 60). França e Lopes (2017) observam que a própria escolha da definição da leitura escolhida para analisar o acontecimento propicia impactos sobre a condução das pesquisas, revelando o poder hermenêutico do acontecimento postulado por Quéré.

Cada acontecimento desafia definições anteriores, impondo um exercício de compreensão específico. A partir da teorização de Deleuze, Prado (2013, p.124) sustenta que o “acontecimento rompe a ordem de um estado de coisas na política, na ciência, na arte ou no amor”. Para Prado, o acontecimento faz surgir um novo presente, que pode ser corporificado e, dependendo da sua intensidade, instaurar um processo de verdade, entendida como estado de coisas.

Quéré (2011) constata a construção de uma hierarquia na recepção dos acontecimentos, movida pelo caráter subjetivo e objetivo das experiências. Os níveis de experiência oscilam de acordo com o grau de envolvimento, dos diretamente envolvidos aos demais atores do espaço público. Citando a insegurança entre os problemas públicos,

Quéré nota como a experiência dos sujeitos com o problema modifica a forma como eles se afetam pelo acontecimento.

O acontecimento está relacionado à noção de memória construída, que é consolidada pela necessidade de registro e constituição de um passado por meio do presente (BABO-LANÇA, 2011). De acordo com Babo-Lança (2011), as ideias tomam forma em pessoas e grupos que atuam deixando marcas na memória coletiva; isso permite que um fato do passado, como a morte de uma vereadora no presente crie pontes para que se reconheça o desrespeito às vidas negras desde o período de escravização africana no Brasil.

Weber (2017) ressalta que a falta de consenso mobiliza diferentes grupos e públicos, que disputam a discussão em torno de temas de interesse público, a partir de sua compreensão do acontecimento e também de seu interesse, que não permite que o assunto saia da pauta. A tensão move a discussão na esfera de visibilidade pública. E, ainda conforme Weber, o debate, que reúne opiniões e manifestações sobre temas de interesse público, faz parte da engrenagem ideal da esfera pública, indicando a qualidade da comunicação e da democracia. Ademais, como observa Simões (2012), o acontecimento é um ponto de encontro entre experiências do eu e do outro com o mundo, pois sempre partimos de uma perspectiva pessoal e que também é relativa ao todo.

França e Lopes (2017) notam que é durante o seu processo de normalização que o acontecimento pode ou não ser caracterizado como um problema público. O ciclo se encerra quando o acontecimento passa pela normalização, momento em que perde-se o interesse e mobilização por ele. É nessa derradeira etapa que o acontecimento passa a ser tomado como parte do cotidiano e está pronto para ser recalçado, ignorado ou até esquecido pelos sujeitos e pela mídia.

Stuart Hall (2003) postula que, no processo comunicacional, o sentido precisa ser partilhado. Nesse circuito, o discurso é traduzido, ou seja, transformado em práticas sociais e distribuído a diversas audiências. Hall observa que, paradoxalmente, o “acontecimento deve se tornar uma “narrativa” antes que possa se tornar um evento comunicativo” (2003, p. 388-389). O consumo só acontece se o sentido é apreendido.

Lana e Simões (2012) retomam a ideia de Quéré sobre a individuação dos acontecimentos para pensar associação entre acontecimentos e pessoas públicas. As pessoas públicas envolvidas em acontecimentos carregam também o potencial revelador do acontecimento, revelando através delas problemas públicos e o tratamento dados aos problemas no contexto em que estão inseridas. As vidas de personagens públicas são

formadas por micro e macro acontecimentos que são ligados à sua vida pessoal e profissional. Nesse sentido, há dois estatutos: personagens que podem ser vistos como acontecimento, sobretudo celebridades e pessoas cujo sucesso individual, por talento, posição social ou carisma, gera reconhecimento público; e personagens que se constroem a partir do acontecimento, ou seja, aquelas figuras que se tornam célebres por conta de um acontecimento e cuja atenção obtida geralmente dura até a normalização do acontecimento.

No caso das figuras públicas, o acontecimento interfere na imagem pública e afeta a percepção dos públicos sobre ela. As pessoas públicas mobilizam sentimentos de admiração e simpatia, assim como de crítica e hostilidade em relação à sua conduta. Não raro, as percepções do público se distribuem em uma escala que vai do humano ao divino. “O poder de afetação desse tipo de personagem está ligado ao modo como ela encarna valores que, compartilhados pela sociedade, tocam de diferentes maneiras a experiência coletiva” (LANA; SIMÕES; 2012, p. 229).

Com relação aos públicos, Fofana (2012) sustenta que há, por meio deles, uma atualização de experiências com o acontecimento, levando mesmo mudança de identidade e até mesmo à existência de várias vidas do acontecimento, que altera seu significado e/ou revive ao longo do tempo. A análise do caso Norbert Zongo — jornalista burquinabês que foi perseguido pelo governo de Blaise Compaoré por seu trabalho de investigação e morto em circunstâncias suspeitas, levando a uma onda de protestos por justiça depois de sua morte — demonstra como a leitura que grupos sindicais fazem dessa personagem se torna alvo de disputa na inscrição do acontecimento na memória coletiva. A tentativa de batizar uma rua com o nome do ativista e a resistência do estado a essa proposta mostram como está em disputa não só o legado de Zongo e sua significação na história, mas o estado de coisas a que ele alude — como a leitura que grupos fazem a partir do caso sobre a nação ser uma “República sem moral”. Como Fofana (2012, p.174) indica, o acontecimento se torna um “lugar de debate sobre “o interesse geral”, e assim uma causa de discussão sobre as legitimidades coletivas”. Assim, a compreensão da experiência pública e a historicidade do público são essenciais para compreendermos o acontecimento.

#### 4.2. A NARRATIVA JORNALÍSTICA DOS ACONTECIMENTOS

O acontecimento está situado no devir por conta de sua potência de deslocamento

da temporalidade. Em meio ao fluxo de deslocamento da temporalidade, que é ininterrupto, a narrativa jornalística organiza o acontecimento em uma experiência temporal, possibilitando associações de um acontecimento do passado com a realidade e os problemas do presente. Conforme Babo-Lança (2011), os media se impõem como um espaço que instaura e institucionaliza um ponto de reconstrução da memória coletiva, pois os veículos de comunicação são dispositivos de configuração de significados e narrativas da realidade. Desse modo, cabe a aproximação dos jornalistas com os historiadores, ambos profissionais produtores de discursos que formam, erguem e transmitem a memória social (BABO-LANÇA, 2011).

Sodré (2009) percebe o acontecimento tal como um corte no tempo, um elemento diferenciador. Ele destaca o papel do tempo e da singularidade para a configuração do acontecimento. Fazendo analogia com a reflexão de Walter Benjamin sobre a obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica, Sodré propõe pensar o acontecimento como uma obra de arte que se pauta pela atualidade e se singulariza, produzindo seu próprio discurso e “aqui e agora”. Isso significa compreender que o acontecimento se torna reconhecível por sua identidade em qualquer tempo, apresentando conteúdo e significação próprias.

Para Sodré (2009, p. 91), o “acontecimento representa o fenômeno factual que se singulariza — “uma aparição” — pela produção jornalística”. Na rotina, os acontecimentos marcam o ritmo do sistema informativo. E é por meio do enquadramento midiático que se constrói o acontecimento, pois são selecionados, enfatizados e apresentados:

(...) é uma modalidade clara e visível de tratamento do fato, portanto, é uma construção ou uma produção de real, atravessada pelas representações da vicissitude da vida social, o que equivale a dizer tanto pela fragmentação às vezes paradoxal das ocorrências quando pelos conflitos em torno da hegemonia das representações (SODRÉ, 2009, p.37).

A ordem e a ruptura são características tanto dos acontecimentos quanto do jornalismo (ZAMIN, 2017). Isto é, a prática jornalística é pautada por fatores como notabilidade, imprevisibilidade, relevância, além de situações como morte, infração, conflito e violência. O acontecimento, nesse sentido, é um rompimento com a seriação esperada no dia a dia. No entanto, uma vez que o jornalismo trabalha com os acontecimentos atípicos, que são incorporados na prática cotidiana, esses acontecimentos se tornam o que o autor chama de acontecimentos típicos atípicos. Tais acontecimentos revelam conflitividade, ou seja, desvelam problemas públicos.

O jornalismo tem a capacidade de atribuir sentidos aos acontecimentos, incidindo

sobre a experiência ao mesmo tempo que ele próprio conduz uma forma de experimentar o ocorrido. “Logo, o acontecimento torna-se acontecimento jornalístico por uma construção discursiva que busca estabelecer o contexto da sua emergência, explicar-lhe o sentido” (ZAMIN, 2007, p. 49).

Os acontecimentos típicos atípicos podem ser percebidos no jornalismo em questões de natureza violenta, como crimes e tragédias; pelo seu impacto no coletivo; pela sua vinculação com o sistema político, ou ligação com a política institucional; por questões de território; por serem gerados por campos problemáticos e desvelarem outros problemas públicos. Esses acontecimentos chamam a atenção dos meios de comunicação assim como produzem desacomodação sobre o jornalismo, fazendo com que os media tenham de se reconfigurar diante de sua realização e interpretação na cobertura. Outro efeito é o envolvimento do jornalismo na conflitividade do acontecimento, pois a cobertura se torna dependente de sistemas e instituições políticas.

Charaudeau (2006, p. 5) critica a estratégia narrativa operada pela mídia para encobrir as causas de acontecimentos, tornando-os, muitas vezes, inexplicáveis. A imprensa opera nesse encobrimento essencializando causas e atores, uma vez que “as causas são apresentadas de maneira global e os atores, como entidades abstratas, como se se tratasse da essência das coisas que existem na natureza”. As responsabilidades e o contexto são diluídos em leituras generalizantes.

Com relação à análise das repercussões midiática de crimes, Antunes (2012) estabelece duas categorias para os acontecimentos: os crimes de pequena notação e os merecedores de distinção. Há, no jornalismo, casos de violência que são mais noticiados e aqueles que, por outro lado, permanecem invisibilizados. Para Antunes (2012), existe uma identidade acontecimental da violência da qual o jornalismo é testemunho. A cobertura midiática opera identificando a violência como eventual, reiterativa ou extraordinária. No entanto, conforme Antunes (2012, 285), a cobertura normaliza a violência e a limita a uma experiência social e coletiva. “O destaque na cobertura de megacrimes só faz em alguma medida produzir outras formas de esquecimento público e midiático para casos semelhantes”. Sobretudo quando o alvo de violência é oriundo de grupos vulneráveis, estigmatizados ou desprestigiados, a violência é normalizado no testemunho jornalístico e as biografias dos alvos somem do noticiário, como se não tivessem importância.

Vaz e Lisovsky (2014) identificam estratégias de generalização dos fatos noticiados com o deslocamento da identificação do agressor, como alguém comum que



pode cometer um crime, para a vítima, tendo em vista que “o que aconteceu a ela poderia ter acontecido comigo, apenas circunstâncias aleatórias o impediram” (VAZ e LISSOVSKY, 2014, p.100).

Vaz e Lissovsky enfatizam que sentir-se uma vítima virtual é parte da experiência contemporânea de compartilhamento de notícias de crimes. Como característica de nosso tempo, a emergência do papel da vítima tem relação com as expectativas de consumo e prazer dos sujeitos. Por isso, é comum notícias trazerem reclamações de sujeitos sobre o clima de insegurança ou sobre a impossibilidade de ir a locais de socialização e consumo por medo da insegurança.

O futuro é outro elemento essencial nessa construção, pois as atitudes em sociedade são tramadas a fim de programar vantagens e/ou benefícios, bem como evitar malefícios. Exemplar desse fenômeno, que Vaz e Lissovsky chamam de administração do presente e cuidado de si, é nosso comportamento com a comida, no qual ingerimos algum alimento ou o evitamos a fim de preservarmos a saúde.

Junto com o medo, a noção de risco manifesta-se como um processo contemporâneo de subjetivação. Nesse sentido, ainda conforme Vaz e Lissovsky (2014), o direito ao risco aflora como figura do direito, aumentando a potência sobre a responsabilidade da ação humana. Assim, acredita-se que uma decisão ordinária do passado leva ao futuro, estabelecendo uma relação quase direta entre a decisão e o sofrimento.

Esse paradigma do risco aumenta a noção de liberdade e de responsabilidade dos sujeitos, assim como estipula expectativas sobre o papel do estado e também de terceiros, que passam a ser aceitos mais facilmente em rótulos como o de bandidos. “Como o “direito ao risco” supõe não ser exposto a riscos em virtude da ação de terceiros, o Estado é ordinariamente convocado como aquele que poderia ter evitado que outros nos colocassem em risco” (VAZ e LISSOVSKY, 2014, p.101-102). Entretanto, com casos flagrantes de falha do estado especialmente na missão de garantir a segurança dos cidadãos, a esfera pública torna-se um espaço menos receptivo às escolhas individuais e coletivas e mais afeito a decisões soberanas.

Os acontecimentos de morte são uma categoria específica de acontecimentos, que engendram comoção e repercussão jornalística específicas. Berger (2011) pontua que, como a morte é um acontecimento esperado, ela só se torna narrável dentro do escopo jornalístico se a pessoa morta é proeminente ou se a morte carrega alguma característica do inesperado ou que se situa para além da normalidade. No caso de acontecimentos que

envolvem feminicídio, outra característica é a atualização da cultura patriarcal, que culpabiliza as vítimas ou naturaliza o comportamento dos assassinos.

O poder de revelação que todo acontecimento contém, aponta, no caso dos assassinatos de mulheres, para o campo problemático das relações de gênero, revelando, ao mesmo tempo, o claro-escuro dos sentimentos humanos e o tempo histórico sombrio que os ancora e sustenta. (BERGER, 2013, p. 239).

Interessada sobre o noticiário de conflitos, como a exposição de acontecimentos bélicos pela TV e pelo fotojornalismo, Sontag (2003) refuta a ideia de que a representação permite às pessoas conhecer a realidade. Sontag compreende que a representação não dá conta da experiência, isto que é, ela é crítica à ideia de que é possível mobilizar as pessoas em torno da dor dos outros meramente por visibilizar o horror via quaisquer tipos de imagens, especialmente por meio do conteúdo noticioso.

Mostrar um inferno não significa, está claro, dizer-nos algo sobre como retirar as pessoas do inferno, como amainar as chamas do inferno. Contudo, parece constituir um bem em si mesmo reconhecer, ampliar a consciência de quanto sofrimento causado pela crueldade humana existe no mundo que partilhamos com os outros. (SONTAG, 2003, p. 95)

Hall (1997) entende que pensamos a cultura por meio de nossas práticas de significação. A interpretação é feita a partir do que compreendemos. Para Hall, toda representação se estabelece a partir de uma forma de compreender o mundo, que inclui como são afetadas por nossas experiências em sociedade.

A representação é uma imagem mental (DUCROT & TODOROV, 1998), que aparece para os usuários do signo na atividade de atribuir significado. Hall (1997) aponta o papel central da língua na representação de significados e conceitos, pois sistematiza uma forma de pensar a cultura. As práticas de significação passam por um trabalho simbólico, em que a interpretação é feita a partir do que compreendemos. Para Hall, toda representação se estabelece a partir de uma forma de compreender o mundo, que inclui como são nossas experiências em sociedade.

A leitura das representações diz respeito às “maneiras pelas quais formas e símbolos podem ser usados para significar e sugerir outras coisas além deles” (GOMBRICH, 1996, p. 9). Para representar o desconhecido, conforme Gombrich, é necessário operar sobre o que é familiar, mesmo que distanciando-se do real. Também é comum que, na representação de imagens, a transferência seja mais da função do que da forma do objeto.

Sontag (2003) alerta que a representação não dá conta da experiência, isto que é, refuta a ideia de que a representação permite às pessoas conhecer a realidade. Sontag é crítica à ideia de que é possível mobilizar as pessoas em torno da dor dos outros meramente por visibilizar o horror via quaisquer tipos de relatos, imagens e vídeos, e especialmente por meio do conteúdo noticioso.

Mostrar um inferno não significa, está claro, dizer-nos algo sobre como retirar as pessoas do inferno, como amainar as chamas do inferno. Contudo, parece constituir um bem em si mesmo reconhecer, ampliar a consciência de quanto sofrimento causado pela crueldade humana existe no mundo que partilhamos com os outros. (SONTAG, 2003)

Uma das metáforas que Bergson (2011) utiliza para descrever os processos de memória é a da porta entreaberta. O passado seria um todo que acompanha nossos corpos em uma duração contínua que se conserva em si mesma. As lembranças seriam mensageiras que vêm de contrabando do inconsciente, passando justamente por essa porta. Para Bergson, a memória aparece não como totalidade do passado, mas como um esclarecimento da situação presente. “Uma lembrança, à medida que se atualiza, sem dúvida tende a viver numa imagem” (BERGSON, 2011, p. 49). Assim, a memória faz surgir representações do passado para o presente, em imagem de acúmulo e sobreposição.

Vogel (2013) postula que o acontecimento constitui uma imagem da memória, cujo sentido é aberto e polissêmico. “O acontecimento seria, assim, ocasião de experiência, confronto entre sujeito e mundo, nas vicissitudes da história” (VOGEL, 2013, p. 72). A leitura das feições do acontecimento varia conforme o contexto e quem o lê.

#### 4.3. COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DEMOCRACIA

Na esfera de visibilidade pública (GOMES, 2014), os temas saem do sigilo e da confidência, ganhando perceptividade e, no melhor dos casos, transparência. Para instaurar-se o debate público, além de alcançarem visibilidade, os temas de interesse público devem ser discutidos publicamente por diferentes atores sociais e instituições. O processo de debate na esfera pública prevê ainda a dimensão de discutibilidade, considerando-se que as proposições colocadas em discussão precisam ser justificadas e os argumentos devem ser apresentados em prol da busca de soluções. Gomes (2014) menciona que na sociedade de massa a visibilidade dos media tem mais influência nas discussões públicas do que a própria discutibilidade, de modo que opiniões publicadas

podem ter mais repercussão do que a discussão sobre o tema em si.

O debate é uma “prática regular” e um elemento central da comunicação pública, que possui uma dinâmica fluida e dinâmica. A imprensa tem papel relevante na construção desses pilares da comunicação pública, constituindo-se como um espaço propício para a troca de ideias na esfera pública, ambiente no qual a racionalidade é valorizada. É na discussão que se formam os elos que configuram o debate.

A comunicação pública é afetado por interesses comerciais e de governo, que cerceiam as informações e as ideias, tornando-se um ambiente mais conservador do que inovador. Por outro lado, Esteves (2001) alerta para o papel ambivalente dos media, capazes de serem identificados como instrumentos de manipulação social e, concomitantemente, como veículos de resistência social.

(...) neles também existe (ou permanece) algum espaço para uma dinâmica de renovação dos públicos e de inovação social, na base de novas formas de compreensão do mundo (imagens da realidade, representações sociais) que chegam aos media a partir da experiência cotidiana do mundo da vida, ou que podem ter mesmo os próprios media como meio original de constituição. Um fato ou acontecimento insólito, inesperado ou surpreendente, mas também uma ideia, um ponto de vista ou algum discurso diferentes, inspiradores, controversos, etc. Nestes casos, os media, ao assimilarem estes elementos de novidade no seu discurso e nas suas linguagens, afirmam desde logo sua importância em termos de comunicação pública por proporcionarem uma enorme expansão das audiências dos temas em questão, ou seja, fornecem uma maior solidez à base de sustentação do Público (2011, p. 269-270).

A renovação dos públicos aciona os media para novos temas e assuntos, trazidos à tona pelos movimentos sociais, que por sua vez são repercutidos pelos media, revelando novas demandas. Esteves observa que é por conta desta vitalidade das instâncias do Público que ela é capaz de dar dinamismo, preservando e promovendo o alargamento das estruturas de comunicação bem como sua permanência e fortificação no tecido social.

A comunicação pública é fundamental na democracia do dia a dia, isto é, a dinâmica diária de tomada de decisões, a participação cívica para além do momento de eleições. Para Esteves, a comunicação pública “possibilita que a democracia seja uma forma de vida mais ou menos cotidiana”, pois é por meio da comunicação que os sujeitos buscam informação, socializam os dados e tentam intervir nas decisões políticas.

É a possibilidade de as pessoas, através da comunicação, terem alguma intervenção ao nível da sua vida política, quer do ponto de vista do conhecimento, da informação, do estarem informadas sobre aquilo que se passa, porém, talvez mais importante ainda do que isso, também utilizando a comunicação como um meio para poderem ter um papel de intervenção na própria vida política. Não é propriamente um modelo antagónico ou hostil aos mecanismos de

representatividade, não é uma participação política que tenda ou que preconize substituir as competências de decisão, mas que propicie influenciá-las num determinado sentido. Portanto, nessa perspectiva, podemos dizer que é uma comunicação pública com uma dimensão performativa e pragmática forte, que não se limita propriamente à discussão dos assuntos, mas realiza essa discussão tendo uma certa perspectiva de intervenção política, de influenciar de algum modo a realidade social (ESTEVEES, 2015, p.278).

Weber (2017) postula que o debate público é equivalente à comunicação pública e qualifica as democracias. Trazido à tona por diferentes grupos da sociedade, o debate público é acionado por temas de interesse público, que exigem exposição e ação do estado. Os temas são acionados pelos Poderes, instituições, sistemas de mídia ou em redes de comunicação (Weber, 2017), que podem levar a ações coletivas e mobilizações. Maia (2008) destaca que o debate aciona o reconhecimento de características comuns e diferenças, possibilitando aos sujeitos “verbalizarem preconceitos e estereótipos, e chegarem a algum entendimento sobre experiências, necessidades e preocupações comuns”. As tensões e as disputas estão no centro desses processos.

#### **4.3.1. Concorrência por visibilidade e credibilidade**

Na política, a concorrência pela visibilidade e credibilidade é vital, fazendo com que as representações de agentes públicos sejam permanentemente expostas, moldadas, refeitas, rerepresentadas. No procedimento de se dar a ver ou de ser visto, estratégias de controle de imagem serão utilizadas tanto pelo agente exposto quanto pelo espectador e pela mídia, constituindo uma lente pela qual se ajusta os olhos para ver.

Weber (2006, p.120) postula que “é possível afirmar que a constituição de visibilidades é feita simultaneamente, na criação e na diluição de tensões entre os domínios público e privado”. Isto é, a imagem não se configura por si só, mas compõe um processo complexo no qual, de um lado, está a interação entre sujeitos, mídia, espectadores; e, do outro, o ver, o dar a ver e o saber o que fazer com o que se vê.

A credibilidade depende do que o outro fala sobre aquele que está sendo visto. Weber (2006) alerta que a concorrência por visibilidade pode envolver argumentos que alcancem diferentes escalas de repercussão e credibilidade, o que pode trazer impacto direto à veracidade e à qualidade das informações.

A identidade que sustenta a visibilidade desejada é o conjunto de representações que uma instituição ou sujeito fazem de si mesmos, escolhendo os principais aspectos para se fazer conhecer e para demarcar a diferença em relação aos outros. A visibilidade obtida na mídia, via propaganda ou informação, se dará a partir da demarcação de *territórios de diferença* (grifo da autora). A disputa pela

ocupação de tempo e de espaço midiático é a disputa pela ocupação do imaginário. (WEBER, 2006, p. 131).

Landowski (1992) salienta a dificuldade de estabelecer limites para as categorias de público e privado quando abordamos a visibilidade. As posições de quem vê e de quem é visto criam uma dimensão escópica, que reflete uma sintaxe do ver. Nos regimes de visibilidade as condições não são unívocas; pode haver sincretismos entre elas resultado de processos de interação e manipulação. Na comunicação, discursos sociais instalam estratégias no plano de enunciação

Goffman (1988) distingue em duas categorias a forma como os indivíduos são vistos pelo corpo social. O sociólogo francês chama de identidade social virtual aquela que é resultado de uma caracterização baseada no retrospecto do sujeito e de estigmas que possam ser imputados a ele, que configuram defeitos que impedem sua aceitação. Esse defeito configura descrédito, sendo considerado uma desvantagem, uma fraqueza e até mesmo um perigo para os outros.

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso. (GOFFMAN, 1988, p. 13)

A identidade social real, por outro lado, é aquela que o sujeito prova possuir para ser aceito e incluído, para ser considerado normal. A identidade social virtual e a identidade social real podem ser discrepantes, ocasionando inclusive que o sujeito tente eliminar os defeitos que gerem o estigma.

Os estigmas são divididos em três tipos: a) abominações do corpo, sendo quaisquer tipos de deformidades físicas; b) culpas de caráter individual, que compreendem desonestidade, situação de desemprego, comportamento criminoso, condenações ou passagem por prisões e outros tipos de encarceramento, relações com crenças e política, e mesmo comportamentos de origem natural, como vício por álcool, distúrbio mental, homossexualidade; e c) estigmas tribais de raça, nação e religião, que são considerados por Goffman possíveis de contaminação para toda a linhagem. Em contraposição à categoria dos estigmatizados, Goffman estabelece a dos normais.

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. (GOFFMAN, 1998, p. 15).

O auto-ódio e a auto-depreciação podem ser vivenciados por esses sujeitos, assim como relativa indiferença. Outra resposta por parte dos estigmatizados pode ser a tentativa de consertar o estigma ou ainda de corrigi-lo de maneira indireta, por exemplo, ao dominar atividades restritas a ele. Da mesma forma, o contato com normais, pode trazer retraimento ou agressividade.

Em situações em que o indivíduo estigmatizado alcança notoriedade, seja por descumprir a lei, ser o primeiro a obter determinada conquista ou ainda por receber dado reconhecimento, ele torna-se o foco da comunidade e “esses acontecimentos podem até mesmo ser notícia nos meios de comunicação da sociedade mais ampla”:

(...) todos os que compartilham o estigma da pessoa em questão tornam-se subitamente acessíveis para os normais que estão mais imediatamente próximos e tornam-se sujeitos a uma ligeira transferência de crédito ou descrédito. Dessa maneira, sua situação leva-os facilmente a viver num mundo de heróis e vilões de sua própria espécie, sendo a sua relação com esse mundo sublinhada por pessoas próximas, normais ou não, que lhes trazem notícias do desempenho de indivíduos de sua categoria. (GOFFMAN, 1998, p. 37)

A informação social determina se os sujeitos são desacreditados ou desacreditáveis, conforme o estigma que carregam. Essa informação pode ser um símbolo de estigma sujeito à visibilidade. A visibilidade deve ser diferenciada da possibilidade de conhecimento, quando o estigma é conhecido por contato de um contato anterior; da invisibilidade, quando o estigma não é perceptível no contato imediato necessitando ser revelado; e do foco de percepção, que depende da informação social que o sujeito envolvido na interação carrega com relação ao estigma a fim de identificá-lo.

Sob o prisma da Semiose da Cultura, de acordo com Rosário e Aguiar (2014) o corpo é também um texto. As corporalidades são potentes de linguagens e dinamizam as gramáticas culturais. Traços étnicos e físicos, posturas, vestimenta e expressões verbais são alguns dos elementos que oferecem pontos de decodificação da significação das corporalidades. Textos culturais midiáticos configuram espaço privilegiado para a investigação das corporalidades, por meio de suas áreas de imprevisibilidades, tensionamentos e intersecções.

A imprensa tem papel capital no estabelecimento de estratégias de visibilidade e disputa pelo controle de narrativas sobre os sujeitos. Coelho (2013) sinaliza que mídia e sociedade estabelecem regimes de visibilidade diferentes para os acontecimentos. A mídia pode amplificar o alcance do acontecimento, embora a repercussão midiática não seja garantia de atenção ao fato e seus desdobramentos.

Prudêncio (2009) nota que a espetacularização é um recurso utilizado pelos ativistas para explorar os critérios de noticiabilidade, buscando reproduzir o enquadramento jornalístico. E é justamente em casos sem consenso e de disputa de versões que os ativistas encontram mais espaço para inserir a leitura da realidade em desvantagem.

Pires e Weber (2017) identificam como a visibilidade que ilumina problemas públicos como o racismo pode não ser suficiente para jogar luz sobre as complexidades da superação desse tipo de tema complexo. Exposto por meio de slogans e campanhas publicitárias nos meios de comunicação, esse tipo de problema público pode recair sobre a noção de paradoxo da visibilidade (WEBER e CARNIELLI, 2016) ou seja, o tema de interesse público pode ganhar menos projeção do que a instituição ou o ator que se manifestou sobre ele. A campanha Somos Todos Macacos, de 2014, abordava o tema tabu do racismo, de modo que a campanha contribuiu para retirar práticas de racismo do silenciamento. Por outro lado, não houve debate público sobre as causas do racismo no futebol em relação à sociedade brasileira nem cobrança de responsabilização por atos racistas, o que resultou em uma campanha que esvaziou-se, sem apoio do estado e de entidades ligadas à causa antirracista. Desfechos como esse indicam que mesmo a visibilidade alcançada nos meios de comunicação pode resultar em normalização de problemas públicos se seus interlocutores não tiverem credibilidade suficiente e se não houver engajamento — seja espontâneo ou por conta da repercussão — de instituições e atores ligados aos espaço de ação contra o problema público.

#### 4.4. ANTROPOFAGIA

“Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. Única lei do mundo”<sup>31</sup>. Essa premissa de Oswald de Andrade é apresentada como uma característica inerente a tribos indígenas que compõem a origem brasileira e que, portanto, fundam o ethos brasileiro. Comum entre diversas culturas nativas, a antropofagia é a atitude cultural que o escritor Oswald de Andrade desloca do passado para o devir em *Manifesto Antropófago* (ou antropofágico) publicado em 1928. O texto representa um rompimento porque Oswald discute o ethos da produção cultural brasileira sem negar nem romantizar a relação tensa e violenta que funda a nação como

---

31 ANDRADE, Oswald de. *Manifesto antropófago*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>>. Acesso em: 15 jun 2019.



miscigenada.

Oswald problematiza a ideia de assimilação pacífica de elementos da cultura ao mesmo tempo que mostra a absorção de elementos da cultura nativa com elementos estrangeiros como uma estratégia de fortalecimento. O escritor paulista identificava como característica brasileira a capacidade de se apropriar de elementos de diversas culturas para produzir novos significados e uma identidade singular e comunal, que não se encaixa em parâmetros europeus.

A antropofagia oswaldiana se apoia na mistura de culturas, retornando à imagem da prática de tribos indígenas brasileiras, que devoraram o inimigo que, mesmo derrotado, possuía uma força que o vencedor não possuía. A antropofagia tem como crença devorar a carne do inimigo para adquirir seu poder.

Com base também na imagem do antropófago, mas sendo ele o eurodescendente é que Paixão (2005) procura entender a cultura brasileira. A postulação de Paixão tem como base a crítica cultural de Oswald de Andrade sobre a forma como o brasileiro tem dificuldades de aceitar que sua cultura é a deglutição de diversas contribuições, não meramente a tradição europeia colonizadora, mas daqueles povos que fundam nossa cultura, como o nativo indígena e o diaspórico africano. No centro da atitude antropofágica, conforme o economista, está o racismo à brasileira, que se configura por meio de um ethos assimilacionista, ou seja, antropofágico. Entre as especificidades do padrão de desigualdades sócio-raciais brasileiras está o fato de que as diferenças se mantiveram ao longo do tempo e raramente se reduziram, podendo muitas vezes aumentar.

Paixão (2005) enfatiza que a negação do racismo permite que, mesmo frente aos indicadores empíricos das desigualdades, haja naturalização da ausência de negros na mídia, no mundo empresarial, na representação política, nas pautas partidárias, nas agendas sindicais e de ONGs, nas políticas de reforma agrária, de combate ao trabalho infantil e de direitos humanos. Enquanto a redução demográfica, econômica e social possibilita que o debate sobre os indígenas seja considerado exótico ou anacrônico, as pessoas negras ocupam situação oposta; ou seja, mesmo sendo maioria, sua presença é ignorada.

Paixão enxerga na origem do mito das três raças o mito da democracia racial, que se desdobra também no mito de que o racismo e o preconceito contra os negros não existiriam ou não teriam tamanho peso. O padrão assimilacionista permitiu à elite construir um modo de ver o país como seu, fazendo ainda com que o próprio povo o incorporasse e

o tornasse um referencial de construção de sua própria identidade. Por isso o brasileiro médio define-se como um povo alegre, espontâneo e aberto à incorporação das diferentes gentes, supostamente avesso a práticas abertamente discriminatórias ou segregadoras, mesmo que para a superação de desigualdades raciais, como as cotas.

Paixão chama a atenção para o fato de que padrão de desigualdades nas relações sociais interracialis têm sido abordado no plano privado, o que também resulta em ausência de políticas públicas para corrigir esse padrão de relacionamentos raciais. Diante disso, Paixão acredita que um dos danos ao enfrentamento das desigualdades raciais foi o fato de que o dilema racial brasileiro “quase sempre foi resolvido enquanto um problema doméstico e particular de cada um — isto vale tanto para discriminadores como para discriminados —, jamais se tornando uma questão pública a ser resolvida de forma racional na arena política” (PAIXÃO, 2005, p.18).

Para Paixão (2005), a ascensão social de negros só seria possível por meio de cidadania inclusiva, oriunda de processo de radicalização da distribuição do poder econômico e especialmente o político. É uma leitura de de radicalização crescente mas que se difere, por exemplo da de Fernandes (1972), para quem a responsabilização sobre a mudança social recaía sobre o negro, que deveria assumir seu papel histórico de anti-branco em detrimento do superbranco. Analisando o contexto econômico do início do século 21, Paixão salienta que o contexto de ascensão do neoliberalismo estabelece limites para as políticas públicas, aumentando a incidência de morte para sujeitos negros.

#### **4.4.1. Estratégias de matar o inimigo**

A leitura de que há uma estratégia de aniquilação de alguns corpos pela sociedade por meio da ação do estado atravessa a teorização de Foucault (1984) sobre a biopolítica. Observando como os métodos de governo se modificam do século 19 ao 20 para servirem como instrumentos de controle do coletivo de indivíduos, Foucault entende que o estado se manifesta por meio do biopoder, a tecnologia de dominar várias técnicas e saberes para exercer o poder de controle. A biopolítica marca esse modelo, que aposta no controle da vida, em detrimento de outros modelos de estado que se organizavam sobre a ameaça da morte. A agenda governamental passa a ser pautada pela medicalização em vários aspectos da existência.

Reafirmando a biopolítica de Michel Foucault, Agamben (2002) postula que a “vida

nua” ou vida sacra” adentrou o campo da política, causando entrelaçamento entre política e vida. Agamben sustenta que, no século 20, a politização da vida, ou seja, a primazia do privado sobre o público vem ocasionando a transformação de democracias parlamentares em estados totalitários, bem como estados totalitários têm sido percebidos como soluções de ajustes para democracias parlamentares.

O fato é que uma mesma reivindicação da vida nua conduz, nas democracias burguesas, a uma primazia do privado sobre o público e das liberdades individuais sobre os deveres coletivos, e torna-se, ao contrário, nos estados totalitários, o critério político decisivo e o local por excelência das decisões soberanas. (AGAMBEN, 2002, p. 127).

O filósofo francês nota que na “biopolítica moderna, soberano é aquele que decide sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal”, isto é, quem decide qual vida é matável e usa a tecnologia do poder para esse definição é o soberano (AGAMBEN, 2002, p. 149).

Também a partir da biopolítica, Mbembe (2017) descreve a necropolítica dos regimes de estado de exceção em que a soberania é a capacidade de definir quem é descartável e quem importa. O filósofo camaronês percebe a força como o modo central de operação do necropoder. Operacionalizando esse conceito nos espaços de colonização, ele nota como a soberania e a legitimidade dos estados eram construídas em torno de um discurso baseado em um relato de história e identidade.

Mbembe (2017) identifica que a ocupação colonial contemporânea concentra sobre si os poderes disciplinar, biopolítico e necropolítico. O território em estado de sítio estabelece um cotidiano militarizado e permite que a população se mantenha sitiada e sem meios, de modo que o soberano possa submeter ao seu controle o inimigo interno e o externo sem distinção. O filósofo camaronês observa como no século 21 a militarização e poder do uso de formas de extermínio não se restringe ao controle do estado e passa também a ser comercializada, produzindo milícias urbanas, exércitos e segurança privados. As populações, nesse contexto, podem ser alvo de políticas que as transformem em mortas-vivas. Da mesma forma, são diluídas as relações entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, martírio e liberdade.

Considerando a noção de rosto para Emmanuel Levinas, Judith Butler (2011) reflete sobre como o rosto enuncia significado sobre outra existência, sobre a precariedade dessa existência e a nossa responsabilidade ética diante dela. Butler aprofunda a reflexão de Levinas, percebendo como “o rosto pronuncia várias elocuições

ao mesmo tempo: ele enuncia uma agonia, uma insegurança, ao mesmo tempo em que indica uma proibição divina do homicídio” (BUTLER, 2011, p. 19).

A filósofa norte-americana ainda pensa como são realizados processos de humanização e desumanização por meio do discurso, indicando a possibilidade de que quem ganhe representação e sobretudo autorrepresentação tenha mais chances de ser humanizado. “Já aqueles que não têm oportunidade de representar a si mesmos correm grande risco de ser tratados como menos que humanos, de serem vistos como menos humanos ou, de fato, nem serem mesmo vistos” (BUTLER, p.24). Esse processo inclui a comunicação, que faz “uso do rosto, no interior da mídia, no sentido de efetivar a desumanização” (BUTLER, p.24) por meio de imagens e discursos de dessensibilização. A humanização não é só descartada, mas também estabelecida em níveis de esvaziamento, que produzem vidas mais ou menos passíveis de serem lamentadas.

#### 4.5. BLOQUEIOS HISTÓRICOS PARA NEGROS E NEGRAS NA POLÍTICA

A sub-cidadania dos negros remonta ao período de escravização de africanos na América Latina. Quijano (2009) enfatiza que a classificação racial é um dos resultados de um padrão mundial de capitalismo eurocentrado, que constituiu-se a partir da colonialidade e da imposição de classificação racial e étnica da América. Junto com as características desse padrão de poder formaram-se identidades novas, como a de índios, negros e brancos, levando ainda à consolidação de relações intersubjetivas de dominação. Na ótica de Quijano, o modernismo reflete essa distribuição do poder, que classifica os sujeitos em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos, sendo a Europa o fator sempre positivado.

Essas relações e ideias mitológicas são ensinadas e naturalizadas. Nesse sentido, instituições modernas como os estados-nação legitimam a colonialidade do poder (QUIJANO, 2009), que fixa no mesmo eixo o trabalho, a raça e o gênero, por meio do controle e de instâncias de relações de exploração, dominação e conflito.

Held (1991) pontua que a reivindicação de uma posição imparcial e de independência do Estado encontra limites na própria noção do papel dos estados liberais democráticos. A simetria é uma limitação desse modelo de organização social frente à sua natureza que tenta pactuar autoridade e lealdade, fato que é agravado com o contexto de interconexões regionais e globais a que os estados estão submetidos.

Florestan Fernandes (1972) via o dilema brasileiro como um conflito de valores da democracia, e, portanto, um fenômeno essencialmente político. Na virada do século XIX para o XX o estudioso percebia um processo de descolonização ainda em andamento, pois o capitalismo não havia se desenrolado totalmente, mostrando-se desigual e heterogêneo, restando um mundo colonial:

...em quase tudo que é essencial para o capitalismo dependente: na posse da terra, na organização da agricultura, na autocracia dos poderosos, na espoliação sistemática e na marginalização dos pobres, no particularismo e no farisaísmo das elites, na apatia e na confusão das massas oprimidas e, principalmente, nos padrões de relações étnico e raciais, por natureza ilegítimos, extracristãos e antidemocráticos. (FERNANDES, 1972, p. 260).

Em decorrência desse processo, Fernandes notava um enfraquecimento do ethos democrático e da própria estrutura do estado-nação que acompanha a transformação do capitalismo na América Latina, modificado em função das especificidades do mundo colonial que são preservadas. Como mantinha o controle político por meio da violência, os setores dirigentes obtinham a perpetuação da ordem autocrática do poder conservador. Ainda como herança da colonização estava a pressão assimiladora em nome da integração nacional, que é atualizada em forma de democracia racial e democracia cultural. A articulação dessas ideologias favorecia a supremacia branca, consolidando o monopólio da igualdade, da liberdade e do poder pelos brancos dos estratos dominantes.

Mesmo que a abolição tenha sido formalizada em maio de 1888, até 1934, negros não tinham direito de votar — além da população parda e negra, até essa data, a restrição de direito estendia-se também a mulheres, pobres e analfabetos, sendo que os analfabetos só tiveram direito ao voto em 1988 com a Constituição Cidadã. Em estudo dedicado a dar visibilidade à mobilização negra do período pós-abolição, o historiador Flávio Gomes relata que os negros daquele período precisavam reivindicar não apenas seu lugar na cidadania não mais como escravizados, mas também sua identidade como brasileiros, pois, pela falta de direitos, permaneciam muito próximos da situação da qual saíram. Era preciso inventar e reinventar heranças, legados, lembranças, recordações:

Não eram apenas fardos que arrastariam inexoravelmente ou de que poderiam se desfazer na primeira esquina da liberdade. Estavam marcados nos corpos e nas mentes — nunca em termos biológicos, mas por expectativas políticas. Lutar por terra, autonomia, contratos, moradias e salários — e enfrentar a costumeira truculência — era reafirmar direitos, interesses e desejos redefinidos, também, em termos étnicos, coletivos e culturais. Havia muita coisa em disputa. Para a população negra não era apenas uma aposta num futuro melhor, mas o desejo de bancar o próprio jogo. (GOMES 20015, p.12)

O desmascaramento da questão racial colidia com os ideias de integração nacional dificultando a constituição de uma opinião pública favorável a esse movimento. Diferentemente do “meio branco”, que preservou seus privilégios por meio do conflito racial, “o negro não teve liberdade para usar o conflito racial em fins coletivos próprios”, ocasionando “contenção efetiva do radicalismo negro pela ordem social inclusiva” (FERNANDES, 1972, p. 277). Para Fernandes, apesar de o movimento do chamado meio negro ter sucumbido, seu pensamento segue como ponto de referência coletivo contra o mito da democracia racial.

Conforme, Guimarães (1999), o programa político antirracista ocidental foi comprometido por interesses liberais que visavam mais ao estatuto legal da cidadania do que ao seu exercício prático. Assim, a cor serviu para naturalizar desigualdades e o racismo tornou-se tabu diante da necessidade de garantir o mito da democracia racial.

Guimarães (1999) sustenta que o racismo brasileiro é heterofóbico, resultado de uma negação total das diferenças que o constituem como nação. Tal racismo heterofóbico leva pessoas negras a perceberem que a cor carrega significados positivos ou negativos para a ascensão social, constituindo um ideal de embranquecimento e europeidade que, por exemplo, colocou mais barreiras para os descendentes de africanos do que para os imigrantes considerados mais europeus, como os italianos e alemães, e mais brancos, como os japoneses. Da mesma forma, o racismo heterofóbico permite que brancos não se reconheçam e que possam manter confortavelmente seus privilégios.

Guimarães (1999) observa que, apesar de o racismo não ser institucionalizado, a cidadania não é completa para os sujeitos alvos do racismo. Exemplos desse processo são a lei que criminaliza o racismo, que data de 1988, mas é pouco aplicada e levada a cabo na Justiça, bem como a lei do voto universal que, até 1988, era restrita aos sujeitos alfabetizados. Guimarães salienta que o racismo no Brasil impõe distâncias e restrições da cidadania de brancos e negros, ainda que a regra seja esconder esse processo.

Alguns trabalhos e estudos, realizados em empresas e em escolas, revelaram que esses mecanismos condensam-se em padrões normativos e valores fortemente arraigados na identidade nacional, acabando por estabelecer o lugar do negro no mercado de trabalho e na sociedade. O principal desses mecanismos é, sem dúvida, o acesso e o aproveitamento diferencial dos negros no sistema educacional, cuja titulação serve de base para uma estruturação hierárquica rígida, legitimada pela noção de mérito individual (GUIMARÃES, 1999, p.67).

O mesmo nota-se na política, que tradicionalmente é ocupada por sujeitos que possuem credibilidade e chancela da sociedade para representarem-na. Amaury de

Souza (1971) relaciona o comportamento político do negro à ausência de condições para criação de solidariedade. Sujeitos a uma mobilidade social dependente e consentida do brancos, negros se veem obrigados a recorrer a um cálculo de ação individual, no qual a única saída para a ascensão é o apadrinhamento e relação de protegido com brancos, o que impede noção de coletividade. Para Souza, o mito da democracia racial é outro entrave para a criação de solidariedade, pois, negros internalizam lógica de que não há preconceito e incorporam sistema de valores dos brancos. Com a erosão da identidade do negro e as poucas chances de ser uma exceção à regra na mobilidade social do meio negro, tendem a competir mais entre si do que com os brancos.

Para Souza (1971), a Frente Negra Brasileira foi exceção nesse cenário — pelo menos até os anos 1970, quando ele descreve essa pesquisa —, embora outras campanhas de engajamento tenham existido. Uma das mais célebres é encabeçada por Abdias do Nascimento, que desde 1954 em campanha a vereador tentava contagiar o eleitorado com o seu slogan “Não vote em branco, Vote no preto Abdias do Nascimento<sup>32</sup>”. Abdias<sup>33</sup> é ainda um dos organizadores da Convenção Nacional do Negro entre 1945 e 1946 e do Primeiro Congresso do Negro Brasileiro em 1950, que tinha ainda Édison Carneiro e Guerreiro Ramos como lideranças destacadas. Outro momento relevante de mobilização é a criação do Movimento Negro Unificado em 1970. Olhando para a história recente do Brasil, também outros movimentos de coletivos negros tentam articular a questão racial para defender o voto em negros, como a Frente Favela Brasil<sup>34</sup>, que sem conseguir tornar-se um partido, articula campanhas para votação de negros em negros. O mesmo propósito de aumentar a representação negra e de mulheres no Congresso mobilizou a criação da campanha “1 Milhão de Brancos Votando em Candidatos Negros”, que propõe engajamento aos brancos para que contribuam para a eleição de negros<sup>35</sup>, em uma espécie de inversão da prática vigente.

A hipótese de Amaury de Souza sobre o comportamento político coletivo do negro é de que pretos e pardos veem a si como categoria social abaixo de sua real posição social, pois sua preferência política baseia-se na sua posição social e na sua auto-

---

32 ALMA PRETA.. Vote no preto: uma necessidade de 1954, uma necessidade de 2018. Alma Preta, 2018. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/vote-no-preto-uma-necessidade-de-1954-uma-necessidade-de-2018>> Acesso em: 14 nov 2018.

33 A COR DA CULTURA.. Abdias do Nascimento. Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/abdiasnascimento>>. Acesso em: 14 nov 2018.

34 FRENTE FAVELA BRASIL. Favelismo. Disponível em: <[http://www.frentefavelabrasil.org.br/fav\\_brasil.php](http://www.frentefavelabrasil.org.br/fav_brasil.php)>. Acesso em: 14 nov 2018.

35 RFI. Eleições 2018: iniciativas cidadãs incentivam o voto em candidatos negros. RFI, 2018. Disponível em: <<http://br.rfi.fr/brasil/20181004-eleicoes-2018-iniciativas-cidadas-incentivam-o-voto-em-candidatos-negros>>. Acesso em: 14 nov 2018.

imagem. Baseado em dados de pesquisa de Glaucyo Ary Dillon Soares sobre eleitores do Rio de Janeiro em 1960, observa que negros tendem a se ver mais como trabalhadores e pobres do que os brancos em situação semelhante. Nos anos 1960, período de industrialização e ascensão social, Souza defende que essa situação é um paradoxo, pois a identificação seria resultado da erosão da autoimagem do negro no processo da integração social bem como de sua situação de dependência em relação ao branco.

Souza (1971) postula que a diferença no comportamento de brancos e negros é similar nos níveis de participação política, mas é variável com relação às constantes experiências de frustração na atividade social e política. Souza ainda postula que o negro pode manifestar preferência por uma organização política que seja mais apropriada às aspirações do grupo e não necessariamente de acordo com sua experiência. Souza apostava em duas condições para a integração do negro: o fim do cálculo racional de que as possibilidades de ascensão são inversas à solidariedade étnica; e o crescimento da classe média negra com a ascensão social crie condições para que o negro possa exigir sua integração na ordem social competitiva.

Em suas observações sobre o país, o historiador ganês Anani Dzidzienyo criticou a ideia de mestiço que o brasileiro faz de si, vendo nessa autoimagem uma tentativa de amenizar sua ancestralidade africana a favor dos privilégios de brancos.

A mistura não significa a ausência da hierarquia. O mulato não é negro nem branco, mas puxa para o lado branco porque na sociedade há a hierarquia: branco, mulato e depois o negro. Não existe nenhum país, misturado ou não, onde ser branco é uma coisa neutra. Sempre é uma vantagem.<sup>36</sup> (DZIDZIENYO, 1999)

Bento (2012) percebe que a branquitude estabelece um pacto narcísico para manter seus privilégios, negando a população negra como integrante da nação brasileira. Para Bento, a relação entre branqueamento e branquitude é que o racismo não é um problema do negro, mas resultado do medo da branquitude de perder os privilégios que acumula desde o período de escravização no Brasil. O pacto explica por que a questão racial no Brasil é abordada sempre pela perspectiva de que é um problema do negro, pois assim as pessoas brancas subtraem a responsabilidade nessa estrutura, apoiando-se nos estereótipos de inferioridade e vocação para incivilidade do negro.

No entanto, o desejo da “europeização” expresso por essa elite evidencia que não só os negros se sentem desconfortáveis com a sua condição racial, mas o próprio branco brasileiro desejava e deseja ainda hoje (vide os meios de comunicação de massa) perder-se no Outro, o europeu ou o norte-americano. Isso torna o

---

36 FOLHA DE S.PAULO. História de um pioneiro. *Folha de S.Paulo*, 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs06069914.htm>>. Acesso em: 14 nov 2018.



problema do branqueamento uma questão que atinge a todos os brasileiros. Não temos só um problema de perda de identidade negra, mas um problema de nacionalidade: quem quer ser brasileiro? Como o negro brasileiro se representa e é representado? Como o branco brasileiro se representa e é representado? (BENTO, 2012, p.25)

Bento sustenta que o problema da perda da identidade negra também é um problema da identidade branca e, por conseguinte, um problema de identidade nacional. Bento identifica ainda que é estratégico que o período de hegemonia da teoria do branqueamento coincida com o de início da industrialização no Brasil, pois possibilita que a população negra e liberta, responsável pela força de trabalho e em plena capacidade de ascensão social, seja percebida como ameaça à branquitude. Desde então, o negro é tratado como um sujeito despreparado para integrar a sociedade e aquele que ousa ascender incomoda.

Osorio (2008) percebe que a mobilidade social é o maior entrave para ascensão de negros e faz o elo entre condição inicial, raça e classe. Constituindo uma barreira à mobilidade social, a raça e a discriminação ajudam a perpetuar as desigualdades. Os estudos contemporâneos que investigam a persistência das desigualdades raciais mostram que nem o desenvolvimento econômico é capaz de melhorar a vida da população negra: embora produza melhorias de bem-estar, não tem sido suficiente para diminuir as desigualdades entre brancos e negros (OSORIO, 2008, p.89).

Mello (2017) observa que o mito da democracia racial impõe limites às ações políticas adotadas para combater as desigualdades raciais, como o sistema de cotas nas universidades. Apesar dos esforços de ativistas e intelectuais negros, o ideário do mito da democracia racial tem conseguido reproduzir e naturalizar a diferença. Quando se observa o combate às desigualdades raciais, a importância do mito da democracia racial se destaca como um elemento formador em um rígido sistema de opressão racial que coaduna com a história da racialização do povo brasileiro.

A raça é um capital que permite estabelecer distâncias significativas, pois ela opera em consonância com o racismo, que é um sistema de dominação assente na afirmação da diferença. O racismo oprime os indivíduos, impedindo-os de participar de forma igualitária na sociedade e estabelecendo segregações; já os processos de racialização conformam o imaginário e as visões de mundo, naturalizando os mecanismos de opressão social. Uma das consequências desse processo é que as desigualdades raciais ficam subsumidas em ideologias igualitárias e de meritocracia. (MELLO, 2017, p. 319)

Por encontrar um passado que o acomoda, esse sistema possui facilidade em se transformar, adaptando-se e se atualizando para manter o status quo. Uma das

estratégias de manutenção da diferença por meio desse ideário é a retirada do racismo do plano do problema público para o problema privado, favorecendo simplificações e generalizações, e até mesmo a ilusão de que unicamente soluções para trajetórias individuais podem reparar danos ao coletivo de pessoas negras.

Dijk (2008) acredita que é no aprendizado cotidiano que os sujeitos reproduzem o racismo. Nesse cenário, a política e os espaços de poder são privilegiados na produção de modelos e políticas públicas contra as desigualdades ou pela manutenção delas. Dijk argumenta que a mudança do quadro de falta de representação passa pelo discurso, por meio do acesso às várias formas de discurso público, como o discurso político, da comunicação de massa, da educação e da pesquisa: “Se o ‘racismo’ não se tornar um assunto público pelo discurso público dos grupos étnico-raciais minoritários, a dominação étnica continuará inalterada” (DIJK, 2008, p.16).

Hall (2005) enfatiza que os estudos que propõem a interface entre raça, cultura e comunicação exigem conhecimento das especificidades do contexto de pesquisa, pois, ainda que haja mecanismos gerais vinculados às práticas de racismo, a cultura molda suas especificidades históricas. Nesse sentido, é importante “não falar de racismo no singular e sim de racismos, no plural” (p.4). Por isso, a tarefa de quem pesquisa racismo é identificar mecanismos e estruturas que se repetem nas manifestações racistas da cultura. Essa investigação envolve a necessidade de conhecer o que é explícito e o implícito, uma vez que o não dito, a ausência e o silêncio são característicos de práticas racistas.

Descobrimos que o racismo se expressa através do deslocamento, através da negação, através da capacidade de dizer duas coisas contraditórias ao mesmo tempo, a imagem de superfície falando de um conteúdo indizível, o conteúdo reprimido de uma cultura. (HALL, 2005, p.7)

Hall alerta para as mudanças nas formas de representação e compreensão de negros, embora antigas estruturas e mecanismos sobrevivam, apontando para a origem desse fenômeno. Essa complexidade aponta para uma dupla sintaxe, uma vez que o racismo é sempre dúbio e reflexivo, dependente da alteridade. Na base estrutural do racismo, assenta-se a intolerância à diferença, a incapacidade de conviver com o Outro. Hall defende que é por meio de análise rigorosa que se identifica como o medo do Outro somado ao poder mantém e realimenta essas representações e o status quo do racismo.

#### 4.6. RACISMO NA CULTURA BRASILEIRA

No Brasil, a tipificação do racismo é conhecida popularmente por Lei Caó. Jornalista e militante do movimento negro, Carlos Alberto Caó Oliveira foi deputado constituinte e ajudou a redigir o artigo 5º da Constituição que torna o crime de racismo inafiançável e imprescritível. Caó virou sinônimo de combate ao racismo com a aprovação da Lei 7.716, de sua autoria, que define os crimes de preconceito racial. A norma prevê pena de reclusão a quem cometa atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A legislação regulamentou o crime de racismo previsto na Constituição Federal. Um dos poucos negros que obteve cargo eletivo, Caó corporificou a luta antirracista, dando visibilidade e levando aos espaços de poder as pautas unificadas do povo negro.

O caso é simbólico da relevância da ocupação de cargos por negros e negras em democracias representativas, como a brasileira, em que os eleitos devem estar comprometidos com os interesses dos eleitores. Mas, ainda que pretos e partidos tenham tido um papel de resistência e protagonismo em lutas emancipatórias na história brasileira, eles possuem pouco espaço de representação. Mesmo em governos recentes que cederam a ações afirmativas reivindicadas pelo movimento social negro, como a política de cotas nas universidades federais e no serviço público durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), o número de pretos e pardos que ocupavam cargos de comando foi pequeno na comparação com o montante de brancos. Da mesma forma, o protagonismo na articulação de políticas públicas não incidiu de forma direta para ampliação de cargos de representação nem mesmo pela conquista de votos. Esse diagnóstico faz a sub-representação negra na política seguir como um desafio.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do segundo trimestre de 2018, pretos e pardos correspondem a 54,9% da população. Mas na comparação com a ocupação de cargos de governo e de mandatos conquistados pelo voto há um descompasso entre número de cidadãs e cidadãos negros e brancos. Levantamento do Núcleo de Pesquisas Clóvis Moura da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo<sup>37</sup> mostrou que,

---

37 AGÊNCIA SENADO. Representatividade dos negros na política precisa aumentar, defendem debatedores. Agência Senado, 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/05/representatividade-dos-negros-na-politica-precisa-aumentar-defendem-debatedores>> . Acesso em: 15 nov 2018.

em 2018, dos 513 deputados federais, 24 eram negros. No Senado, de 81 senadores, três eram negros. No comando das prefeituras, pretos e pardos eram 1.604 de um total de 5.570 prefeitos. O mesmo foi observado nas Câmaras dos Deputados, em que, de 57.838 vereadores, 24.282 eram negros. No mesmo período, nenhum governador de estado e do Distrito Federal ou ministro do STF era negro.

Os dados sobre a identificação racial dos candidatos são recentes, começaram a ser agrupados nas eleições de 2014 pela Justiça Eleitoral. No pleito de 2014, 44,3% dos candidatos eram negros e 55% eram brancos. Nas eleições gerais de 2018, apuração do TSE<sup>38</sup> indicou que, dos 29 mil candidatos aos oito cargos em disputa nos estados e a presidência, 46,5% (35,7% pardos e 10,8% negros) eram negros. O montante de candidatos negros subiu 2% neste ano em relação às eleições gerais de 2014. Apesar de esse dado indicar que os negros estão buscando apresentar-se à corrida eleitoral, a maioria disputa cargos de menor hierarquia e status social, que no caso das eleições gerais são as cadeiras na assembleia legislativa. Para os cargos majoritários, ou seja, para presidente, governador e senador, os negros que disputaram o voto não ultrapassaram 3%.

Quando analisa-se o gênero, ou seja, quando o recorte é apenas das mulheres negras, a somatória é ainda menor. Mulheres negras conquistaram 5% das cadeiras nas Câmaras Municipais nas eleições de 2016 em todo o Brasil<sup>39</sup>, sendo que, do universo de 57,8 mil vereadores eleitos naquele ano, 328 identificavam-se como mulheres pretas, o equivalente a 0,6% do total. As mulheres pardas eleitas foram 2.546: 4,4% do todo.

A ausência de mulheres vem sendo denunciada como um problema de representação da política com efeitos em todo o mundo. Por isso, instituições de alcance global, como a Inter-Parliamentary Union monitoram a inclusão de mulheres na política. Conforme a instituição citada, há estagnação no crescimento da participação de mulheres em todas as localidades. Mas a América tem merecido destaque nos rankings pelos avanços recentes, que mostram destacado crescimento regional.

O Brasil, no entanto, não tem feito sua parte para auxiliar nessa evolução. Em

---

38 AGÊNCIA CÂMARA. Baixa representação de negros na política deve ser mantida nas eleições desse ano. *Agência Câmara*, 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/563783-BAIXA-REPRESENTACAO-DE-NEGROS-NA-POLITICA-DEVE-SER-MANTIDA-NAS-ELEICOES-DESTE-ANO.html>>. Acesso em 14 nov 2018.

39 GÊNERO E NÚMERO. Mulheres pretas, como Marielle, são menos de 1% nas Câmaras de Vereadores do Brasil. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/mulheres-pretas-como-marielle-sao-menos-de-1-nas-camaras-de-vereadores-do-bras/>>. Acesso em: 14 nov 2018.

pesquisa de 2017<sup>40</sup>, a instituição observou uma tendência de queda na representação com a saída da chefia de estado de Dilma Rousseff no impeachment em 2016 e ainda com diminuição da paridade de gênero nos cargos ministeriais, que, de 25% em 2014, declinou para 15% em 2015 e despencou para 4% em 2017. No ranking de 2018, o país aparece na posição 157, ou seja, situa-se entre as nações que menos possuem mulheres em cargos eletivos na esfera federal.

Desde 1977, a chamada lei da cota feminina — Lei 9.504/97 — estabelece que cada partido ou coligação deve preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero. A regra é para as eleições proporcionais, não atingindo as eleições majoritárias, em que são definidos os cargos de mais alto poder. O objetivo da medida é ampliar progressivamente a representação de mulheres nos parlamentos e, desde então, os partidos têm cumprido a cota mínima para mulheres a fim de evitar sanções da Justiça Eleitoral. Entretanto, em 2016, o número de candidatas que não receberam nenhum voto praticamente quintuplicou em relação ao pleito de 2012<sup>41</sup>, denotando que as desigualdades de gênero na política não poderão ser enfrentadas com uma única medida e sem o combate das causas dessas desigualdades, como a falta de visibilidade e investimento em candidaturas de mulheres e a necessidade de empoderamento político e financeiro das lideranças dentro e fora dos partidos.

#### 4.7. INTERSECÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

A trajetória política, pessoal e intelectual de Marielle Franco está inserida em um contexto de resistência aos processos de desigualdade, silenciamento e marginalização impostos a mulheres negras no Brasil. A atuação de Marielle dialoga com a tradição do que Carneiro (2019) descreve como enegrecimento do feminismo, uma transferência de várias gerações de mulheres negras que dinamizam o feminismo, incluindo pautas que dão conta não só das desigualdades de gênero, mas de desigualdades raciais e econômicas que afetam as mulheres e estruturam a sociedade brasileira. Pensar a contribuição de mulheres negras ao feminismo é essencial para entendermos esse

---

40 <sup>?</sup> IPU. New IPU and UN Women Map shows women's representation in politics stagnates. *Inter-Parliamentary Union*, 2017. Disponível em: <<https://www.ipu.org/news/press-releases/2017-03/new-ipu-and-un-women-map-shows-womens-representation-in-politics-stagnates>>. Acesso em: 14 nov 2018.

41 G1. Mesmo com lei, proporção de mulheres não aumenta nas eleições e Justiça precisa notificar coligações para que cumpram cota. *G1*, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/24/mesmo-com-lei-proporcao-de-mulheres-nao-aumenta-nas-eleicoes-e-justica-precisa-notificar-coligacoes-para-que-cumpram-cota.ghtml>>. Acesso em: 14 nov 2018.

movimento e aqueles que decorrem dele no trabalho contra as diversas formas de opressão.

Gonzalez (1984) postula que a identificação do povo brasileiro com o mito da democracia racial engendra representações sobre as mulheres negras, sobretudo em posições estanques e estereotipadas. Essas posições podem ser agrupadas nas representações de mulata, doméstica e mãe preta, imagens que se relacionam com o espaço determinado às mulheres negras na organização social brasileira e na divisão sexual de trabalho. Conforme Gonzalez mudanças no mercado de trabalho não impedem que essas noções sejam retomadas pela via da representação. Nesse sentido, faz um alerta: “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação do duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (GONZALEZ, 1984, p.224).

Ainda para Gonzalez (1984), estereótipos estão ligados à manutenção das desigualdades raciais e que sua naturalização passa pela cultura. Quando se diz que o negro é irresponsável e incapaz intelectualmente se naturalizam as violências simbólicas e materiais, bem como sua domesticação. No caso das mulheres negras, a rejeição e a integração marcam suas presenças na sociedade brasileira.

Postulando que o racismo é uma neurose cultural brasileira, ou seja, um problema na personalidade, de formação da identidade, ele torna-se um fator de incompreensão e de produção de intolerância. Gonzalez (1984, p. 226) descreve a consciência como o lugar do encobrimento —“como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como verdade” — e a memória como “lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade”.

Para Gonzalez, a negação e o escamoteamento das responsabilidades do meio branco pelo período de escravização e pela manutenção das desigualdades raciais resultam na tentativa de apagar memórias. Também é o processo de negação que naturaliza a assimetria social perpetuada em situações como da violência policial contra pessoas negras e precarização das condições de vida. Gonzalez (1984) recupera dois casos de insubordinação negra durante a ditadura militar: o caso Marli, ocorrido em 12 de outubro de 1979, quando Marli Pereira Soares testemunhou o assassinato de seu irmão, Paulo, pela polícia militar. Corajosamente, Marli e seu pai buscaram, na delegacia de Belford Roxo, na Baixada Fluminense, fazer a denúncia do crime e relatando abuso da polícia, que teria invadido a casa onde ela morava e assassinado Paulo. No quartel, Marli reconheceu dois policiais que estavam na sua casa e o assassino do seu irmão. No

entanto, ela precisou peregrinar pelas instituições policiais por mais de 30 vezes para fazer reconhecimento. Pauperizada pela situação de busca por justiça, obteve ajuda graças à cobertura midiática do caso. Outro caso relatado por Gonzalez é o de Aézio, um servente de pedreiro que morreu torturado na cela de uma delegacia na Barra da Tijuca em 1979.

Gonzalez critica cobertura midiática da violência sistemática da polícia contra os homens negros e das tentativas de denunciar por parte de mulheres negras, cujo apelo só é ouvido quando elas não têm ligação amorosa ou sexual com a vítima. Nesse sentido, Gonzalez entende que a memória da imagem da mãe preta traz a uma revelação sobre a percepção das mulheres negras como mães, enquanto as mulheres brancas são vistas como genitoras. Sua postulação é de que ser vista como mãe é ser responsabilizada pela transmissão de valores e da língua, ou seja, pela própria cultura brasileira. A contradição do povo brasileiro é uma neurose, para Gonzalez, pois ele reivindica uma raiz europeia, mas sua cultura reflete uma formação de identidade permeada por manifestações de origem africana, com a mulher negra no centro de uma tradição de filiação.

Carneiro (2009) observa que o controle para a subalternidade leva à ausência das mulheres negras nos espaços de poder. A filósofa e ativista antirracista defende a necessidade de que as representações sobre as mulheres negras que sejam enfrentadas, pois são determinantes para afastá-las de cargos diretivos ou mesmo, quando raramente conseguem, tornar sua permanência um desafio. Conforme Carneiro, as desigualdades impostas às mulheres negras perseguem-nas, levando a “a trajetórias erráticas e diferenciadas nas instâncias de poder a que lhes têm sido possível ascender” (CARNEIRO, 2009, p. 1).

Utilizando o conceito de Michel Foucault de “dobrar o delito”, observa como também no caso de mulheres negras que ascendem na política o erro se torna uma marca que enfatiza a ideia de um fracasso natural e também da necessidade de tutela. Carneiro chama a atenção para o fato de que, embora nunca sejam questionadas nomeações de secretariado totalmente branco, por outro lado, quando há nomeações de pessoas negras elas são destacadas como racistas.

Combinar os critérios de qualificação técnica com recorte de gênero e de raça é a única maneira de romper com a lógica excludente, que historicamente norteia as estruturas de poder do país, e, sobretudo, é requisito para o aprofundamento e a radicalização de uma perspectiva democrática no Brasil (CARNEIRO, 2009, p.6).

Carneiro chama a atenção para o movimento de desqualificação pública dos

movimentos negros, de seus parceiros e aliados — incluindo a deslegitimação acadêmica de sujeitos negros bem como de estudos e pesquisas com temática racial — com o objetivo de atacar políticas públicas e pautas de combate às desigualdades raciais. As construções ideológicas e culturais não impactam só os espaços de poder, mas também chegam ao mercado de trabalho, afetando a mobilidade social de mulheres negras. Ainda para Carneiro, um efeito desse histórico racista e lesbofóbico é a falta de quadros, só possíveis por meio do fortalecimento de organizações de mulheres negras no estado ou como instituições independentes.

Crenshaw (2004) alerta que as discriminações de raça, gênero e classe operam juntas para criar barreiras ao desenvolvimento de mulheres negras no mercado de trabalho bem como em esferas de poder. Em seus estudos sobre o tema, a pesquisadora identificou que as mulheres de pele escura e mais pobres eram as mais atingidas pelas violações de direitos humanos, e mesmo na comparação com outros grupos de mulheres, como as com mais idade ou com alguma deficiência, “são as mulheres de pele mais escura também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos.” (CRENSHAW, 2004, p.10). Crenshaw defende que a visibilidade da discriminação interseccional permite criar políticas públicas que possam atender todas as mulheres nas questões de gênero, inclusive as negras, evitando ações que reforcem apenas o privilégio dos homens nas questões raciais ou das mulheres brancas nas questões de gênero.

Embora a experiência negra esteja sendo desprezada nas urnas, lideranças e coletivos do movimento social negro tentaram superar esse déficit e romper com a sub-representação propondo medidas de integração negra nos parlamentos, nos governos e nos partidos. Caso simbólico dessa tentativa foi a criação da Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial em 2003, que tinha status de ministério. Luiza Bairros, que ocupou o cargo de 2011 a 2014, relatou<sup>42</sup> que a criação da Secretaria possibilitou pensar políticas públicas para reversão de diversos aspectos de sub-cidadania de negros, incidindo sobre a necessidade de que órgãos dedicados à promoção da igualdade racial fossem criados em escala municipal e estadual e ainda levando pautas unificadas ao governo, caso da implantação da política de cotas nas universidades federais. Desde 2015, através de medida provisória, a secretaria perdeu o status de ministério, sendo

---

42 Instituto de Pesquisas Aplicadas. Luiza Bairros - “Não podemos ficar indiferentes ao fato de que os negros morrem mais cedo quando comparados a qualquer outro grupo social”. IPEA, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2675:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2675:catid=28&Itemid=23)>. Acesso: em 14 nov 2018.



incorporada a outras pastas, o que indica que mesmo os avanços recentes podem estar comprometidos pelas mudanças de gestões.

Cargos eletivos e de comando seguem ocupados majoritariamente por sujeitos brancos, refletindo uma imagem embranquecida do país e ocasionando dificuldades para que políticas públicas sejam priorizadas a fim de reparar as desigualdades raciais. O mesmo pode-se dizer das desigualdades de gênero, embora a criação de cotas para reparar a representação seja um indicativo de avanço. Quando cruzam-se os dados de raça e gênero, a possibilidade de uma mulher negra chegar ao poder é ainda menor do que de uma mulher branca ou de um homem negro.

Nesse sentido, candidaturas e mandatos como o de Marielle Franco representam um desafio para a sociedade, rompendo com o tabu do racismo. Lideranças políticas que denunciam a sub-representação e sub-cidadania levam à esfera pública discursos que rompem com o mito da democracia racial, desvelando ainda os privilégios acumulados pelos representantes brancos.

## 5. O ACONTECIMENTO ANTROPOFÁGICO

A antropofagia de Marielle Franco nos une socialmente. Esse postulado é desenvolvido nas próximas sessões, em que analisa-se a repercussão do assassinato de Marielle nas mídias, em material coletado durante a pesquisa exploratória. As mídias são entendidas como espaços de revelação do estado de coisas que o acontecimento ilumina. Por conta desse fenômeno, optei por chamar as mídias de sismógrafo do estado de coisas, ou seja, dispositivo que mede e indica as condições do ambiente, do contexto.

No item 5.1. se desenvolve a explicitação das escolhas metodológicas, que envolvem a narrativa e a perspectiva hermenêutica, que conduzem a pesquisa ao processo de relato do acontecimento e leitura de suas repercussões. No item 5.2. é apresentado o estado de coisas revelado pelas mídias, com a repercussão do caso na imprensa e nas mídias sociais, sobretudo o Twitter.

O item 5.3. é uma construção de interpretação sobre representações que emergem no estado de coisas revelado pelo acontecimento. Por se tratar de uma generalização, embora leve em conta aspectos subjetivos e objetivos do contexto, decidiu-se interpretar por meio de quatro tipos ideais, sendo eles paradoxais como a própria natureza dos acontecimentos. Nesse ponto, se revelam Marielle como a heroína e anti-heroína, como mártir e inimiga. Também se apresenta a apropriação do corpo de Marielle como produto de consumo. E, por fim, salientamos o estado de coisas insinuado pelo acontecimento e suas implicações para os processos comunicacionais investigados.

### 5.1. REGIMES DE SENTIDO

Esse estudo se vale da ideia de Ricoeur (1978) sobre a hermenêutica ser o estudo da compreensão e da problemática da existência. Tendo como diretriz a ideia de que a efetuação do discurso é texto e que ele possui uma singularidade, “é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos” (2013, p. 23).

O exercício hermenêutico compreende a apropriação de uma proposição de mundo. “Esta proposição não se encontra atrás do texto, como uma espécie de intenção oculta, mas *diante* dele, como aquilo que a obra desvenda, descobre, revela. Por conseguinte, compreender é *compreender-se diante do texto* (RICOEUR, 2013, p. 23, grifo do autor). Para recuperar o sentido da obra, é necessário buscar sua organização interna e o mundo aberto pelo texto, que é a sua referência.

A compreensão de ordem hermenêutica é encontrada na relação de quem lê com o texto, cada qual em sua singularidade, em um movimento de compreensão de si. Essa compreensão exige um movimento de apropriação e também de desapropriação, que é entendida como um movimento de distanciamento, tarefa necessária para impor uma crítica das ideologias.

Ainda conforme Ricoeur (1978), o desenvolvimento da compreensão abrange o enfoque semântico e o enfoque reflexivo em prol da interpretação que “é o trabalho de pensamento que consiste em decifrar o sentido oculto no sentido aparente, em desdobrar os níveis de significação implicados na significação literal” (RICOEUR, 1978, p. 15).

O enfoque semântico preconiza a investigação por meio da linguagem e do símbolo, sendo o símbolo entendido como “toda estrutura de significação em que um sentido direto primário, literal, designa, por acréscimo, outro sentido indireto, secundário, figurado, que só pode ser apreendido através do primeiro” (RICOEUR, 1978, p. 15). O enfoque reflexivo dá conta da lógica de duplo sentido do pensamento, no qual são aproveitadas significações unívocas e equívocas para a reflexão.

### **5.1.1. Narrativas**

Optou-se pelo trabalho com a narrativa, que privilegia a realidade da experiência dos contadores de história, o que implica entender que a realidade e a verdade de uma narrativa refere-se ao que o contador de história considera real, inserido em um contexto sócio-histórico, que é o referente para o relato (BAUER & GASKELL, 2012). Assim, é necessário compreender que as narrativas não dizem respeito ao estatuto de realidade, mas a representações e interpretações específicas que dialogam com o mundo. Por conta dessas características, elas não podem ser julgadas como premissas simplesmente verdadeiras ou falsas, pois dizem respeito a um ponto de vista e uma situação específica no tempo e no espaço.

O teor informacional temático das histórias interessa à ciência para o conhecimento e a análise de acontecimentos. A principal função da indução e análise de narrativas é processar de forma retrospectiva experiências para averiguação de fatos sociais (SCHÜTZE, 2014). Por meio de uma perspectiva interacionista, Schütze (2014) estabelece, entre competências relevantes para a análise de narrativas, a competência de estabelecer o “contexto relacional” da história, relacionando acontecimentos e elementos do mundo da vida social com seus contextos de sentido e de experiência.

Outra competência é a de expor os contextos motivacionais intencionais e os nexos de causa e efeito, que exige do narrador estabelecer coerência aos acontecimentos e atividades no decorrer da narrativa, independentemente da distância temporal e de envolvimento com o acontecimento. Essa conduta é de extrema importância uma vez que o narrador precisa estabelecer o nexo temporal para restabelecimento e reconstituição dos acontecimentos que decorreram antes do relato. Da mesma forma, destaca a competência de avaliar e justificar de forma especializada, que exige do narrador avaliar, criticar ou justificar motivos, relacionando o contexto com a narrativa a fim de representar e indicar de forma sistemática o caráter das ações.

### **5.1.2. Construção da pesquisa**

A pesquisa bibliográfica é constituída com base na leitura de material publicado, especialmente livros, artigos científicos e anais de encontros científicos. No caso da pesquisa no campo comunicacional em que a repercussão midiática do acontecimento é relevante, inclui ainda notícias e reportagens. Outro espaço privilegiado de investigação é das mídias sociais e portais de compartilhamento de conteúdo, como Twitter, Facebook e Youtube.

A pesquisa exploratória tem como objetivo aproximar o pesquisador do objeto e do tema de pesquisa (GIL, 2008). Também propicia a modificação de conceitos e ideias, a fim de auxiliar na formulação de problemas e hipóteses. Constitui-se de levantamento bibliográfico e documental, incluindo entrevistas e coleta de dados. Essa etapa, que geralmente é realizada no início da pesquisa, pode incluir a chamada leitura flutuante, que “é uma etapa da análise de conteúdo que consiste em estabelecer o contato com os documentos e analisar e conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e associações” (BERGER, 2013, p. 222).

### **5.1.3. Escolhas metodológicas**

A base de dados para essa pesquisa é constituída de leitura do material publicado sobre o acontecimento, sobretudo repercussão midiática do caso, que inclui notícias e reportagens. A investigação cobre, ainda, material compartilhado das mídias sociais e portais de compartilhamento de conteúdo, como Twitter, Facebook e Youtube.

A análise qualitativa teve como foco compreender a totalidade do fenômeno

estudado. Por meio da interpretação das experiências e dados, se tentou organizar as informações de forma organizada em uma narrativa. Além de adotar, nos procedimentos metodológicos, o método histórico-descritivo, em que a descrição dos acontecimentos possibilita recuperar fatos e atores, ainda foi adotada uma perspectiva hermenêutica (RICOEUR, 1978). Essa perspectiva possibilita a compreensão e a reconstituição narrativa do acontecimento por meio da análise dos discursos e das imagens, do que é enunciado e do que é sua referência exterior, da experiência como troca de significado por meio da comunicação (RICOEUR, 2013).

Em concomitância com a criação de referenciais teóricos para o acontecimento estudado, explicitados no capítulo 4, nesse capítulo se busca aprofundar a aplicação desses conceitos e pesquisas no que tange ao acontecimento Marielle Franco. O primeiro passo é o desvelamento de um estado de coisas nas mídias. O segundo é a descrição de argumentos de atores influentes. Com base nessa leitura genérica, a interpretação leva ao reconhecimento de representações de tipos ideais de Marielle, versões da personalidade pública que *concorrem pela desacontecimentalização e pela inscrição de sua imagem na memória coletiva*. Nesse movimento de interpretação, se observa ainda como o próprio acontecimento se torna antropofágico, revelando uma disputa sobre o estado de coisas que ele aciona.

Ao longo do trabalho, também se tentou articular o exercício proposto por Paixão (2005), que defende que estudos quantitativos podem ser intercambiados com análises qualitativas, de corte sócio-antropológico a fim de perceber as relações entre brancos e negros no país. Defendendo que estudos de estilo quantitativos e as pesquisas de aporte qualitativas são comunicáveis, propõe investigar as origens do problema de representação dos negros e das mulheres negras na política e também como lideranças negras têm contribuído para a superação desse cenário, indo do passado escravocrata até o caso da vereadora da capital fluminense, que foi assassinada em 14 de março de 2018.

Quanto ao racismo, além da antropofagia de Paixão (2005) e dos pressupostos teóricos apresentados no capítulo 4, a interpretação e a leitura de discursos e práticas que guiam esse trabalho corrobora o postulado de Dijk (1989), que centraliza no discurso e nas práticas comunicacionais a reprodução do racismo. A reprodução do racismo é realizada em ações cotidianas, como quando contamos narrativas sobre o Outro, na conversação e na contação de histórias diárias, nos livros, na literatura, no cinema, nos artigos de jornal, nos programas de TV, nos estudos científicos, entre outros. Muitas

práticas de racismo cotidiano, tais como as formas de discriminação, podem até certo ponto ser aprendidas pela observação e imitação, mas, por meio da pesquisa e da observação de eventos comunicativos, podem ser explicadas, deslegitimadas ou sustentadas.

A mídia tem contribuição relevante nesse processo, dando visibilidade à opressão de gênero, raça, etnia, classe. Ainda conforme (DIJK, 1989), no Brasil, práticas diárias a que estão submetidos os povos negro e originário foram naturalizadas de tal modo que a dominação racista é negada, sobretudo por ser sustentada por uma ideologia acadêmica de “democracia racial”. Muitas vezes a academia opta por estudar esses povos a partir de suas características étnicas, deixando de abordar a opressão racial a que foram e continuam sendo cotidianamente submetidos.

O período analisado compreende o assassinato de Marielle Franco, ocorrido em 14 de março de 2018, até 14 de março de 2019, data em que se marcou um ano do ocorrido. A partir da seleção de dados representativos desse período, buscar-se-á entender os processos de significação e as interações simbólicas entre os indivíduos mobilizados pelo caso.

#### *5.1.3.1. Espaço de caça*

O *corpus* dessa pesquisa compreende material coletado sobre o acontecimento, sobretudo no período de um ano desde a morte da parlamentar. Esse corpus se baseia na diversidade de textos e gêneros. São matérias da imprensa nacional e internacional, vídeos de influenciadores políticos, entrevistas concedidas pela viúva e familiares de Marielle, manifestações de atores políticos e celebridades em redes sociais e na imprensa. Também inclui análise de material produzido pela vereadora antes de sua morte, como discursos, vídeos de campanha, sua dissertação e entrevistas concedidas para fins diversos. O material foi sistematizado em: mídias sociais, manifestações institucionais, imprensa, campanhas, manifestações públicas e produtos de consumo.

##### a) Mídias Sociais:

Com relação a mídias sociais, compõem o universo de pesquisa publicações de Twitter, Facebook, bem como mapeamentos do Laboratório de estudos sobre Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo e Diretoria de Análise de Políticas

Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-DAPP). Na rede, os levantamentos citados e a pesquisa exploratória mostram as campanhas de mobilização em reação à morte da vereadora e cobrança por resolução do caso, assim como as notícias falsas citadas, disseminadas sobretudo do dia do assassinato até abril de 2018, à medida que o acolhimento de denúncias pelo PSOL é sistematizado à Justiça. No Youtube, o material foi coletado nos canais de Leon Martins e Nilce Moretto; Artur Moledo do Val, Caue Moura, Joice Hasselmann, Nando Moura e Kim Kataguiri entre os dias 14 de março de 2018 até 19 de março de 2018.

b) Manifestações Institucionais:

No período de 14 de março de 2018 a 14 de março de 2019 são apuradas as manifestações de organizações como a Anistia Internacional; de celebridades; discursos de políticos, de autoridades policiais e ligadas à investigação.

c) Imprensa:

Outro importante ponto de investigação é a apuração na imprensa. Na imprensa nacional, são destacadas notícias de *Agência Brasil*, *Agência de Notícias das Favelas*, *Agência Lupa*, *Aos fatos*, *BBC*, *Buzz Feed News*, *Capricho*, *Carta Capital*, *Claudia*, *Congresso em Foco*, *Correio Braziliense*, *EBC*, *El País Brasil*, *Época*, *Estadão*, *Exame*, *Extra*, *Folha de S.Paulo*, *Gazeta do Povo*, *G1*, *IG*, *Intercept*, *Jornal do Brasil*, *Maré Vive*, *Marie Claire*, *Nexo*, *Observatório da Imprensa*, *O dia*, *O Globo*, *O povo*, *Opera Mundi*, *Piauí*, *R7*, *Superinteressante*, *Time*, *UOL*, *Valor*, *Veja*. Ainda buscou-se material sobre a repercussão na imprensa internacional, sendo coletadas reportagens e notícias de: *Le Monde*, *Libération*, *Next City*, *RFI*, *The Guardian*, *The Washington Post*, *The Week*, *The independent*, *Vacarme*.

d) Campanhas Institucionais:

Entre as campanhas, foram escolhidas para compor o corpus as do PSOL Rua Marielle Franco e Florescer por Marielle, além da campanha da Anistia Internacional Escreva Por Direitos, que tem Marielle Franco como símbolo.

#### e) Manifestações Públicas:

Ainda compõem o conjunto de material a repercussão e os chamados em mídias sociais para manifestações ou protestos de rua pela memória de Marielle por cobrança pela resolução do caso. Nesse eixo, foram abordadas as manifestações durante o carnaval de 2019, quando a vereadora foi citada por blocos e escolas de samba de: Rio de Janeiro, por Mangueira, Vila Isabel, Orquestra Voadora, Bloco 'Simpatia é quase amor', Cordão do Boitatá, Toco-Xona, Bloco de Segunda; em São Paulo, por Vai-Vai, Pérola Negra, Bloco Ilú Obá de Min; em Campo Grande pelo bloco feminista Deusas do Cerrado; na Bahia, pelo bloco Mudança do Garcia; em Olinda; em Campinas; e em Lisboa: Baque do Tejo.

#### f) Produtos de Consumo:

Produtos que servem a intuítos mercadológicos também compõe o corpus, como as camisetas comercializadas com a imagem de Marielle ou com textos alusivos à parlamentar ou ao crime. E ainda são usadas imagens de divulgação do desfile da produção de Ronaldo Fraga para a SPFW, em 26 de abril de 2019, bem como a repercussão da passagem que fazia alusão ao crime cometido contra Marielle, realizado no mais importante evento de moda do Brasil. Completam o material relacionado ao marketing as seguintes publicações: o livro da N-1 Edições, com a dissertação de Marielle, e o *II Manifesto Per Marielle Franco*, jornal impresso com HQ da trajetória da vereadora Marielle.

## 5.2. A CAPTURA DE MARIELLE FRANCO

O primeiro movimento deste trabalho é reconhecer o acontecimento Marielle Franco como um evento encarnado em um rosto mas que se projeta como um caleidoscópio. É por isso que a primeira dificuldade deste estudo é definir sua identidade, a começar pelo seu nome. Tal como perguntamos quem era Marielle quando tentamos entender o assassinato, esse estudo nos impõe a pergunta: o acontecimento é circunscrito na morte de Marielle? Em síntese, estamos diante do acontecimento Marielle Franco ou de sua morte? Essa pergunta é um desafio metodológico que percorre esse trabalho, uma vez que sua resposta define caminhos.



A premissa que norteia esse estudo é a de que a morte de Marielle revela um estado de coisas no qual os meios de comunicação social são um espaço privilegiado de observação e elocução. É importante destacar, nesse sentido, que o próprio assassinato é um qualificador, que estabelece características sobre o estado de coisas em questão. Esse assassinato suspende e extrapola a linha temporal que poderia apontar somente para os eventos que transcorreram após a morte, forçando a pesquisa a ir ao encaixo da trajetória de Marielle, incluindo seu percurso familiar, acadêmico e político.

O assassinato político de Marielle faz perguntarmos que eventos em sua vida justificam que ela seja perseguida. A motivação para o seu assassinato é um caso de polícia, mas a elocução sobre essa motivação nos media oferece material para que se possa entender o estado de coisas que compõe as características desse acontecimento.

O fato de haver uma naturalização de mortes de pessoas negras no país, bem como ser uma minoria o contingente de mulheres negras vereadoras de capitais faz com que esse acontecimento mobilize um estudo específico, justificando a ruptura que ele insinua sobre a expectativa de avanço social.

### **5.2.1. O estado de coisas pelas mídias**

A mobilização no Twitter interferiu para tornar o assassinato de Marielle um acontecimento de grande repercussão. A repercussão do acontecimento chegou a 54 países e falantes de 34 idiomas somente nas 42 horas após o crime, de acordo com apuração da FGV DAPP<sup>43</sup>. Com a discussão se tornando mundial, diversos veículos de comunicação deram destaque para a pauta, enfatizando suas excepcionalidades. Essa mídia social foi um dos espaços privilegiados de disputa sobre a motivação da execução da vereadora, uma vez que as palavras-chave da rede serviram para reunir os atores engajados no caso e localizar os quadros interpretativos e de ação relacionados ao debate.

A disputa argumentativa sobre a trajetória e o legado de Marielle esteve presente na escolha das hashtags, como #nãofoiassalto, que indicava uma tentativa de inserir uma narrativa contrária à oficial, bem como #justiçaparamarielle, que cobrava uma ação racional do Estado. A linha de investigação inicial da polícia sugeria um crime de latrocínio

---

43 FGV DAPP. Morte de Marielle Franco mobiliza mais de 567 mil menções no Twitter, aponta levantamento da FGV DAPP. *FGV DAPP*, 2018. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/morte-de-marielle-franco-mobiliza-mais-de-567-mil-mencoes-no-twitter-aponta-levantamento-da-fgv-dapp/>> Acesso em: 16 ago. 2018.

sem motivação política, que, mesmo sendo trágico, apagava a mobilização no campo político, enfatizando a morte como uma mais nas tristes estatísticas do País. A mobilização dos agentes apaixonados pelo acontecimento força a sensação de desconformidade com o caso e enfatiza a necessidade de punição dos culpados.

No caso de Marielle, as palavras-chave produzem imagens que forçam o reconhecimento da vítima e de sua trajetória. Essa constatação está no Estudo do Laboratório de estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo, que analisou aproximadamente 11 mil imagens que circularam em compartilhamentos no Twitter entre os dias 13 e 21 de março — ou seja, um dia antes da morte de Marielle e até 8 depois do ocorrido.

O estudo<sup>44</sup> avalia que a imagem de Marielle era pouco explorada até mesmo pelo PSOL, seu partido, e que após o assassinato a comoção causada pela execução possibilitou que a vereadora se tornasse símbolo da articulação em prol da defesa dos direitos humanos, causa que ela sempre defendeu em vida mas sem obter a mesma visibilidade.

O levantamento ainda mostra que as imagens de Marielle mais compartilhadas pelos usuários do Twitter são de veículos de comunicação, especialmente nas primeiras horas após a morte. A imagem mais compartilhada foi feita pela fotógrafa Marcia Foletto do jornal *O Globo*. Na imagem, Marielle posa sorrindo para perfil que registrava sua ascensão da favela da Maré para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Imagem 22 — Marielle Franco em registro de Marcia Foletto



Fonte: *O Globo*

---

44 LABIC. Análise das imagens de #mariellepresente: memórias entre a dor e a esperança. *Labic*, 2018. Disponível em: <<http://www.labic.net/cartografia/analise-das-imagens-de-mariellepresente-memorias-entre-a-dor-e-a-esperanca/>> Acesso em: 16 ago. 2018.

O debate em torno do enquadramento na posição de vítima intensificou-se nas redes, com os atores disputando a versão sobre a responsabilidade de Marielle no ocorrido. As fotos dela sorrindo auxiliam na percepção de seu papel de vítima, no sentido de que remetem a um passado em que ela sorria e com qual também, como coletivo e vítimas virtuais, podemos nos identificar.

A escalada do assassinato de Marielle aos assuntos mais comentados em mídias sociais é acompanhada pelo aumento ao destaque para o caso na imprensa tradicional. Também as manifestações de rua ocorridas após a morte<sup>45</sup> fazem com que o grau de engajamento aumente, jogando luz sobre o caso e incentivando e exigindo a tomada de posição de gestores políticos, artistas, influenciadores digitais e espectadores em geral.

Valendo-se do formato de conteúdo jornalístico, atores disseminaram notícias falsas sobre a parlamentar, alimentando a disputa pelo controle da história. Somente o PSOL, que criou um canal de denúncias específico para o caso, recebeu relato de 15 mil ocorrências. O portal *Ceticismo Político* foi um dos de maior alcance de público que disseminou notícias falsas sobre Marielle citando a *Folha de S.Paulo* como fonte. Em análise sobre o ocorrido, a então ombudsman da *Folha de S.Paulo* Paula Cesarino da Costa concluiu que o jornal contribuiu para o compartilhamento de notícias falsas<sup>46</sup> por meio da construção de títulos, do texto e do critério noticioso de matérias sobre agentes públicos que publicaram calúnias sobre Marielle nas redes sociais.

Uma delas é a desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio, Marília Castro Neves, que reproduziu na sua rede a mentira de que a vereadora era ligada ao grupo criminoso Comando Vermelho. Tanto os empáticos a Marielle quanto os agentes interessados em deturpar a memória de vítima valeram-se da estratégia de emular o enquadramento jornalístico para estabelecer a versão que se deseja atribuir à trajetória da parlamentar para incidir sobre a narrativa do caso e sobre a visibilidade que ele alcança.

As notícias falsas, ainda que descomprometidas da elucidação do caso — por óbvio —, contribuíram, mesmo que involuntariamente, para o aumento de visibilidade sobre a trajetória de Marielle. A construção de narrativas ficcionais sobre Marielle e sobre o crime que levou à sua morte criaram novas manifestações, atualizaram a pauta e justificaram a manutenção do caso em evidência, contribuindo para a pressão sobre a

---

45 <sup>?</sup> G1. Manifestantes protestam pelo país contra a morte de Marielle Franco. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/manifestantes-protestam-pelo-pais-contra-a-morte-de-marielle-franco.ghtml>>. Acesso em: 27 nov 2018.

46 <sup>?</sup> COSTA, Paula Cesarino da. Das responsabilidades. *Folha de S.Paulo*, 2018. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/03/das-responsabilidades.shtml>> Acesso em: 14 ago. 2018.

investigação.

Na concorrência de visibilidade e versão da realidade, a imprensa teve papel relevante ao rebater as notícias falsas com material checado. Por conta da disseminação das notícias falsas, a abordagem no jornalismo também abrangeu a checagem de boatos sobre Marielle<sup>47</sup> e a elucidação de mentiras sobre sua trajetória. Os veículos acompanharam a campanha do PSOL para recolhimento de provas de difamação de Marielle nas redes.

O ganho de visibilidade pode ser acompanhado pela progressão do conteúdo noticioso. As primeiras notícias sobre o assassinato enfatizam as circunstâncias do crime e a investigação. Na sequência, surge material que acompanha a repercussão nas ruas, nas redes e no cenário internacional. Com a repercussão, o debate sobre a motivação política leva até mesmo a imprensa a classificar a morte de assassinato político<sup>48</sup>, acompanhando o quadro reivindicado pelos agentes mobilizados a favor de justiça nas ruas e nas redes.

Na ausência de respostas institucionais, a mídia se torna um espaço de investigação e denúncia sobre o caso. Os erros e as lacunas na investigação criminal são pauta constante na imprensa e repercutem nas redes. Na imprensa, emergem as relações do caso com a atuação das milícias<sup>49</sup> e com a intervenção federal na política de segurança do Rio de Janeiro, adotada pouco mais de um mês antes da morte de Marielle. Torquato Jardim, então ministro da Justiça, disse que o caso era “mais uma tragédia diária do Rio de Janeiro”, reforçando a versão de crime sem motivação política em detrimento de assassinato político. Para o chefe da Segurança no país o caso foi lamentável, mas “não põe em xeque a eficácia da intervenção federal”, acrescentando ainda que “é mais uma tragédia inomeável das centenas que estão ocorrendo no Rio de Janeiro há muito tempo, milhares se vocês contarem vários anos”<sup>50</sup>.

---

47 FÁBIO, André Cabette. Como falar com quem acha que Marielle merecia morrer por 'defender bandido'. *Nexo*, 2018. <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/15/Como-falar-com-quem-acha-que-Marielle-merecia-morrer-por-%E2%80%98defender-bandido%E2%80%99>> Acesso em: 16 de ago de 2018.

48 BERTIM, Felipe. Assassinato político de Marielle Franco reativa as ruas e desafia intervenção no Rio. *El País Brasil*, 2018. <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/16/politica/1521157108\\_642756.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/16/politica/1521157108_642756.html)> Acesso em: 16 de ago de 2018.

49 ? EL PAÍS BRASIL. Apontadas como suspeitas pela execução de Marielle, milícias atuam no Rio sem serem incomodadas. *El País Brasil*, 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/politica/1521481656\\_961928.html?rel=str\\_articulo#1546956666779](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/politica/1521481656_961928.html?rel=str_articulo#1546956666779)> Acesso em: 8 jan. 2019.

50 G1. Políticos, governos, partidos e entidades lamentam morte de Marielle Franco. *G1*, 2018. <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/parlamentares-lamentam-morte-de-marielle-franco.ghtml>> Acesso em: 16 de ago de 2018.

No início de maio de 2018, o jornal *O Globo* publicou uma retrospectiva<sup>51</sup> do caso, reconstituindo as informações mais relevantes para a elucidação do assassinato. O destaque é a apuração da imprensa, que em diversos momentos foi mais eficiente que os responsáveis pela investigação. Uma das descobertas foi a de que duas testemunhas que estavam no local do crime foram dispensadas por policiais sem deporem. O jornal ainda destacou a demora na realização da reconstituição do crime pela polícia, que aconteceu 57 dias depois.

O portal *R7*<sup>52</sup> destacou a apuração que fez sobre as balas utilizadas pelos assassinos de Marielle. Em 16 de março, eles revelaram que as cápsulas apreendidas pela Polícia do Rio de Janeiro pertenciam ao lote UZZ18, entregue em 2006 pela Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC). Balas do mesmo lote foram utilizados na chacina de Osasco, em 2015. Naquele crime, ocorrido em dia 13 de agosto de 2015, 17 pessoas foram assassinadas e 7 ficaram feridas por três policiais militares e um guarda civil.

Reportagens como a da revista *Exame*<sup>53</sup> enfatizaram que o assassinato segue um “mistério”, mesmo depois de meses terem se passado: “o caso parece longe de ser solucionado, apesar de autoridades prometerem encontrar os responsáveis até o fim de 2018”. Também repercutiu a campanha da Anistia Internacional, que afirmou que o caso parece um “labirinto” e que deveria ser criado um comitê externo e independente do Estado brasileiro para acompanhar as investigações. A organização convocou os pais de Marielle para diversos atos com intuito de sensibilizar os órgãos de investigação e dar visibilidade ao caso.

---

51 O GLOBO. Retrospectiva: dez fatos que marcaram a execução de Marielle Franco e Anderson Gomes. *O Globo*, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/retrospectiva-dez-fatos-que-marcam-execucao-de-marielle-franco-anderson-gomes-22665511>>. Acesso em 8 jan. 2019.

52 R7. Lote de balas que mataram Marielle foi usado em chacina de Osasco. *R7*, 2018. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/lote-de-balas-que-mataram-marielle-foi-usado-em-chacina-de-osasco-16032018>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

53 EXAME. Após 8 meses, morte de Marielle Franco e Anderson Gomes ainda é mistério. *Exame*, 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/apos-8-meses-morte-de-marielle-franco-e-anderson-gomes-ainda-e-misterio/>>. Acesso em: 8 jan. 2019.

Imagem 23 — Pai (ao fundo) e a mãe de Marielle em mobilização da Anistia Internacional



Fonte: G1

Nove meses após o assassinato de Marielle a *Agência Brasil*<sup>54</sup> destacou as manifestações do ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, que afirmou que as investigações iniciadas para apurar possíveis interferências no inquérito conduzido pela Polícia Civil do Rio de Janeiro iam “muito bem”. Ele acrescentou que o assassinato “pesa” sobre o Brasil e sobre a imagem do país no exterior.

A *Superinteressante online* apresenta “5 outras “Marielles” que você não conhece<sup>55</sup>”, chamando a atenção para a presença de outras vereadoras “que carregam bandeiras e lutas parecidas com as de Marielle Franco e comprovam: lugar de mulher (também) é na política”. Ressaltando a perspectiva de gênero, a publicação traz duas parlamentares negras, Áurea Carolina, de Belo Horizonte, e Talíria Petrone, de Niterói; as outras citadas são brancas. Embora nem todas sejam oriundas de periferias, a matéria relata que todas têm relação estreita com movimentos sociais.

A *Marie Claire online*<sup>56</sup> tematiza as eleições e as candidaturas que tem Marielle como inspiração. A matéria diz que, independente do partido, elas “brigam pela igualdade de gênero e contra o racismo na política institucional. Flávia Pinto, do PDT; Tainá de Paula, do PCdoB; Alice Gabino, da Rede; Aline Torres do PSDB; e Erica Malunguinho, do PSOL, que foi eleita e será a primeira mulher negra e trans a ter mandato de deputada estadual no país.

54 AGÊNCIA BRASIL. Assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes completa 9 meses. *Agência Brasil*, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-12/assassinato-de-marielle-franco-e-anderson-gomes-completa-9-meses>>. Acesso em: 8 jan. 2019.

55 SUPERINTERESSANTE. 5 outras “Marielles” que você não conhece. *Superinteressante online*, 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/sociedade/5-outras-marielles-que-voce-nao-conhece/>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

56 MARIE CLAIRE. Novas Marielles. *Marie Claire*, 2018. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2018/08/novas-marielles.html>> Acesso em: 2 jan. 2019.

Após o primeiro turno das eleições de 2018, o *El País* deu destaque às “outras Marielles que o Rio elegeu<sup>57</sup>”. Eleitas deputadas estaduais, Renata Souza, Mônica Francisco e Daniela Monteiro foram assessoras de Marielle Franco também nasceram em periferias e integram o PSOL. A outra citada é Talíria Petrone, amiga e correligionária de Marielle, com quem produzia atividades políticas, que deixou a Câmara de Niterói para assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados. O *Globo*<sup>58</sup> citou as mesmas quatro eleitas como “herdeiras” de Marielle. “A execução de Marielle Franco marcou o fim de uma vida, mas o nascimento de várias sementes”, diz a abertura da matéria, que ainda cita como “outras eleições simbólicas” as de Áurea Carolina (PSOL), que era amiga de Marielle, ao cargo de deputada federal de Minas; Olivia Santana (PCdoB), primeira negra na Assembleia Legislativa da Bahia; e Érica Malunguinho (PSOL), primeira mulher trans e negra na Assembleia Legislativa de São Paulo. A reportagem destaca o alargamento do espaço, no Congresso, para mulheres, que de 77 passam a 103; e de negros, de 93 para 113; além de um aumento bem mais tímido no total de negras: de 10 para 13. Na Alerj, as mulheres passaram de oito deputadas para 12.

Também salientando a eleição de Renata Souza, Dani Monteiro e Mônica Francisco, a *Agência Brasil*<sup>59</sup> explora que as três revelaram que a morte de Marielle Franco precipitou o projeto político delas, fazendo com que decidissem concorrer.

O legado político de Marielle Franco foi enfatizado em documentário de *The Guardian*<sup>60</sup>, que abordou a luta da viúva Mônica Benicio para manter o caso em evidência. A produção ainda relaciona a morte de Marielle à ascensão de Jair Bolsonaro, conhecido pelas críticas aos defensores dos direitos humanos.

A repercussão do assassinato de Marielle Franco acionou também a pauta da sub-representatividade de negros no Congresso, bem como o maior risco de morte violenta para mulheres negras. A abordagem racial, entretanto, não foi consenso. Exemplar desse tipo de polêmica foi a posição do jornal *O Globo*, que em editorial minimizou a representatividade de Marielle no que chamou de “trinômio ‘preta, mulher, favelada’, tão

---

57 EL PAÍS. As ‘outras’ Marielles que o Rio elegeu. *El País*, 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/11/politica/1539275009\\_606211.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/11/politica/1539275009_606211.html)>. Acesso em: 2 jan. 2019.

58 O GLOBO. Quatro ‘herdeiras’ de Marielle são eleitas no Rio. *O Globo*, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/quatro-herdeiras-de-marielle-sao-eleitas-deputadas-no-rio-23141327>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

59 AGÊNCIA BRASIL. Legado de Marielle: assessoras são eleitas para Assembleia do Rio. *Agência Brasil*, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/legado-de-marielle-assessoras-sao-eleitas-para-assembleia-do-rio>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

60 Marielle and Mônica: the LGBT activists resisting Bolsonaro’s Brazil. *The Guardian*, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2018/dec/28/marielle-and-Mônica-the-lgbt-activists-resisting-bolsonaros-brazil>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

usado em proselitismos”<sup>61</sup>: “Fosse Marielle “branca e rica”, a execução precisaria provocar a mesma reação do Estado e na sociedade”. Discursos como o do jornal carioca ecoaram nas redes, criticando o suposto excesso de repercussão dado à morte, denotando que pela identidade da parlamentar o silêncio e a conformidade sobre o caso seriam o padrão.

### 5.2.2. Argumentos de atores influentes no Youtube

Para essa amostra, foram destacados vídeos de influencers racializados como brancos — a exceção de um, que se autodeclara amarelo — e que não usam seus canais primordialmente para abordar a questão racial. O objeto é conhecer discursos de atores que não necessariamente partilham das experiências que marcaram a trajetória de Marielle, como a origem da favela, a identificação com a comunidade negra e com o movimento feminista e de defesa dos direitos humanos. Em seus discursos, que foram corroborados por milhões de cidadãos, sobressaem as desconfianças sobre a conduta de Marielle, declaradamente por defender os direitos humanos.

Dos escolhidos, destacam-se ainda os vídeos de Joice Hasselmann, Kim Kataguirí e Artur Moledo do Val. A escolha desses três atores se justifica pela vitória que obtiveram nas eleições de 2018, conquistando cargos eletivos por meio do capital político acumulado com a repercussão de sua postura pública e a grande visibilidade alcançada *online*.

Sendo o YouTube um espaço de exposição de ideias e de articulação de influência, é considerada a relevância do material compartilhado por atores que são acompanhados por uma audiência identificada com temas políticos. Apesar de serem atores que argumentam sobre temas políticos no YouTube, a pauta antirracista não é um compromisso desses canais, isto é, não há engajamento explícito com a causa racial de modo que o assunto deve emergir para ser pautado. Para esse trabalho, esse recorte representa uma oportunidade de identificar como a questão racial emerge do acontecimento. Em comum, os influenciadores digitais apresentam sua visão sobre crime poucas horas após ele ter ocorrido e compartilham discursos que mobilizam setores da sociedade que dão audiência a seus discursos.

Utilizando o seu público de 3,2 milhões inscritos no canal “Cadê a chave”, Leon Martins e Nilce Moretto lançaram, em 15 de março, vídeo no qual defendem que “a

---

<sup>61</sup> O GLOBO. Sectarizar morte de Marielle é um desserviço. *O Globo*, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniaio/sectarizar-morte-de-marielle-um-desservico-22499032>> Acesso em: 16 de ago de 2018.



solução para o Brasil é mais Marielles”. Eles refutam ataques à vereadora por conta de sua trajetória de militante de esquerda e conclamam a população a mostrar nas ruas do Rio de Janeiro a sua indignação independente de suas “crenças políticas”.

Com mais de 5 milhões de inscritos em seu canal, o youtuber e digital influencer Caue Moura sugere, em vídeo de 16 de março de 2018, que Marielle Franco foi assassinada por policiais ou por milicianos<sup>62</sup>. “Quando até a polícia está matando gente, você vai fazer o que? Pedir ajuda para o Batman”, critica em trecho do vídeo. “Eu fico feliz de ter visto protestos no Brasil inteiro em homenagem a ela. Só que fico triste porque não vi nada pegando fogo. Essa é a real. Desobediência civil é a única coisa que vem na minha cabeça”, salienta Moura, em outro trecho, que motivou críticas de Val.

Publicado em 17 de março de 2018, o vídeo de Artur Moledo do Val sobre Marielle Franco acumulou 516.182 visualizações<sup>63</sup>. No canal intitulado com seu pseudônimo “MamãeFalei” no Youtube ele alcançava, na época, 2,3 milhões de inscritos. Val defende que “pessoas erram ao tentar transformar Marielle em mártir dos direitos humanos por ser contra a intervenção militar e pelo desarmamento da polícia”. E afirma que algumas condutas da direita tem sido equivocadas, como a reclamação sobre a repercussão do caso.

Se eu quisesse agradar a esquerda era muito fácil, eu falava das virtudes da Marielle: que ela saiu da favela, que ela estudou e foi assassinada, executada. Legal. Agradei a esquerda. Agora quero agradar a direita. O que eu faço? Falo que ela não é mártir, etc e tal. Pronto. Agradei toda a direita. Acontece que isso não é o certo a fazer. O certo a fazer é eu falar tudo que estou achando errado, inclusive algumas coisas que vêm da direita.<sup>64</sup>

Val argumenta que a morte de Marielle reforça a percepção do agravamento do problema de segurança no Brasil e mostra a imaturidade “das pessoas para lidar com assuntos polêmicos, nem quando se trata de uma tragédia”. O hoje deputado ainda enfatiza que não vê Marielle como defensora dos direitos humanos, por conta de seu posicionamento contra a intervenção militar e de suas críticas aos abusos policiais nas favelas. Ele critica conteúdo de Caue Moura, que ele considera uma incitação à desordem.

Joice Hasselmann publicou no seu canal, em 16 de março de 2018, vídeo intitulado

---

62 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1e8TM-4Xgbo>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2019.

63 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X7OuWbXuz6E>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

64 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X7OuWbXuz6E>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

“Entenda a jogada da Globo no caso Marielle<sup>65</sup>”, no qual acusa o conglomerado de mídia de querer “santificar a vereadora morta numa tragédia no Rio”. Hasselmann acusa a esquerda de utilizar politicamente o caso para promover outras pautas como o “fora Temer” e “fim da PM”. Conforme Hasselmann, a execução de Marielle está inserida na rotina de assassinatos do Rio de Janeiro.

Trágico é. Bárbaro é. Terrível é. Mas terrivelmente acontece todo dia no Rio de Janeiro. Sem comoção popular. Sem comoção popular. Até ontem tá, gente, porque esse número pode ter mudado, 27 policiais foram assassinados no Rio de Janeiro. 27 homens tombaram. A maioria de bem. Cadê a comoção? Cadê o PSOL na rua? Cadê a esquerda na rua? Não tem, né?! Sabe por que? Porque você nunca irão defender a justiça, a verdade e a decência. Porque tudo para vocês é a possibilidade de manipular, de forjar<sup>66</sup>.

Assim como Hasselmann, o youtuber e influencer digital Nando Moura critica uma suposta “beatificação”<sup>67</sup> de Marielle. Com mais de três milhões de inscritos em seu canal, Moura publicou, em 16 de março de 2018, vídeo intitulado “Marielle Franco: santa da Rede Globo”. Ele afirma que a parlamentar estaria sendo homenageada porque apoia as mesmas pautas da Rede Globo, como “ideologia de gênero, aborto, desarmamento da população, redução da maioridade penal”.

No vídeo “Morte de Marielle não deve ser usada como moeda política”, publicado em 16 de março de 2018, Kim Kataguirí, obteve 45.059 visualizações no canal do MBL. Kataguirí critica o uso da morte de Marielle para “defender agendas” e prega “respeito às vítimas e aos familiares”. “Utilizar o sofrimento humano como moeda política é coisa de gente mesquinha”, afirma Kataguirí no vídeo, acrescentando que “não foi uma morte política e é leviano ficar atirando acusação para todo lado”. A opinião dele reflete uma postagem que o MBL divulgou no Facebook em comentário sobre o crime.

---

65 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rTNtsNWZh2w>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

66 Ibidem.

67 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cXgRCPoY9Kw>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2019.

## Imagem 24 — Postagem do MBL em 15 de março de 2018



Fonte: The Intercept

A postagem da organização é uma resposta à reivindicação de que o crime fosse classificado de um assassinato por perseguição política. O MBL foi apontado como um dos canais de distribuição de notícias falsas sobre Marielle Franco<sup>68</sup>, que proliferaram na

68 EL PAÍS BRASIL. MBL e deputado propagam mentiras contra Marielle Franco em campanha difamatória. *El País Brasil*, 2018. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/17/politica/1521318452\\_688519.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/17/politica/1521318452_688519.html)> Acesso em 13 dez 2018.

O GLOBO. Como ganhou corpo onda de fake news sobre Marielle Franco. *O Globo*, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/como-ganhou-corpo-onda-de-fake-news-sobre-marielle-franco-22518202>> Acesso em 13 dez 2018.

O GLOBO. E-mail reforça elo do MBL com site que amplificou fake news contra Marielle. *O Globo*, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/e-mail-reforca-elo-do-mbl-com-site-que-amplificou-fake-news-contramarielle-22520708>>. Acesso em 13 dez 2018.

CONGRESSO EM FOCO. Estudo responsabiliza site de opinião política e MBL por espalhar fake news sobre Marielle. *Congresso em foco*, 2018.

<<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/estudo-responsabiliza-site-de-opiniao-politica-e-mbl-por-espalhar-fake-news-sobre-marielle/>>. Acesso em 13 dez 2018.

R7. Dono de página de fake news sobre Marielle e sócio de dirigente do MBL. R7, 2018. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/dono-de-pagina-de-fake-news-sobre-marielle-e-socio-de-dirigente-do-mbl-26032018>>. Acesso em 13 dez 2018.

sequência ao aumento de visibilidade alcançado pelo caso.

Integrante do PSL, partido do presidente eleito Jair Bolsonaro, Joice Hasselmann foi eleita deputada federal pelo estado de São Paulo, sendo a mulher mais votada do Brasil para este cargo, com 1.078.659 de votos. Candidato pelo DEM à Câmara dos Deputados, Kim Kataguirí obteve 465.310 votos (2,21% dos votos válidos), foi o quarto mais votado de São Paulo. Kim é um dos interlocutores mais populares do Movimento Brasil Livre, o MBL, organização que ascendeu em 2014 e obteve protagonismo no golpe que levou ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Na competição para a Assembleia Legislativa de São Paulo, Val concorreu pelo DEM e obteve 478.280 votos, 2,29% dos votos válidos.

De correntes diferentes do campo conservador que ascende nas eleições de 2018, o trio apresenta discursos semelhantes no que tange à tese sobre o suposto complô da mídia tradicional com a chamada esquerda — lideranças políticas e partidos alinhados com a defesa dos direitos humanos, como o PSOL — para dar mais notoriedade à morte de Marielle do que esses atores julgavam que ela normalmente mereceria. Seus argumentos revelam um tensionamento com o estado de coisas acionado pelo acontecimento. Sem optar pelas notícias falsas, os contrários ao aumento de visibilidade para o caso buscam minimizar o processo de credibilização que os atores engajados com a resolução do crime fazem de Marielle.

### 5.3. INSCRIÇÃO NA MEMÓRIA COLETIVA E DESACONTECIMENTALIZAÇÃO

Esse trabalho é realizado em concomitância com as investigações sobre o caso e, talvez por isso, ainda não identifica um encerramento do ciclo do acontecimento por sua normalização, em que se perde o interesse e a mobilização por ele. No entanto, se observa uma diminuição de atos públicos e manifestações ruidosas cobrando justiça, como se tornou comum nos primeiros meses após a morte.

Por outro lado, recorrendo à antropofagia pensada por Paixão (2005) para interpretar como a cultura brasileira se relaciona com a presença negra, é possível pensar em um outro processo decorrente da normalização, quando o acontecimento passa a ser tomado como parte do cotidiano, ainda que ocorram tentativas de ressemantizá-lo e até mesmo anular o acontecimento. A partir da compreensão da configuração desse acontecimento, destacam-se eixos de interpretação para os signos de Marielle na cultura. Como é característico do acontecimento estudado nesse trabalho, as hipóteses de

regimes de sentido foram montadas em torno do que Deleuze (2015) chama de duplos, ou seja, paradoxos acionados pelo acontecimento. Nessa análise, esses duplos se situam entre o humano e o divino, entre o bem e o mal. São representados nos seguintes tipos ideais<sup>69</sup>: a heroína e a anti-heroína, a mártir e a inimiga.

### 5.3.1. A heroína

A representação de *Marielle como heroína* diz respeito à influência sobre a liderança de uma coletividade, por conta de suas características ligadas à liderança. Na concepção aristotélica, o herói não apresenta falhas morais mas características humanas como o medo e infelicidade. Campbell (2007, p.26) descreve o herói como “o homem ou mulher que conseguiu vencer suas limitações históricas pessoais e locais e alcançou formas normalmente válidas, humanas”. Bauman (2007) descreve o herói moderno como aquele que luta por uma vitória que sem o seu sacrifício seria improvável. Essa, aliás, é a maior diferença entre o herói e o mártir, conforme Bauman, pois enquanto o mártir sabe que seu destino é morrer pela causa mesmo que não haja qualquer ganho póstumo, o herói calcula suas ações para que tragam benefício coletivo e dano ao inimigo. A heroína se destaca pelo que apresenta sobretudo de incomum, talentos e super-poderes que sobressaem diante do todo, beirando ao divino. Nessa leitura, Marielle inspira a busca de uma força de matriz feminina, feminista, negra, de favela, pobre e LGBTQ+. Junta-se a outros heróis históricos, deixando o povo à espera de uma nova heroína, que tenha os poderes para acionar uma salvação que sem eles não pode ser produzida. Aciona a ideia de que seu comportamento deve ser reproduzido e que é uma atitude positiva repetir sua trajetória como um modelo.

O carnaval de 2019 acionou a representação de Marielle como heroína por meio de homenagens em blocos em diversas localidades e em tradicionais escolas de samba de São Paulo, como a Vai-Vai, e do Rio de Janeiro, como a Mangueira.

---

69 Optou-se por utilizar a categoria de inspiração metodológica weberiana dos tipos ideais porque permitem a generalização sobre fenômeno cultural complexo para obtermos representações que servem à análise do referido fenômeno. Embora seja uma leitura generalizante, ela tem como base aspectos subjetivos e a leitura do estado de coisas acionado pelo acontecimento, que procuramos explicitar nesse estudo.

Imagem 25 — Imagem do desfile da Mangueira



Fonte: Getty Images

O samba-enredo cujo trecho conclamava “Brasil, chegou a vez/ De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês”, relacionava a história de Marielle a de outros heróis nacionais esquecidos, negros e pobres, que desafiaram a dominação cultural rica e branca, o status quo.

“A Mangueira chegou  
Com versos que o livro apagou  
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento  
Tem sangue retinto pisado  
Atrás do herói emoldurado/ Mulheres, tamoios, mulatos  
Eu quero um país que não está no retrato”

Imagem 26 — QR Code do desfile completo da Mangueira, seguido de entrevista com viúva de Marielle, Mônica Benício



Imagem 27 — Reprodução de imagem do Youtube do desfile da Mangueira



Fonte: Getty Images

A trajetória de Marielle rejeita estereótipos culturais sobre a mulher negra nos papéis de doméstica, mulata e mãe preta. As imagens de Marielle acima da população da escola remetem à matriz cultural da mulher negra na cultura brasileira (GONZALEZ, 1984). Na bandeira da Mangueira, exibe-se Marielle como a mãe que incentiva a criação de outro Brasil. Uma heroína a procura de seus descendentes. Uma descendência marcada pela guerra, pela perda, pelo trabalho e pelo canto de liberdade que irrompe no carnaval.

A narrativa de heroína de Marielle se aproxima de outras histórias de superação tal como de Carolina Maria de Jesus, que conseguiu emplacar um livro de caráter memorialístico entre os mais vendidos de todos os tempos no país e o cantor Jamelão, ídolo da verde-rosa, que contribuiu decisivamente para o respeito aos cantores de samba-enredo de carnaval.

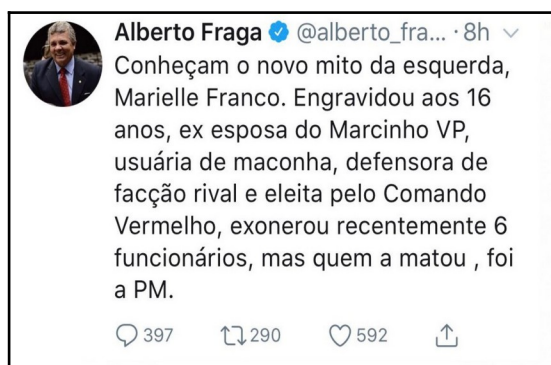
### 5.3.2. A anti-heroína

*Marielle como anti-heroína* é a representação da personagem pública do acontecimento como uma farsa, uma criação, uma mentira. Há total inconformidade com o estado de coisas que esse acontecimento revela. Nessa ótica, o acontecimento Marielle Franco é uma criação e o ator que deseja recuperar a verdade é responsável pela virada na narrativa (*plot twist*), forçando a descoberta de informações que comprovam falhas em seu caráter, crimes ou atitudes moralmente condenáveis no atual estado das coisas, ou até mesmo comportamentos considerados estigmatizados como seu relacionamento LGBTQ+. É uma leitura que busca distanciar Marielle do campo semântico do divino, embora o desejo de humanização geralmente passe da desconfiança para a produção de notícias falsas. Para operar a desacontecimentalização, pode se valer de notícias falsas

que facilitam a criação de uma nova narrativa sobre Marielle, na qual ela é descredibilizada.

As notícias falsas, que se propagaram logo após a explosão da repercussão do caso, representam o melhor exemplo da luta pela inscrição de Marielle Franco como anti-heroína na memória coletiva. Três dias após a morte de Marielle, o então deputado federal pelo DEM do Distrito Federal Alberto Fraga usou o Twitter para disseminar mentiras contra Marielle.

Imagem 28 — Difamação de Alberto Fraga no Twitter



Fonte: Twitter

Empilhando mentiras, o deputado associa Marielle a facções criminosas, sugere que ela foi casada com um traficante famoso e que uma das mais famigeradas organizações criminosas do País comprou sua eleição. Por fim, o então parlamentar critica as suspeitas de envolvimento da PM no caso, sugerindo que Marielle mantinha relação estreita com a criminalidade e que, portanto, o assassinato seria um destino natural para ela. É curioso que o tuíte inicia as acusações com uma gravidez na adolescência, que é elevada ao status de crime, uma vez que é emparelhada com atitudes ligadas ao campo semântico da bandidagem. Fraga expõe uma visão bastante comum em uma cultura patriarcal e de controle sobre corpos de mulheres na qual a ausência paterna e a desresponsabilização do homem é uma constante. A repercussão negativa e a exposição midiática dessa postagem, no entanto, levaram Fraga a retirar a postagem e se retratar publicamente.

Imagem 29 — Retratação de Alberto Fraga no Twitter

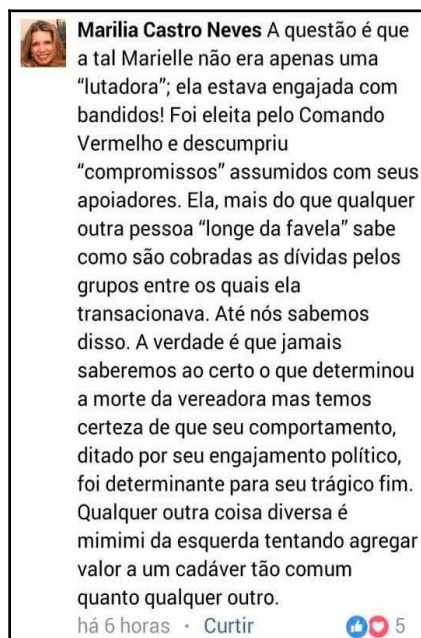




Fonte: Twitter

A postagem original, revela a lógica de um argumento que carrega na culpabilização da vítima, sugerindo a *desacontecimentalização* do acontecimento porque entende que de alguma forma *a vítima mereceu a violência* que se passou com ela. O mesmo argumento serve de base para postagem da desembargadora Marília Castro Neves, que termina enfatizando que havia uma estratégia “da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro”. Mesmo após a repercussão, Marília não se retratou pela postagem e responde a processo movido pela família de Marielle.

### Imagem 30 — Difamação de Marília Castro Neves no Facebook



Fonte: Facebook

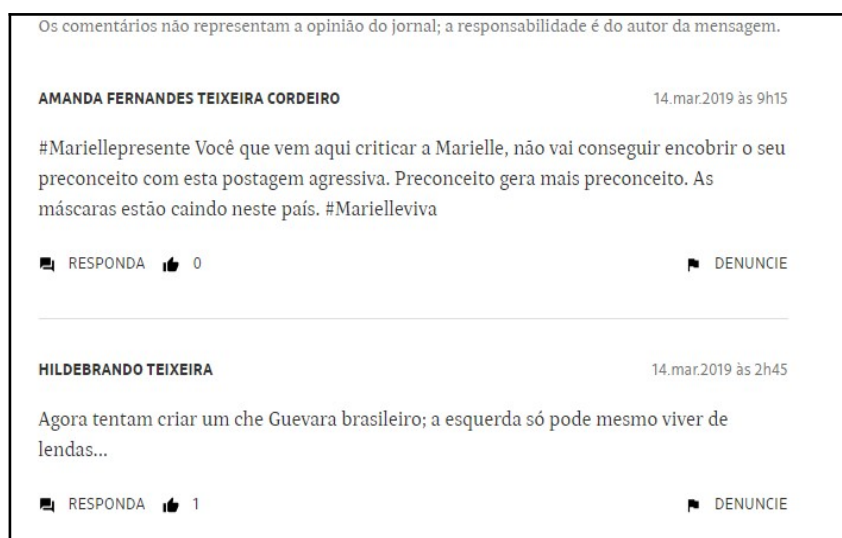
Os dois casos se tornaram notórios na rede e ganharam repercussão jornalística, incentivando a criação de um portal pelo PSOL para denunciar notícias falsas, que

receberam tratamento na esfera criminal. A disseminação dessas informações, entretanto, jamais pode ser controlada, sendo, no máximo, quando exposta, inibida.

Embora a credibilidade de Marielle tenha sido colocada sob questão com a disseminação das notícias falsas, o prestígio daqueles que a caluniaram se manteve intacto ou foi rapidamente recomposto. Sinal desse prestígio é a presença de Fraga no governo Jair Bolsonaro, onde ocupa um cargo de articulação política junto ao presidente no Congresso Nacional<sup>70</sup>. Ele estaria ocupando o cargo na informalidade por conta de processos de corrupção a que responde na Justiça. A relação de proximidade com o presidente é de reconhecimento por sua atuação como o líder da chamada Bancada da Bala, a Frente Parlamentar da Segurança Pública do Congresso Nacional, interlocutor de um estratégico segmento da sociedade civil.

A ideia de Marielle como anti-heroína se baseia na percepção de que sua construção como figura pública é constituída por mentiras sobre sua vida e seu currículo. Nesse sentido, a mobilização é pela reconstituição da verdade que ela arruína.

Imagem 31 — Comentário de leitor em matéria da *Folha de S.Paulo* sobre pinturas de muros com imagens de Marielle Franco



Fonte: *Folha de S.Paulo*

Como demonstra o comentário de leitor acima, o receio de que Marielle se torne um símbolo a ser lembrado e incorporado na cultura é compartilhado por atores que investem na descontencimentalização desse acontecimento.

70 ESTADÃO. Fraga diz que não será ministro e que espera rever Estatuto do Desarmamento. *Estadão*, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/sem-mandato-ou-cargo-alberto-fraga-vira-o-23o-ministro-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

### 5.3.3. A mártir

*Marielle como mártir* é simbologia de alguém que se devotou e morreu por uma causa. É vítima e símbolo das opressões históricas que ela combateu. Sua aproximação com o divino possibilita pensar em um legado e em pessoas que por terem trabalhado ou convivido com Marielle são consideradas representantes dela, em um processo de transferência da força de representação.

Bauman (2007) descreve os mártires como “pessoas que enfrentam desvantagens esmagadoras”. O mártir sabe que carrega uma verdade indesejada e, por isso, sua morte se transforma em “significação de um testemunho de que há verdades que não podem ser caladas por gargantas grosseiras, não importa em que número” (BAUMAN, 2007, p. 57-58).

Diferentemente da heroína, de quem se espera uma vitória, a mártir vive por sua morte, que é um desfecho esperado e inevitável diante do poder das forças contrárias ao seu ideal. Suas características humanas a distanciam do divino. Sua narrativa dialoga com a de outros sujeitos históricos vencidos como Tiradentes, que representam uma vitória moral que não efetua imediatamente a mudança social reivindicada. A mártir é lembrada como alguém que tentou moralizar sua sociedade e alterar estruturas desfavoráveis à sua coletividade.

Como mártir, Marielle é aquela que se sacrificou pelo coletivo e cuja verdade não pode ser calada, como pontua Bauman. Em cartazes, palavras de ordem como “Marielle somos todas nós” enfatizam a representação de Marielle como a mártir que se tornou símbolo da causa que defendia, da causa feminista, antirracista, LGBTQ+, antiviolença e pró-direitos humanos.

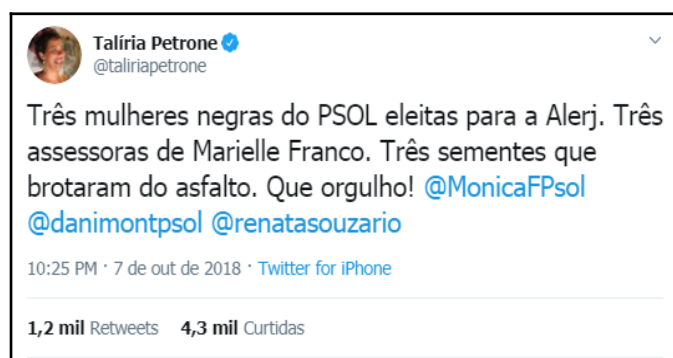


Fonte: Facebook

Como mártir, Marielle se aproxima de figuras históricas como Zumbi dos Palmares, que, mesmo assassinado e vencido, se transformou em símbolo de resistência contra a escravização do povo negro no Brasil. Também a trajetória política e intelectual de Marielle Franco permite que ela seja inserida em um contexto de resistência aos processos de desigualdade, silenciamento e marginalização impostos a mulheres negras no Brasil.

A atuação de Marielle coaduna com a tradição do que Carneiro (2019) descreve como enegrecimento do feminismo, uma transferência de várias gerações de mulheres negras que dinamizam o feminismo, incluindo pautas que dão conta não só das desigualdades de gênero, mas de desigualdades raciais e econômicas que afetam as mulheres e estruturam a sociedade brasileira. Pensar a contribuição de mulheres negras ao feminismo é essencial para entendermos esse movimento e aqueles que decorrem dele no trabalho contra as diversas formas de opressão.

Imagem 33 — Tweet da deputada Talíria Petrone



Fonte: Twitter

A necessidade de continuidade do discurso da mártir é representada no postulado de legado, como no tuíte citado. A missão de dar continuidade à verdade da mensagem

de Marielle é atribuída às suas assessoras eleitas deputadas estaduais, Renata Souza, Mônica Francisco e Daniela Monteiro. Talíria Petrone, autora do tweet, descreve as correligionárias como “três sementes que brotaram do asfalto”. A ideia de uma semente é evocada diversas vezes quando se fala na representação de Marielle, aludindo à sua capacidade de inspirar outras mulheres por meio de sua trajetória e seu discurso que se mantêm em evidência.

O legado de Marielle Franco se baseia na lembrança de sua história de superação e engajamento que são inspiradores para a construção de novos quadros, que ganham projeção na cobertura midiática durante o pleito eleitoral de 2018. Reconhecendo a visibilidade do acontecimento Marielle, diversos atores e veículos de comunicação se interessam pela cobertura da campanha de mulheres negras e também da eleição de assessoras parlamentares de Marielle.

Imagem 34 — Montagem com fotos de eleitas nas eleições de 2018



Fonte: Facebook

Nessa montagem, na qual são destacadas as eleições de mulheres negras para o Congresso Nacional e para Assembleias Legislativas, a palavra de ordem “Marielle virou semente” é utilizada para estabelecer uma relação de causa-efeito entre o acontecimento Marielle Franco e a vitória de mulheres negras. Mesmo que elas tenham subjetividades e trajetórias políticas diferentes, é como se Marielle fosse um atrator que une a todas. Essa união se dá pela racialização desses corpos e seu lugar incômodo na democracia. Esse elemento explica que figurem como herdeiras de Marielle mesmo parlamentares mais experientes que ela, que conquistaram espaço na política antes dela e em outros partidos, como as septuagenárias Leci Brandão — cantora, compositora e deputada estadual de São Paulo pelo PCdoB — e Benedita da Silva — deputada federal do Rio de Janeiro e liderança histórica do PT local.

A força de Marielle Franco é transmitida à sua coletividade. Aqui, o *acontecimento antropofágico* mostra sua força por produzir novas pautas e uma atração sobre tudo que lhe atravessa, independentemente do grau de relação — algumas eram assessoras de Marielle, outras correligionárias como a primeira mulher trans eleita deputada estadual de São Paulo Érica Malunginho, que possui suas pautas e dificuldades de acessar a cidadania de forma diversas e específica —, da hierarquia de importância — algumas foram eleitas para a Câmara dos Deputados e outras para os parlamentos estaduais, enquanto Marielle era uma vereadora de capital — e temporalidade — algumas já possuíam trajetória política de êxito antes do acontecimento Marielle Franco.

A transmissão da força do acontecimento Marielle também aparece em cartazes de divulgação como o do Emancipa, rede de educação política do PSOL. A noção de mártir reaparece nas palavras de ordem “Marielle somos nós”, que aludem às pautas da vereadora e sua capacidade de exercer a política em prol dos direitos das mulheres.

Imagem 35 — Mosaico com material de divulgação do PSOL em diferentes estados



Fonte: PSOL

As palavras de ordem “Não vão nos calar” ou “Mulheres não serão interrompidas”, inspiradas por discursos de Marielle, irrompem em material do partidos como discursos de negação à violência contra Marielle e de gênero, aproximando-se do que poderíamos chamar de conteúdo motivacional. Uma tragédia é transformada em motivação para que outras ações dentro e fora do partido possam ser conduzidas, na tentativa de afastar eventual sentimento de derrota e conformismo.

#### 5.3.4. A inimiga

*Marielle como inimiga* é a representação que enfatiza o papel da parlamentar como inimiga do estado, da intervenção federal na segurança, da ascensão da direita, dos apoiadores de Bolsonaro. Marielle é o estrangeiro dentro do próprio país e representa a ilegalidade e a bandidagem, ou seja, aquele que não obedece a norma e a ordem natural do status quo.

Essa representação revela profunda inconformidade com o estado de coisas que o acontecimento revela e até mesmo a compreensão de que esse estado de coisas ameaça a manutenção da ordem. Nesse sentido, não basta negar o acontecimento Marielle, é necessário combater sua imagem e sua trajetória, pois representam fragmento de um formato de sociedade que se despreza e que é ameaçadora para o todo. Para operar a *descontecimentalização*, pode usar de notícias falsas, mas a desconstrução da imagem de Marielle não é o foco. Podem efetuar violência contra símbolos de representação de Marielle, como uma placa ou camiseta.

Essa representação emerge com o aumento de visibilidade gerado pela morte de Marielle, momento de recrudescimento das críticas e acusações de que o caso estaria recebendo mais atenção do que as mortes de policiais assassinados durante o trabalho no Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras cuja violência é um drama rotineiro. A página Alerta Leblon<sup>71</sup>, horas depois da morte de Marielle, compartilhou uma postagem abordando essa leitura sobre o caso.

#### Imagem 36 — Publicação na página Alerta Leblon

---

71 Página no Facebook que reunia conteúdo sobre crimes no Rio de Janeiro, sobretudo no Leblon. A página, que foi apagada, era administrada por Pedro Fróes e chegou a ter 60 mil seguidores. Ficou conhecida pelas postagens racistas e preconceituosas sobre moradores de favelas.



Fonte: The Intercept

Opondo a história de Marielle à de policiais militares assassinados em serviço, a postagem insinua que a parlamentar receberá uma investigação “ágil e rigorosa” enquanto os policiais não têm recebido o mesmo tratamento, tampouco as cobranças por respostas às suas mortes na imprensa. A postagem aproveita ainda para citar o subtítulo do segundo filme da franquia Tropa de Elite. Nesse longa ficcional, os políticos são associados à criminalidade e atuam ativamente para a corrupção das instituições brasileiras, sobretudo a polícia.

Outro episódio significativo de representação de Marielle como inimiga é o da quebra da placa por Ricardo Amorim e Daniel Silveira. No vídeo exibido simultaneamente à ação, Daniel Silveira, eleito deputado federal pelo PSL, e Rodrigo Amorim, deputado estadual mais votado do Rio naquele ano também pelo PSL, retiram uma placa da Praça Marechal Floriano Peixoto e exibem ao público na região Serrana, em Petrópolis. A



gravação acontece durante ato de campanha do atual governador do Rio de Janeiro e então candidato do PSL, Wilson Witzel.

Imagem 37 — Registro da gravação divulgada no Facebook por Witzel



Fonte: G1

A fratura é comemorada como um instante de êxtase. É a vitória da ordem sobre a desordem e a defesa da criminalidade. A quebra da placa, nesse sentido, é o esfacelamento da mensagem, da verdade anunciada pela mártir. A euforia se justifica porque o ato funciona como a recuperação de um estado de coisas ameaçado pela desordem trazida pelo acontecimento Marielle, registrado pela placa. Esses atores compartilham da ideia de que Marielle ameaça a ordem, como enfatizou em entrevista o filho do presidente Jair Bolsonaro e atual senador Flavio Bolsonaro: “Na verdade, eles nada mais fizeram do que restaurar a ordem. Havia uma placa de [praça] Marechal Floriano. O PSOL acha que está acima da lei e pode mudar nome de rua na marra. Eles só tiraram a placa que estava lá ilegalmente<sup>72</sup>”, declarou.

Na imagem, os homens brancos que são os verdadeiros heróis, chamados a ação para recuperar a ordem da pátria. Eis a resposta a quem exalta uma trajetória inesperada para uma mulher negra, mãe e de favela que, contrariando estatísticas, conquista espaço na política antes deles.

### 5.3.5. Produto de consumo

---

72 UOL. Placa de Marielle foi quebrada para restaurar a ordem, diz Flavio Bolsonaro. *UOL*, 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/04/placa-de-marielle-foi-quebrada-para-restaurar-a-ordem-diz-flavio-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 20 set. 2019.

A imagem de Marielle passa a representar uma mensagem vendável, uma *commodity*, assim como suas frases se tornam slogans. O consumo ocorre pela necessidade de atender uma demanda comercial genérica ou para fortalecimento de células partidárias, ações sociais e entidades assistenciais.

Os usos mercadológicos do acontecimento Marielle demonstram seu grande impacto social, tendo em vista que são um indicativo de poder sobre indivíduos e instituições (WEBER, 2013). Da mesma forma, é um demonstrativo de sua força e sua hibridização entre a política e a mídia e transformação em espetáculo. Nessa escalada de antropofagia cultural, seu consumo se torna inevitável para a repartição de lucros financeiros e institucionais.

Imagem 38 — Bottons, camisetas e blocos de anotações alusivos a Marielle



Fonte: Sites de compra Elo e Mercado Livre

A apropriação da imagem de Marielle pela cultura também surge em processos de produção de novos discursos sobre o seu assassinato, como no campo da moda. Apresentado em 26 de abril de 2019 na São Paulo Fashion Week, o desfile do estilista Ronaldo Fraga apresentou reproduções de imagens de Marielle em um sapato, no qual era desenhado um alvo sob a testa da parlamentar. A outra peça era uma bata em que costuras saíam do rosto de Marielle fazendo referência aos quatro tiros que a atingiram na cabeça e rosto.

Imagem 39 — Desfile de Ronaldo Fraga durante a SPFW 2019



Fonte: G1

O desfile não passou sem polêmica pelos olhos de ativistas e especialmente pela família de Marielle, que, por meio de Anielle, manifestou-se contra a tentativa de protesto de Ronaldo Fraga. A irmã de Marielle criticou em tuíte a utilização da imagem de Marielle sem consulta à família: “Alguém falou com algum membro da família para usar a imagem dela assim? Não que eu, irmã, saiba”.

Ronaldo Fraga entrou em contato com Anielle e prometeu doar as peças à família, atenuando o descontentamento. Fraga detalhou em entrevistas, posteriormente, sua intenção com a produção.

A coleção de 165 itens tinha 3 peças que faziam referência à Marielle. Não era uma homenagem, mas ela é forte. Mais do que eu imaginava, até, e ela acabou se tornando o foco de tudo. Mas queria dizer que o tiro ali (representado numa camisa), não está na Marielle, está na coleção inteira, e em todos nós. Falando para uma elite branca da primeira fila do desfile, eu acho que tem um momento que não cabe metáfora. Você tem que ser direto na fala. Eu estou pagando o preço por isto. Se você me perguntar se eu teria feito a coleção se eu pudesse voltar no tempo? não, não faria. Não teria feito, porque a discussão esvaziou o debate. E o que estou vendo é um fogo amigo. Porque estava falando justamente o que a turma que está me acusando diz.<sup>73</sup>

Enfatizando sua percepção sobre o debate racial no Brasil e a necessidade de expressar engajamento com essa causa, ele afirmou: “Se Portinari fosse pintar o Guerra e Paz hoje, com certeza não iria ignorar o genocídio de negros e pobres nesse país”<sup>74</sup>. Viúva de Marielle, Mônica Benício demonstrou preocupação com a comercialização da

73 O GLOBO. ‘Se pudesse voltar no tempo, não faria’, diz estilista que estampou Marielle Franco na São Paulo Fashion Week. *O Globo*, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/se-pudesse-voltar-no-tempo-nao-faria-diz-estilista-que-estampou-marielle-franco-na-sao-paulo-fashion-week-23633026>>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

74 VEJA. Irmã critica estilista por expor imagem de Marielle sem licença no SPFW. *Veja*, 2019. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/marielle-ronaldo-fraga-spfw/>>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

imagem e seu possível esvaziamento simbólico nesse processo, especialmente quando envolve uma militante de esquerda com discurso marxista. Mônica foi precisa: “Não quero que se transforme no Che Guevara brasileiro”, fazendo menção ao uso de imagem do guerrilheiro argentino em estampas.

Em meio à polêmica do SPFW 2019, o estilista comparou Marielle aos ativistas antirracistas e líderes políticos Nelson Mandela, do movimento anti-apartheid sul-africano, e Martin Luther King, que militou pelos direitos civis dos afro-americanos nos Estados Unidos até seu assassinato em 1968.

Queria deixar claro que quando fiz esse trabalho foi pensando e acreditando na Marielle como um Martin Luther King ou um Mandela. Mas eu errei, porque as pessoas de um afeto mais próximo estão vivas e com a ferida aberta. Então, eu vejo que temos aqui uma oportunidade de ampliar o debate, mas as pessoas têm retornado de imediato à dor com ódio, e com ódio não tem debate. É o que vemos nas redes sociais.<sup>75</sup>

As representações de Marielle são apropriadas em produtos, que apresentam reproduções da imagem da parlamentar, de seu semblante e silhueta. O produto vem acompanhado da mensagem de verdade de Marielle, da sua corporalidade, do seu visual que exalava beleza e empoderamento. Com uma camiseta ou um bottom, se reconstitui o sorriso de Marielle ou seu olhar cheio de esperança. Também seu nome, completo ou apenas “Marielle”, é apropriado nos produtos, como símbolo de força, revolta, ativismos.

---

<sup>75</sup> O GLOBO. ‘Se pudesse voltar no tempo, não faria’, diz estilista que estampou Marielle Franco na São Paulo Fashion Week. *O Globo*, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/se-pudesse-voltar-no-tempo-nao-faria-diz-estilista-que-estampou-marielle-franco-na-sao-paulo-fashion-week-23633026>>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

Imagem 40 — Venda online de camisetas com estampa alusiva a Marielle



Fonte: Google

Com preços variados, as camisetas são vendidas pelo partido PSOL e por associações, que costumam anunciar que os recursos serão revertidos para a família ou para causas defendidas pela parlamentar. A maioria das camisetas anunciadas na rede, no entanto, é comercializada em lojas, sem que haja preocupação com o direcionamento desses recursos oriundos do lucro da venda.

Além da foto de Marielle e do nome da parlamentar usado em slogans, a placa criada em homenagem à vereadora tem sido utilizada para a venda de camisetas, canecas, placas em alumínio, imãs de geladeira, bordados.

Imagem 41 — Produtos com a imagem da placa de homenagem a Marielle



Fonte: Sites de compra Elo e Mercado Livre

Outro produto criado em Belo Horizonte chamou a atenção pela suposta

homenagem, insólita, por meio de um sanduíche. Nesse caso, a ideia de antropofagia é novamente acionada, ainda que no seu sentido literal. A homenagem culinária, no entanto, gerou controvérsia e não foi consenso.

Imagem 42 — Lanche comercializado em Belo Horizonte com suposta homenagem



Fonte: G1

Outro produto comercializado após a morte de Marielle Franco é a dissertação da vereadora, lançada nacionalmente pela n-1 edições em 7 de novembro de 2018. A publicação recupera a pesquisa de Marielle sobre as UPPs, que está disponível para download gratuito na biblioteca online da universidade.

Imagem 43 — Capa do livro póstumo com a dissertação de Marielle



Fonte: n-1 edições

A publicação da dissertação de Marielle, que pode ser encontrada online, possibilita que o arquivo digital do estudo circule como livro, transformado em objeto de desejo capaz de circular em ambientes físicos, como livrarias e bibliotecas comunitárias. Também associa a vereadora à marca da editora, que se comprometeu a reverter a maior parte do lucro para a família de Marielle. Com o intuito de favorecê-los, a venda do livro

demonstra como o trabalho e imagem da vereadora se tornaram produto a serviço de variados interesses mercadológicos.

## 6. A DISPUTA PELO ESTADO DE COISAS

O acontecimento Marielle Franco se impõe no contexto de intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro e mobiliza a experiência individual e coletiva de milhares de pessoas. O assassinato liga-se à experiência de mulheres negras, pessoas negras, LGBTQ+, de comunidades e sujeitos engajados na luta em defesa dos direitos humanos, mas também sensibiliza atores sociais que são afetados por outras experiências, como dos riscos da criminalidade, de moradores do Rio de Janeiro, de atores políticos e celebridades com diferentes olhares sobre as pautas iluminadas por Marielle. A apreensão pública da figura de Marielle Franco e sua constituição como agente social despertam um amplo repertório de tentativas de classificação, justificando ações de empatia até rejeição, fazendo sua morte engendrar um acontecimento com possibilidade de enfoques variados e potencial para espetáculo-midiático.

Instaurado na memória coletiva, o caso mobiliza diferentes grupos da sociedade em torno de problemas públicos, como a insegurança e a defesa dos direitos humanos, além da situação do povo negro brasileiro e da violência contra a mulher e as pessoas LGBTQ+. A pluralidade de experiências que a trajetória da vereadora mobiliza é uma lente que amplia o entendimento sobre a repercussão de que seu nome e imagem tomam após sua morte.

A captura de Marielle é perceptível no debate sobre as motivações para o assassinato, que se tornaram objeto de disputa entre os atores, especialmente aqueles que:

a) consideraram Marielle mais uma *vítima da criminalidade* e de nossos problemas de segurança pública e desigualdades sociais;

b) deduziram do caso *perseguição política* a uma ativista dos direitos humanos; negra e antirracista; feminista; LGBTQ+, vereadora negra, vereadora favelada, vereadora mulher;

c) concluíram que ela era uma pessoa que teve o *castigo merecido*;

d) consideraram a *comoção e o acompanhamento midiático excessivos*;



Nos casos de *a)*, *c)* e *d)*, há uma tentativa de anular o acontecimento destramado pelo assassinato de Marielle Franco, aproximando o caso de outros crimes que perpassam o cotidiano e diminuindo seu impacto de romper com uma ordem comum. Há, de fundo, uma atitude de conformidade com o estado de coisas.

Os atores que enunciam no campo de argumentação *b)* acionam um passado de injustiças e desigualdades ligadas a populações oprimidas, tais quais as de moradores de favelas, negros, mulheres, LGBTQ+, defensores dos direitos humanos. Nesse campo argumentativo a ideia é de que a morte de Marielle pode servir como um ponto de inflexão na história do Brasil ou um manifesto de nossa dificuldade em modificar nossa própria história.

Há uma disputa sobre o estado de coisas que gera a morte de Marielle, porque o assassinato que instaura o acontecimento é um causa e efeito desse estado de coisas em disputa. Marielle se torna a personagem de uma narrativa que expõe o estado de coisas.

A natureza do acontecimento é política, de violência e de morte, mas sua emergência é marcada pela trajetória de Marielle Franco, que é a qualidade do acontecimento, conforme postulado por Weber (2013). A essência desse acontecimento são as pautas que Marielle representava, o que dá relativa autonomia para o acontecimento no que diz respeito a atores e instituições simpáticos à defesa dos direitos humanos, à prática antirracista, ao feminismo e aos direitos dos moradores da favela. O discurso “sou mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré”, que Marielle utilizava como apresentação em seu portal, é determinante para compreender a experiência pública com a qual ela se articula de imediato, embora não se encerre nela.

Marielle recebe uma nova identidade social virtual (GOFFMAN, 1988) a partir de sua morte, em que suas escolhas de âmbito pessoal e público se misturam para qualificá-la. A experiência de Marielle se mistura à dos atores engajados como argumento na disputa pela inscrição desse acontecimento na memória coletiva.

O assassinato da vereadora dialoga com o problema público da segurança, chamando a atenção de atores que se valem desse acontecimento para reconduzir o tema para o centro do debate. Por outro lado, atores engajados com pautas de minorias e maiorias minorizadas utilizam a hipótese de assassinato político para alavancar sua influência e mobilizar as instituições em torno do racismo, das desigualdades sociais, do machismo e da LGBTQfobia como problemas públicos.

No entanto, à medida que a hipótese de assassinato político se consolida é a identidade de Marielle e sua representação que emergem tornando o problema público

acionado por esse acontecimento um mosaico no qual o racismo sobressai, lado a lado com as opressões de gênero e classe no país, até porque o racismo compreende todas elas também.

Como os valores encarnados pelas personagens públicas afetam a experiência coletiva nos acontecimentos (Lana e Simões, 2012), o acontecimento Marielle revela as dificuldades de romper com as opressões impostas na estrutura social brasileira, o padrão que Paixão (2005) define como sendo antropofágico. Resultado de engajamento com práticas antirracistas e feministas, de políticas públicas como o Prouni e de esforço pessoal, Marielle alçou um salto em sua condição histórica, desafiando também as dificuldades no meio político.

Portanto, Marielle encarna os valores da superação das desigualdades. Seu voo interrompido de forma violenta, revela um indício não de superação do ethos antropofágico brasileiro, mas de persistência e, quiçá, agravamento da tensão entre os vitoriosos e os condenados à derrota e à perda de sua força na nação. A promessa de cidadania inclusiva sucumbe diante de uma natureza que persegue o diferente como um inimigo.

A verdade que esse acontecimento aciona é a de que vigora ainda hoje no Brasil um padrão de desigualdades que é antropofágico e heterofóbico, no sentido de que ele persegue as diferenças e tenta extirpá-las, ainda que se aproveite de sua força de trabalho e produção de significação para a cultura.

Uma democracia que não mantém a segurança de uma mulher negra mãe e favelada instala um estado de coisas de risco, de uma república para poucos, distante da identidade plural de Marielle, que dialoga com a imagem brasileira. Sua morte aciona o risco para mulheres, negras, mães e crias da favela da Maré e todos aqueles que se identificam com sua luta para superar condições sociais estigmatizadas e consideradas insuperáveis em um país com tão profundas e antigas desigualdades estruturais.

A natureza antropofágica do acontecimento Marielle Franco permite acreditar nas várias vidas desse acontecimento, que tem revivido para diferentes públicos, simpáticos e hostis à personagem que o encarna. Em sua recepção, esse acontecimento dialoga com o que Fofana (2012) chama de um lugar de debate sobre o interesse geral, baseado em experiências que se atualizam e podem modificar a identidade do acontecimento no presente, passado e futuro.

Nesse trabalho, entende-se que, como postula Deleuze (2015), o sentido do acontecimento é o próprio acontecimento. Ele revela e encarna um estado de coisas que

se procurou mostrar que o relato jornalístico expõe em suas narrativas, entrando na disputa pela inscrição do acontecimento na memória coletiva.

O fato de o acontecimento Marielle ser um acontecimento de morte, mas também ser um acontecimento de assassinato político de uma parlamentar de 38 anos em ascensão pode ser associado à ideia de Zamin (2017) sobre acontecimentos típicos atípicos. Conforme o autor, os acontecimentos atípicos estão no cerne da produção jornalística, sendo rotina para os media noticiar aquilo que pode ser previsto, como a morte, mas um acontecimento típico atípico como esse ajuda a revelar a conflitividade de um problema público de perseguição a parlamentares defensoras dos direitos humanos, negras e de favelas. Esses corpos estranhos na política obtém visibilidade midiática quando conseguem contrariar estatísticas e se tornar uma notícia atípica.

Nas análises das taxas de homicídio no Brasil há alta incidência de pessoas negras em mortes violentas. Assim, é possível enquadrar Marielle em um caso típico. Por outro lado, as perspectivas de raça não costumam ser aprofundadas na cobertura jornalística, sendo naturalizadas como *desigualdades que existem desde sempre*, como a existência do sol e a ocorrência das chuvas.

A tensão introduzida por este acontecimento é o fato de a morte não ser lida como um fenômeno natural diante das estatísticas porque Marielle Franco era uma parlamentar com mandato a cumprir na Câmara Municipal do Rio de Janeiro — ou seja, uma excepcionalidade de nossa política, alçada pela sua subjetividade, raramente valorizada quando vinculada ao coletivo o que enfatiza a relevância de sua eleição como representante.

O acontecimento desenredado pela morte de Marielle Franco revela diversos conflitos, mas sobretudo o conflito racial, no qual o acontecimento faz os demais sujeitos mergulharem junto com ele. Nesse sentido, *a visibilidade obtida pelo acontecimento Marielle é uma oportunidade de atipicidade no típico*, pois tem potencial de provocar reflexão sobre a desigualdade racial e o genocídio da população negra.

Como testemunho, o jornalismo contribui, junto com a reivindicação nas ruas e em outras mídias, para que o acontecimento se mantenha na pauta. Do ponto de vista jornalístico, o acontecimento Marielle Franco suspende o estigma de pessoas negras e de comunidade, que não costumam mobilizar o noticiário como vítimas. Essas vidas mais matáveis e mais facilmente esquecíveis se tornam um coletivo que encarna em Marielle. A proliferação de notícias falsas e a tentativa de descredibilização da vítima, no entanto, demonstram como a informação social sobre essas vidas mantém o status de mais

desacreditáveis e estigmatizadas.

A falta de conclusão das investigações sobre o caso leva ao que Charaudeau (2006) enfatiza como sendo uma leitura generalizante das causas e dos responsáveis nas narrativas jornalísticas. Sem a conclusão da investigação sobre os mandantes, a cobertura torna as causas abstratas e, mesmo que sem intenção, normaliza a justificativa para essa morte como sendo natural. A sensação de injustiça social e de impunidade permanece. Ademais, a lentidão na revelação sobre as motivações e responsabilização pelo crime, que tornam a narrativa incompleta, acende o alerta sobre a possibilidade de que a repercussão leve a uma mudança que mantém o status quo. Como tratou Žižek (2017), diversos acontecimentos públicos aparentemente revolucionários não demonstraram ter capacidade de alterar o princípio da mudança social.

O assassinato de Marielle Franco irrompe como uma negação ao processo de normalização de mortes de pessoas negras e periféricas no Brasil. Como um corte no tempo (SODRÉ, 2009), esse acontecimento reflete seu contexto e constrói sua singularidade. No Brasil, a população negra e pobre é sub-representada nas esferas de poder, de modo que Marielle Franco era exceção em um cenário de falta de diversidade e de discursos carentes de contraponto nas esferas de poder. Observando esse cenário, é possível perceber que as balas direcionadas à cabeça de Marielle Franco acertaram também a esperança de mudanças na política nacional. O mandato de Marielle era um esforço para corrigir a sub-representatividade de raça e gênero na política brasileira e, portanto, também servia de corretivo para a nossa democracia.

O papel de Marielle para forçar a mudança nesse cenário bem como o sinal da escalada de violência no Brasil disparado pela sua morte foram decisivos para a tomada de consciência sobre a existência dessa figura pública. A motivação do assassinato gerou prontamente uma disputa sobre a pertinência ou não da defesa da morta simbolizada pela reivindicação de mais ou menos holofotes sobre o caso. No julgamento público de Marielle foi recuperada a sua trajetória, o que ela fez e até mesmo o que ela não fez mas que foi atribuído a ela depois que retiraram seu direito à vida.

A escalada da repercussão foi tão rápida que Marielle Franco tornou-se em poucos dias um símbolo do risco da mulher negra frente à violência assim como também aludia às vítimas dos altos índices de criminalidade no país. Outros ainda perceberam na ascensão de Marielle o uso político de um corpo para dar visibilidade ao PSOL ou à luta pelos direitos humanos.

Mobilizando a memória coletiva, o caso Marielle Franco força a interação entre

diferentes grupos da sociedade brasileira, passando por vários problemas públicos como a insegurança e a defesa dos direitos humanos, além da situação de desigualdade e opressão histórica do povo negro brasileiro e da violência contra as mulheres pobres. No acontecimento Marielle, esses públicos são mobilizados conforme o engajamento que possuem com o caso, sinalizando a importância da noção de experiência para a emergência desse acontecimento.

A disputa pela versão da memória coletiva do acontecimento é uma disputa sobre a verdade de Marielle e sobre o estado de coisas. Para o ex-deputado Alberto Fraga, por exemplo, a experiência é ligada à ideia de que defensores dos direitos humanos/mulheres negras/sujeitos de comunidades/integrantes do PSOL possuem relação com a criminalidade. Para esses públicos, *ela foi uma anti-heroína*.

Nessa lógica de construção de sentido, quando a parlamentar é exaltada como uma heroína — como uma mulher negra e periférica de um partido em ascensão que conseguiu vencer as adversidades históricas — sua credibilidade aumenta e afeta também a visibilidade do acontecimento. Por outro lado, se a parlamentar tem sua honra questionada, ela merece menos credibilidade e, portanto, menos visibilidade.

Nessa disputa, informações sobre a vida pública e privada de Marielle são levadas em conta. O fato de ela ser uma agente política diz respeito ao público, isto é, à comunidade do Rio de Janeiro, que é afetada mais imediatamente pela morte, pois perde sua representante. Da mesma forma, o fato de ela ser uma parlamentar mulher negra, embora diga respeito ao indivíduo, repercute dentro de uma sociedade marcada pela escravidão no passado e pelas desigualdades raciais no presente.

Na configuração do acontecimento Marielle Franco, a visibilidade oscila conforme a representação de Marielle Franco, que vai da identidade que a parlamentar fez de si às experiências dos sujeitos com a imagem dela e suas próprias representações. Nesse caso, a imagem construída é um complicador, porque é realizada a partir da morte desse ator social, sem permitir que ela própria possa intervir ou interagir com essa criação depois de 14 de março de 2018, data em que ascende a disputa da imagem de Marielle no debate público.

Podemos perceber que, a partir de seu assassinato, Marielle recebe o que Goffman (1988) chama de identidade social virtual, sem possibilidade de que ela possa interagir com as representações sobre sua trajetória, pública e pessoal. A construção sobre sua identidade se torna uma disputa sobre o estado de coisas que o acontecimento revela e sobre a própria representação de Marielle que ascende com ele e que lhe dá

sentido.

Por meio da identificação das representações que emergem no estado de coisas do acontecimento Marielle Franco, poderíamos ainda postular a existência de uma Marielle acionada pela família, que tenta inscrever sua representação como a de *Marielle real*, que é reivindicada em discursos sobre seu papel como mãe, irmã e filha, bem como de suas origens. No entanto, ainda que venha sendo consultada para a elaboração de reportagens, documentários, atos, minisséries e cinebiografias, o discurso da família de Marielle parece ter reduzido poder de impacto sobre as representações abordadas ao longo desse capítulo 5.

A disputa sobre as representações de Marielle deslinda o caráter antropofágico desse acontecimento, capaz não só de conter em si mesmo sua causa e efeito, mas de atrair sempre de forma paradoxal, movimentos sociais e instituições, imprensa tradicional e alternativa, defensores dos direitos humanos e conservadores que se opõem às reivindicações desses mesmos direitos.

Nessa disputa, o embate sobre o estado de coisas se desdobra em dois tipos de ações com repercussão sobre o processo de naturalização do acontecimento:

- a) *desejo de aumento de visibilidade* para o caso, por meio da ênfase em sua *indivíduoação*, ou seja, as características que evidenciam sua excepcionalidade como fenômeno social.
- b) *desacontecimentalização do acontecimento*, para que ele *perca a visibilidade* alcançada, seja normalizado e, conseqüentemente, retirado da pauta;

Essa leitura movida pelo *desejo de aumento de visibilidade* se compatibiliza com a cobrança por medidas do estado, das instituições e da sociedade para solucionar o estado de coisas acionado pelo acontecimento. No intuito de aumentar a visibilidade, a credibilidade de Marielle é fortalecida. A estratégia de atores engajados com esse desejo é enaltecer as características de Marielle, oscilando entre o humano e o divino. A confiabilidade sobre suas capacidades de liderança é organizada em torno de experiências objetivas e subjetivas que a credenciam como *heroína* e *mártir*.

Por outro lado, também aqueles que observam Marielle como *anti-heroína*, manejam a visibilidade do caso, querendo usá-la para causar a disruptura da credibilidade de Marielle. A *desacontecimentalização* é uma aposta desses atores, que se unem aos

que rejeitam a visibilidade alcançada pelo assassinato:

Os atores interessados na anulação do acontecimento apostam na descredibilização de Marielle como forma de rejeitar a visibilidade sobre o caso. Na tentativa de normalizar mais rapidamente o acontecimento e torná-lo esquecível, houve a tentativa de esvaziar seu sentido, centralizado na figura de Marielle Franco como personagem pública. Para tanto, sua representação foi descredibilizada e combatida por representar uma ameaça aos valores coletivos: Marielle se tornou *anti-heroína* e *inimiga*, um problema política, da justiça e da sociedade. .

É importante destacar que, mesmo os detratores da honra da parlamentar, que espalharam mentiras sobre a trajetória de uma pessoa morta, disputaram um sentido sobre essa personagem da cultura — no qual o objetivo era macular a reputação da mulher negra confundindo sua trajetória com a de traficantes, pessoas que o senso comum considera mais negras, mais pobres e mais matáveis porque criminosas. O impacto desse acontecimento é tão grande que até quem não enxergou Marielle como vítima ou como alguém que merecesse que sua morte se tornasse notícia em algum momento se viu mobilizado pela abordagem sobre o assassinato.

Com o movimento do tempo dispensando mobilizações sobre a investigação, outras iniciativas para lembrar a morte indicam a possibilidade de que Marielle tenha se tornado um signo da cultura, inscrevendo o acontecimento público na memória coletiva. O acontecimento vai sendo normalizado, o que não significa que ele será esquecido ou que haverá consenso sobre uma versão permanente na memória coletiva.

## QUANTOS MAIS VÃO PRECISAR MORRER PARA QUE ESSA GUERRA ACABE?

Marielle era símbolo da meritocracia e, ao mesmo tempo, do sucesso da política de cotas. Pobre e nascida na favela da Maré. Negra e ativista antirracista. Mãe e bissexual casada com uma mulher branca. Defensora dos direitos humanos e pesquisadora de políticas de segurança. Dançarina de funk e pós-graduada. Militante em prol da população periférica e uma das cinco vereadoras mais votadas do Rio de Janeiro, com votações expressivas em áreas nobres.

Foi em busca desse sentido que se caminhou nesse estudo, tentando encontrar o sentido de acontecimento, investigando sua formação e suas muitas luzes caleidoscópicas. Sendo este estudo um recorte comunicacional, centrou-se nos aspectos de linguagem, na construção do sentido e do discurso, e na relação com imprensa como indicativo de estado das coisas.

O acontecimento destramado pela morte Marielle Franco engendra o que definimos nesse estudo como um *acontecimento antropofágico*. Tal fenômeno incorpora características comuns a outros tais como sua luminosidade sobre o passado e o futuro, sua faceta individual e coletiva,

Por outro lado, o epíteto antropofágico refere-se a sua capacidade de servir como força de regimes de sentido e argumento, não uma força retórica somente, mas uma possibilidade de estratégia de leitura. A antropofagia de Marielle como simbologia está ligada à potência de usarmos seu corpo como uma lente. Cada parte de Marielle nos ajuda a entender uma política que a deglute. Usamos o corpo de Marielle como significante para compreendermos o que é injustificável racionalmente, sua morte e a forma como ela se dá, a interrupção e a continuidade que ela provoca. É atrás da força de Marielle que vamos nessa busca. A antropofagia, afinal, acontece porque somos integrantes da sociedade que causou Marielle, símbolo de vitória sobre a expectativa social, e a morte de Marielle, seu paradoxo, nossa derrota.

Marielle foi assassinada e ainda não sabemos se todos os culpados serão presos. Se eles forem penalizados, teremos justiça, ainda que permaneça o incômodo da pergunta que ela mesma fez: “Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”. A parlamentar viva indagava sobre o Brasil, sobre o Rio de Janeiro e sobre a sociedade que ela queria mudar. Morta, ela preserva e atualiza essas indagações, dando ainda mais visibilidade a elas. Precisávamos dela e morta para que ela nos revelasse sobre si e sobre nós. Marielle carregava sua ancestralidade ao mesmo tempo que tinha



algo que sua gente por si só não tinha. Depois de ser morta, amplificou a visibilidade de suas perguntas. Seu assassinato político nos revelou o tamanho da força desse acontecimento e a fraqueza de nossa democracia. Na perspectiva antropofágica, o legado do acontecimento Marielle Franco é sua força, que nos alimenta em variadas manifestações: a heroína e a anti-heroína; a mártir e a inimiga; o produto de consumo e o trauma. A antropofagia de Marielle nos une e nos separa, nos divide e nos multiplica.

Essa dissertação buscou analisar a configuração do assassinato de Marielle Franco em um acontecimento público, com ênfase na disputa pela versão de um estado de coisas que explique o acontecimento, o que engendra também uma disputa sobre a versão do legado de Marielle Franco a ser inscrito na memória coletiva. As mídias exercem um papel central nesse debate, uma vez que fornecem elementos para a criação de narrativas sobre a vereadora. Ao longo da dissertação, buscou-se fornecer interpretações que fundamentam a leitura desse acontecimento até um ano após ele ser destramado pela morte de Marielle. O esforço de registrar o acontecimento enquanto ele ainda está sendo processado nas suas primeiras versões na memória coletiva permite aproximar a pesquisadora de seus efeitos imediatos, mas também impede que sejam trazidos à tona diversos elementos que serão conhecidos anos depois dessa escrita ou mesmo após a conclusão das investigações sobre o assassinato. Quanto a isto, enfatizamos que a revelação dos mandantes do assassinato permanece ainda desconhecida passados dois anos e um mês do crime. Como foi teorizado, a ausência de Marielle Franco, embora se insira no processo de embranquecimento dos nossos espaços de poder, visibilizou fissuras nessa estrutura que merecem ser desveladas e inquiridas.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Bela Horizonte: Editora UFMG, 2002. Tradução de Henrique Burigo. 207 p.
- ANTUNES, Elton. Acontecimentos violentos, ressentimento e as marcas de uma interpretação. In: FRANÇA, Vera R. V.; OLIVEIRA, Luciana. (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- ANTOLINI, M. A.; REBOUÇAS, E. Comunicação, Direitos Humanos e Cidadania: territorialidades que se entrelaçam. In: REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela (Org). **Comunicação e Territorialidades: Poder e cultura, redes e mídias**. Vitória: Edufes, 2017.
- BABO-LANÇA, Isabel. Configuração mediática dos acontecimentos do ano. **Revista Caleidoscópio**. V. 1, n. 10. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3706>> Acesso em: 16 de agosto de 2018.
- BAUER, W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som : um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. Tradução de Pedrinho A. Guareschi.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. 2012. Disponível em: <<httpwww.cehmob.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Caderno-Racismo.pdf#page=5>> Acesso em: 28 jun de 2017.
- BERGER, Christa. O gênero que mata: memória de punição. In: VOGEL, D.; MEDITSCH, E.; SILVA, G. (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais**. Florianópolis: Insular, 2013. v. 4.
- BERGSON, Henri. **Memória e vida: textos escolhidos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. Tradução Claudia Berliner.
- BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea**, Jan.–Jun., n. 1, 2011, p. 13-33.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix, 2007. Tradução de Adail Ubirajara Sobra.
- CANO, Ignacio. DUARTE, Thais. **“No sapatinho” : a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque (org). **Pensamento feminista - conceitos fundamentais**, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

—, Sueli. Mulheres Negras e Poder: um ensaio sobre a ausência. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. 1ª impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009. 88p. Disponível em: <<http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/TC-6-CARNEIRO-Suely-Mulheres-Negras-e-Poder.pdf>>. Acesso em: 7 mar de 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. A televisão e o 11 de Setembro : alguns efeitos do imaginário. **LOGOS 24** : cinema, imagens e imaginário. Ano 13, 1º semestre, 2006. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/A-televisao-e-o-11-de-Setembro.html>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

COELHO, Marja Pfeifer. Regimes de visibilidade midiática: os acontecimentos, entre a notícia e o espetáculo. **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, [S.I.], n. 10, sep. 2013. ISSN 1645-2585. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3711>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **VV.AA. Cruzamento raça e gênero**. Brasília Unifem. 2004.

DE ALMEIDA, Ludmila Pereira. Os múltiplos extermínios dos corpos negros pela violência de linguagem: Uma reflexão das Fake News sobre Marielle Franco. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S.I.], v. 5, maio 2019. ISSN 2525-7870. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1585>>. Acesso em: 01 ago. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v5i5.1585>.

DIJK, T. V. (org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. Editora Perspectiva, 1998, 3ª edição.

FAUSTO NETO, Antônio. Vozes do impeachment. In: MATOS, Heloiza (Org.) **Mídia, eleições e democracia**. Editora Página Aberta: São Paulo, 1994, p.159-189.

FOFANA, Habibou. Norbert Zongo: das margens sociais ao coração do Estado — a constituição de uma personagem público. In: FRANÇA, Vera R. V; OLIVEIRA, Luciana. (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, 4ª ed. Tradução de Roberto Machado.

FRANCO, Marielle. **A redução da favela a três letras: UPP**. UFF, dissertação. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2019.

FRANÇA, Vera R. V; LOPES, Suzana. Análise dos acontecimentos: possibilidades metodológicas. São Paulo: **Matrizes**, v.11, n. 3, set./dez. 2017, p. 71-87.

—, Vera R. V; OLIVEIRA, Luciana. (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo : Atlas, 2008, 6ª ed.

GUIMARÃES, Antonio S. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes.

GOMBRICH, E. H. **Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GOMES, Flávio. **Negros e política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223 – 244. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130749/mod\\_resource/content/1/Gonzalez.Lelia%281983-original%29.Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira\\_1983.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130749/mod_resource/content/1/Gonzalez.Lelia%281983-original%29.Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira_1983.pdf)>.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

—, Stuart. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

—, Stuart. Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais. **Projeto História**, São Paulo, v. 31, p. 15-24, 2005. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume31/traducao.pdf>>.

HELD, David. A democracia, o estado-nação e o sistema global. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 145-194, Mar. 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451991000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 de nov. 2018.

HOOKS, Bell. Mulheres negras moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, Jan. – Abr. 2015. Tradução de Roberto Cataldo Caldas.

LANA, Lígia; SIMÕES, Paula Guimarães. Duas vinculações possíveis entre personagens públicos e acontecimentos: diferentes modos de atuação da vida pública. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana. (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

LANDOWSKI, E. **A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica**. São Paulo: Educ ; Pontes, 1992. Tradução de Eduardo Brandão.

LINS, Eunice Simões; LOPES, Flávia. Trevas e queda: análise do imaginário feminino na representação de fake news sobre Marielle Franco. **Revista Memorare**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 78-96, maio 2018. ISSN 2358-0593. Disponível em: <[http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare\\_grupep/article/view/6302](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupep/article/view/6302)>. Acesso em: 05 ago. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.19177/memorare.v5e1201878-96>.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, [S.l.], n. 32, mar. 2017. ISSN 2448-3338. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/89937169>>. Acesso em 23 jun. 2019.

MELLO, Luciana Garcia de. Da crítica à política: tensões entre reconhecimento e democracia racial na política de cotas da Ufrgs. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 304-323, ago. 2017. ISSN 1984-7289. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/27045/15865>>. Acesso em: 27 fev. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.27045>.

OSORIO, Rafael G. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, Mário (ORG.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a Abolição**. Brasília: IPEA, 2008. p. 65 – 96.

PAIXÃO, Marcelo. Antropofagia e Racismo: uma crítica ao modelo brasileiro de relações raciais. In: RAMOS, Silvia e MUSUMECI, Leonarda (orgs.). **Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 283-322.

PRADO, José Luiz Aidar. Política do acontecimento. **Revista FAMECOS** (Rio Grande do Sul), v.20, p.495-520, 2013.

PRUDENCIO, Kelly. Comunicação e mobilização política na internet. **Extensão em Foco**, [S.l.], n. 4, dez. 2009. ISSN 2358-7180. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/24885>>. Acesso em: 24 de setembro 2018.

QUÉRÉ, Louis. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. In: **Caleidoscópio Revista de Comunicação e Cultura**. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n. 10, p. 41-58, 1º sem. 2011.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 73 -118.

PIRES, F., & WEBER, M. Somos todos mestiços: visibilidade e naturalização do racismo na campanha “Somos Todos Macacos”. **Revista ECO-Pós**, 21(3), 58-74, 2018. doi:<https://doi.org/10.29146/eco-pos.v21i3.20272>

RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e ideologias**. Petrópolis: Vozes, 2013. Tradução de Hilton Japiassu.

——, Paul. **O conflito das interpretações**. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

——, Paul. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Rio de

Janeiro: Edições 70, 1976. Tradução de Ana Morão.

ROSÁRIO, N., & Aguiar, L. . Implosão mediática: corporalidades nas configurações de sentidos da linguagem. **Significação: Revista De Cultura Audiovisual**, 41(42), 166-185, 2014. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2014.82572>

SCHÜTZE, Fritz. Análise sociológica e linguística de narrativas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. e11-e52, jun. 2014. ISSN 1984-7289. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17117>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SILVA, Gislane. Acontecimento jornalístico como tradução cultural. In: VOGEL, D.; MEDITSCH, E.; SILVA, G. (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais**. Florianópolis: Insular, v. 4, 2013. .

SIMÕES, Paula G. Acontecimento, mídia e experiência: uma perspectiva para a análise das celebridades. **Teoria e Sociedade** nº 20.2 - julho-dezembro de 2012 . Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/revistasociedade/index.php/rts/article/viewFile/57/50>>. Acesso em: 24 de setembro 2018.

SNOW, David; BENFORD, Robert. **Ideology, Frame Resonance and Participant Mobilization**. International Social Movement Research. 1988. p.197-217.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SONTAG, Susan. **A dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Tradução Rubens Figueiredo.

SOUZA, Amaury de. Raça e política no Brasil urbano. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 11, n. 4, p. 61-70, Dec. 1971 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901971000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901971000400006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 de novembro 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901971000400006>.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VAZ, Paulo; LISSOVSKY, Mauricio. Notícias de crime e formação da opinião pública: O caso do referendo sobre o comércio de armas no Brasil. **Logos**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 89-107, ago. 2014. ISSN 1982-2391. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/12470/9668>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

VOGEL, D.; MEDITSCH, E.; SILVA, G. (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais**. Florianópolis: Insular, 2013. v. 4.

WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja; LOCATELLI, Carlos (org). **Comunicação Pública e Política – pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular, 2017.

—, Maria Helena. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. **Caleidoscópio Revista de Comunicação e Cultura**, Lisboa, S.I. , n. 10, 2013.

—, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis e poder e visibilidade. In: WEBER, Maria H; COELHO, Marja; LOCATELLI, Carlos (org). **Comunicação Pública e Política – pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular, 2017. p.23-56.

—, Maria Helena . Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política. In: Rousiley Maia; Maria Céres Castro. (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. 1a. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 1, p. 117-136.

WEBER, Maria Helena; CARNIELLI, Fiorenza Z. A comunicação de instituições públicas e o paradoxo da visibilidade estratégica. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 25., 2016, Goiânia. Anais, Goiânia: Compós, 2016.

ŽIŽEK, Slavoj. **Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.